

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GABRIELA KELLY PACHECO DOS SANTOS

MULTITERRITORIALIDADES E ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE INTERNACIONAL
E INTERNA DAS FAMÍLIAS INDÍGENAS WARAO EM ALAGOAS

MACEIÓ-AL
2025

GABRIELA KELLY PACHECO DOS SANTOS

**MULTITERRITORIALIDADES E ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE
INTERNACIONAL E INTERNA DAS FAMÍLIAS INDÍGENAS WARAO EM
ALAGOAS**

Dissertação de apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas como requisito para defesa de Mestrado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Avelar Araújo Santos Júnior

Coorientadora: Profa. Dra. Edilma de Jesus Desidério

Maceió-AL
2025

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237m Santos, Gabriela Kelly Pacheco dos.

Multiterritorialidades e estratégias de mobilidade internacional e interna das famílias indígenas Warao em Alagoas / Gabriela Kelly Pacheco dos Santos. – 2025.

150 f. : il. color.

Orientador: Avelar Araújo Santos Júnior.

Co-orientadora: Edilma de Jesus Desidério.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2025.

Bibliografia: f. 146-150.

1. Warao (Povo indígena). 2. Migração - Venezuela. 3. Multiterritorialidades. I. Título.

CDU: 911.3


Folha de Aprovação

GABRIELA KELLY PACHECO DOS SANTOS


Multiterritorialidades e estratégias de mobilidade internacional e interna das famílias indígenas Warao em Alagoas

Dissertação de mestrado apresentada ao corpo docente da Universidade Federal de Alagoas como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia, apresentado em: 25/02/2025.


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **AVELAR ARAUJO SANTOS JUNIOR**
Data: 26/03/2025 11:30:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador: Prof. Dr. Avelar Araújo Santos
(Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 **CICERO PERICLES DE OLIVEIRA CARVALHO**
Data: 09/03/2025 11:30:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) Interno(a): Prof. Dr. Cicero Pericles de Oliveira Carvalho
(Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 **EDILMA DE JESUS DESIDERIO**
Data: 07/03/2025 10:45:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) Externo(a): Profa. Dra. Edilma de Jesus Desiderio
(Universidade Federal de Alagoas)

*Aos indígenas migrantes Warao em nome da
ressignificação, esperanças e resiliência
incontestáveis na caminhada ...*

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, pois sem a presença Dele em minha vida nada seria possível, especialmente o meu retorno à Academia após maternar dois filhos e fazer três pós-graduações, com muitas dificuldades, na tentativa de não me afastar dos estudos e continuar em busca dos meus sonhos.

Meus agradecimentos do coração são especialmente para minha família, por me apoiar e entender que esse retorno era um sonho antigo e que estava pausado. Refiro-me especialmente à minha Mãe Cleonice — por sempre me encorajar e acreditar em mim, por ter transferido a mim o seu espírito aguerrido — que além de todo afeto, suporte emocional e presença, mesmo comigo longe, me apoiou em tudo.

Aos meus filhos Pedro e Joana, por, mesmo sem entenderem o que é um mestrado, entenderem, sob a perspectiva de uma criança, que era algo muito importante para mim; por serem meu aconchego depois de um dia de trabalho e parte da noite de estudos; ao meu marido Saul, por ter me apoiado quando decidi me jogar nesse projeto e por ter contribuído com as atividades junto às crianças.

Ao meu irmão Américo Júnior, por me salvar com formatações, recuperação de arquivos perdidos e por acreditar em mim; à minha irmã Daniella Pacheco, por, mesmo de longe, emanar boas vibrações e me encorajar; aos meus sobrinhos Laura e Eduardo, que vi nascerem e foram anjos, me ajudando com mapas, gráficos e figuras. Sem vocês nada disso seria possível, família.

Aos indígenas Warao, daqui e dacolá, por me ensinarem o que é sonhar verdadeiramente e acreditar que as coisas melhorarão, ainda que tudo pareça não ter saída, através de uma resiliência fora do comum, sempre com alegria, mesmo quando queriam expressar suas insatisfações. Agradeço por sempre me receberem tão bem e compreenderem os meus não (que foram muitos), mesmo quando eu queria dizer sim e não podia, pois havia um sistema por trás que não permitia.

Ao Warao Marcílio Marcano, que, infelizmente, não está mais conosco, pelos seus sorrisos e por me entender até quando certamente não estava entendendo nada do que eu falava. Marcílio me ensinou, com simplicidade e jeito de criança/adolescente, que o nosso caminho é muito maior do que pensamos, apenas com seu olhar e suas poucas palavras.

À minha Coorientadora Edilma de Jesus, que foi minha primeira orientadora e companheira de pautas, desafios, ensinamentos sobre os processos migratórios. Com Edilma aprendi, dentre tantas coisas, a tentar me desvencilhar das emoções envolvidas com a pauta, para saber como agir estrategicamente com os Órgãos; com ela também chorei minhas decepções e injustiças quando fui retirada dos trabalhos junto à pauta pelo Órgão em que trabalho.

Ao meu orientador Avelar Júnior, por ter me aceitado, mesmo com a pesquisa em andamento, por ter sido doce quando podia ser e por cobrar, com carinho, quando necessário. Com o professor Avelar aprendi que nenhuma pesquisa é completa e que às vezes precisamos parar e entender que fizemos o nosso melhor até àquele momento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), nas pessoas dos técnicos, professores e colaboradores terceirizados por terem me acolhido, mesmo não tendo sido aluna da (UFAL).

À Funai, agradeço a oportunidade de ter proporcionado meu encontro com a pauta da migração Warao — sem esse espaço, talvez eu nunca tivesse encontrado ou reencontrado com o grupo. E aos meus colegas de trabalho, aqui representados pela companheira de desafios Renata Maia, por toda resiliência, apoio e por terem me ensinado tanto nessa árdua caminhada de Indigenismo.

Aos meus colegas de cadeiras eletivas e de orientação, por dividirem comigo momentos alegres e de desespero, por terem me acolhido com tanto carinho. Gratidão pelas trocas, pelo respeito e pela ajuda mútua nessa caminhada.

Aos técnicos/servidores/colaboradores, de todos os órgãos e organizações, que estiveram e estão nessa jornada comigo, pelas contribuições, trocas e por, fundamentalmente, não desistirem, mesmo diante das enormes adversidades.

Às professoras Marlise Rosa, Carmen Lúcia, Carolina Leite e Mariana Dantas, por todos os ensinamentos, as orientações, os diálogos e o compartilhamento de possibilidades de saídas para situações desafiadores nessa minha caminhada junto à pauta da migração dos indígenas Warao.

Quando vim da minha terra,
se é que vim da minha terra
(não estou morto por lá?),
a correnteza do rio
me sussurrou vagamente
que eu havia de quedar
lá donde me despedia.

Os morros, empalidecidos
no entrecerrar-se da tarde,
pareciam me dizer
que não se pode voltar,
porque tudo é consequência
de um certo nascer ali.

Quando vim, se é que vim
de algum para outro lugar,
o mundo girava, alheio
à minha baça pessoa,
e no seu giro entrevi
que não se vai nem se volta
de sítio algum a nenhum.

Que carregamos as coisas,
moldura da nossa vida,
rígida cerca de arame,
na mais anônima célula,
e um chão, um riso, uma voz
ressoma incessantemente
em nossas fundas paredes.

Novas coisas, sucedendo-se,
iludem a nossa fome
de primitivo alimento.
As descobertas são máscaras
do mais obscuro real,
essa ferida alastrada
na pele de nossas almas.

Quando vim da minha terra,
não vim, perdi-me no espaço,
na ilusão de ter saído.
Ai de mim, nunca saí.
Lá estou eu, enterrado
por baixo de falas mansas,
por baixo de negras sombras,
por baixo de lavras de ouro,
por baixo de gerações,
por baixo, eu sei, de mim mesmo,
este vivente enganado, enganoso.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo trazer um enfoque sobre as questões relacionadas aos processos migratórios sob olhar e perspectivas geográficas, com a concepção das multiterritorialidades, que coadunam os processos migratórios dentro de uma pluralidade de processos gerados tanto na perspectiva de dominação política e econômica, quanto na ideia de apropriação cultural e identitária. Para tanto, a análise documental e transdisciplinar de construção das relações nas estratégias de mobilidade internacional e interna das famílias indígenas Warao venezuelanas em Alagoas é objeto do estudo, apontando questões sensíveis como perda da identidade, necessidade de ressignificação, modificação dos espaços e mudanças/choques culturais sofridos pelas famílias. O processo de territorialização das comunidades indígenas é mostrado, por meio do intenso fluxo de mobilidade dos indígenas Warao pelo território nacional e da concepção da multiterritorialidade, baseando-se na espontaneidade em busca de melhores condições de vida, acesso à alimentação, respeito às especificidades, possibilidade de empregos, acesso à saúde (dentro de perspectiva do conceito de saúde-doença) e da necessidade de reencontrar parentes. Nessa perspectiva de análise, faz-se necessário desenvolver um estudo geográfico sobre as estratégias de mobilidade e as condições de integração espacial e social atuais dos grupos Warao, através do estudo geográfico, documental, bibliográfico e da análise transdisciplinar, com possibilidade de compreender a lógica interna do grupo, valores culturais e representações sobre sua história, temas específicos e relações entre indivíduos, instituições (instrumentalização da política migratória) e movimentos sociais.

Palavras-chave: Warao; migração; multiterritorialidades.

ABSTRACT

The aim of this study is to focus on issues related to migratory processes from a geographical perspective and with the concept of multi-territorialities, which are in line with migratory processes within a plurality of processes generated both from the perspective of political and economic domination and from the idea of cultural and identity appropriation. To this end, the documentary and transdisciplinary analysis of the construction of relationships in the international and internal mobility strategies of indigenous Warao Venezuelan families in Alagoas is the subject of the study and points to sensitive issues such as loss of identity, the need for re-signification, modification of spaces and cultural changes/shocks suffered by the families. The process of territorialization of the indigenous communities is shown through the intense flow of mobility of the indigenous Warao across the national territory and the concept of multi-territoriality, based on spontaneity in search of better living conditions, access to food, respect for specificities, the possibility of jobs, access to health (from the perspective of the concept of health-disease) and the need to reunite with relatives. From this perspective of analysis, it is necessary to develop a geographical study of the mobility strategies and current spatial and social integration conditions of the Warao groups, through geographical, documentary, bibliographical and transdisciplinary analysis, with the possibility of understanding the group's internal logic, cultural values and representations of its history, specific themes and relations between individuals, institutions (instrumentalization of migration policy) and social movements.

Keywords: Warao; migration; multi-territorialities.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa Povos indígenas da Venezuela	32
FIGURA 2 – Gráfico população indígena e sua porcentagem sobre o total da população- Censos 1873-2011	33
FIGURA 3 – Os dez povos indígenas mais populosos da Venezuela, 2011	34
FIGURA 4 – Presença dos Warao na Venezuela por Estado	34
FIGURA 5 – Mapa Localização dos Warao na Venezuela	36
FIGURA 6 – Indígenas Warao da aldeia Curiara, no Delta Orinoco	37
FIGURA 7 – Moradias (Hanoko) Warao Delta do Orinoco	38
FIGURA 8 – Artesanato na Venezuela - Exposição II Seminário Warao (Boa Vista/RR – jun. 2024)	39
FIGURA 9 – Artesanato Warao em Boa Vista/RR – Abrigo Pintolândia	39
FIGURA 10 – Mulheres trabalhando com as folhas do Buriti em Boa Vista/RR	41
FIGURA 11 – O êxodo Venezuelano - junho de 2024	51
FIGURA 12 – Mapa da diáspora Warao - Venezuela/Brasil	55
FIGURA 13 – Presença Warao no Brasil em 2023	59
FIGURA 14 – Presença Warao no Brasil por ano, 2014-2023	60
FIGURA 15 – Mapa da Migração dos Warao – Venezuela-Brasil até Maceió/AL	62
FIGURA 16 – Seminário Migrantes Promovido pela Cáritas - março 2022	71
FIGURA 17 – Visita ao pavilhão de artesanato – Pajuçara	72
FIGURA 18 – Visita Técnica Funai e DPU (23/03/2021)	80
FIGURA 19 – Visita Técnica Funai (25/03/2021)	80
FIGURA 20 – Conversa Funai e equipe Consultório de Rua (17/05/2021)	83
FIGURA 21 – Acompanhamento ação informativa e vacinação Covid-19 (17/05/2021)	83
FIGURA 22 – Ação da Funai – Diálogo Pesca (18/05/2021)	84

FIGURA 23 – Ação da Funai – visita centro pesqueiro Jaraguá (19/05/2021)	85
FIGURA 24 – Diálogos Warao e Xucuru Kariri (18/06/2021)	87
FIGURA 25 – Abrigamento Warao - Arapiraca (11/11/2021)	89
FIGURA 26 – Diálogos representantes Warao e Funai - Arapiraca (11/11/2021)	90
FIGURA 27 – Aplicação Questionário mapeamento laboral - Funai e Semudh (14/02/2022)	94
FIGURA 28 – Convite reunião inaugural Comitê municipal Intersetorial de atenção aos migrantes – 2022	97
FIGURA 29 – Casa de Passagem Professor Manoel Coelho Neto	102
FIGURA 30 – Localização Casa de Passagem Professor Manoel Coelho Neto	102
FIGURA 31 – Localização Quitinetes/casas – Jacintinho	102
FIGURA 32 – Fachada Quitinetes – Rua Caetés, Jacintinho	103
FIGURA 33 – Fachada casa – Rua 2 Pau d’Arco - Jacintinho	104
FIGURA 34 – Fluxograma de atendimento ao Migrante - Município de Maceió/AL ..	110
FIGURA 35 – Local de acolhimento famílias Warao - Semdes 2024/2025	112
FIGURA 36 – Parte posterior acolhimento famílias Warao - Semdes 2024/2025	113
FIGURA 37 – Mudança famílias Warao 2024	114
FIGURA 38 – Mudança famílias Warao 2024	114
FIGURA 39 – Reunião MPF janeiro 2025	115
FIGURA 40 – Parte interna - local de dormida das famílias - Abrigamento Semdes ..	116
FIGURA 41 – Parte interna - local de dormida das famílias - Abrigamento Semdes ..	117
FIGURA 42 – Localização Casas de Ranquines - Ladeira da Catedral Centro/ Maceió e Farol	121
FIGURA 43 – Quartos do abrigo Warao - Ladeira da Catedral - Centro de Maceió/AL	122
FIGURA 44 – Banheiro do abrigo Warao - Ladeira da Catedral - Centro de Maceió/AL	123

FIGURA 45 – Casa de Ranquines - casa ladeira da Catedral Centro/Maceió	123
FIGURA 46 – Localização Chácara - Casa de Ranquines - Acolhimento Famílias Warao	124
FIGURA 47 – Frente da Chácara Casa de Ranquines	125
FIGURA 48 – Espaço de convivência- Chácara Casa de Ranquines	125
FIGURA 49 – Espaço de convivência - Chácara Casa de Ranquines	126
FIGURA 50 – Espaço comum de preparo dos alimentos - Chácara Casa de Ranquines/abrigo Warao	127
FIGURA 51 – Unidades individuais/quartos por família - Chácara Casa de Ranquines/abrigo Warao	127
FIGURA 52 – Quantidade de Warao - Casa de Ranquines – 2022	128
FIGURA 53 – Quantidade de Warao - Casa de Ranquines – 2023	129
FIGURA 54 – Quantidade de Warao - Casa de Ranquines – 2024	129
FIGURA 55 – Divulgação Operação acolhida – Secom/PR	138
FIGURA 56 – Maiores Reservas de Petróleo	140
FIGURA 57 – Logo 2ª Comigrar	143

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Instituições que atuam com as famílias Warao em Maceió	69
QUADRO 2 – Identidade institucional da Funai (2023/2024)	75
QUADRO 3 – Aplicação dos Recursos Financeiros do MDS para 6 meses – Arapiraca	92
QUADRO 4 – Aplicação dos Recursos Financeiros do MDS para 6 meses	105
QUADRO 5 – Recursos atrelados aos repasses Federais	117
QUADRO 6 – Recursos próprios – Indenizatório 2023	117
QUADRO 7 – Recursos Próprios – Aditivo contratual – 2023	118
QUADRO 8 – Recursos próprios – Indenizatório 2024	118
QUADRO 9 – Total de Recursos Municipais investidos	119
QUADRO 10 – Quantidades Indígenas Warao por casa de acolhimento- 2022	121

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Proposta de Plano de Inserção Laboral e Qualificação Profissional dos Migrantes Vulneráveis em Alagoas	95
TABELA 2 – Cronograma de execução dos recursos para implantação de serviços de acolhimento para imigrantes	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acnur	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AL	Alagoas
Anped	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
Caps	Centros de Atenção Psicossocial
Casa	Centro de Atendimento Socioassistencial
Centro Pop	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
Cmas	Conselho Municipal de Assistência Social de Maceió
CnaR	Consultório na Rua
Cnas	Conselho Nacional de Assistência Social
Comigrar	Conferência de Migrações, Refúgio e Apatridia
Compema	Comissão Permanente de Monitoramento e de Avaliação
Conare	Comitê Nacional para Refugiados
Covid-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
CPF	Cadastro de Pessoa Física
Cras	Centros de Referência de Assistência Social
Creas	Centros de Referência Especializado de Assistência Social
CRs	Coordenações Regionais
DOM	Diário oficial de Maceió
DPF	Defensoria Pública Federal
DPU	Defensoria Pública da União
DSEI AL/SE	Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena de Alagoas e Sergipe
DST	Doenças sexualmente transmissíveis
Fecoep	Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
FFHI	Fraternidade – Humanitária
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Funai	Fundação Nacional para População Indígena
GT	Grupo de Trabalho
HIV	<i>Human immunodeficiency virus</i>
INE	Instituto Nacional de estatística da Venezuela/Instituto Nacional de Estadística
MA	Maranhão

MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MG	Minas Gerais
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MPF	Ministério Público Federal
Nasf	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
OAB/AL	Ordem dos Advogados de Alagoas
OIM	Organização Internacional para Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
PA	Pará
PAJ	Procedimento de Assistência Jurídica
PB	Paraíba
PDVSA	Petróleos de Venezuela
PE	Pernambuco
PF	Polícia Federal
PFE	Procuradoria Federal Especializada da Funai
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PPGSD/UFF	Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense
PSS	Processo Seletivo Simplificado
RMRP	Plano de Resposta para Refugiados e Migrantes da Venezuela
RNE	Registro Nacional de Estrangeiro
RR	Roraima
Seades	Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social de Alagoas
Secom/PR	Secretaria de Comunicação do Paraná
Sedisc	Serviço de Promoção aos Direitos Sociais e Cidadani
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
Semdes	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar

Semed	Secretaria Municipal da Educação
Semudh	Secretaria Municipal dos Direitos Humanos
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
TA	Tratado de Assunção
TAC	Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta
UBS	Unidades Básicas de Saúde
Ufal	Universidade Federal de Alagoas
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unasul	União de Nações Sul-Americanas
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Método e procedimentos metodológicos	21
1.1.1	Reflexões a respeito da escolha do método	21
1.1.2	Procedimentos metodológicos	22
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	26
2.1	Geopolítica da migração e multiterritorialidades	26
2.2	Migração de indígenas venezuelanos	31
2.3	Chegada ao Brasil e setorialização dos deslocamentos	53
2.4	Mobilidade interregional interna no país	59
3	ANÁLISE DOS AGENTES INSTITUCIONAIS	65
3.1	Análise dos agentes institucionais locais e documentos produzidos em Alagoas.....	69
4	A INSTRUMENTALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	132
4.1	Articulação da política migratória no Brasil: tentativa de instrumentalização	135
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
	REFERÊNCIAS	146

1 INTRODUÇÃO

Em 2014, pela primeira vez, os Warao cruzaram a fronteira com o Brasil, ocasião em que foram deportados pela Polícia Federal de Boa Vista (Roraima), como mostrado em reportagem de junho de 2016¹ na página Amazônia Real, comentando o seguinte: “Em 2014 foram 28 índios Warao deportados; em 2015 outras 97 pessoas tiveram que deixar a cidade. Este ano mais 98, até o mês de abril, contabilizando um total de 223 indígenas”.

A notícia diz ainda que os indígenas estavam no Brasil para realizar o comércio, no entanto, segundo a Polícia Federal, os indígenas estavam em situação irregular nos termos do Estatuto do Estrangeiro² – Lei nº 6.815/806.

A partir de 2016, em decorrência da conjuntura política, econômica e social em que se encontra a Venezuela, esse novo ciclo migratório se estabeleceu e várias matérias foram publicadas pela imprensa, retratando os migrantes como “invasores” e até transmissores de doenças e problemas. Diante da situação e das várias tentativas de deportação dos grupos Warao, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR/MPF) e a PR-RR, solicitaram a elaboração de um parecer antropológico acerca da situação dos indígenas Warao em Boa Vista e Pacaraima, do qual se extrai o seguinte fragmento:

Ramos et al. (2017) afirmam que a presença dos indígenas nessas cidades se manteve desde 2014, porém, oscilando significativamente em quantidade de pessoas. Entre os meses de outubro e dezembro de 2015 e no mesmo período de 2016, houve a intensificação da mobilidade migratória e do número de famílias, reduzindo novamente a partir do mês janeiro em ambos os anos. Para os autores, essa instabilidade no número de indígenas pode ser atribuída a uma série de fatores, dentre eles: “o fechamento/abertura da fronteira pela Venezuela, a sazonalidade ou alternância das práticas de pesca, agricultura e coleta nas comunidades que beiram os rios e caños do Delta do Orinoco e a dinâmica de formação das redes de relações sociais entre os Warao que estão no Brasil” (RAMOS et al., 2017, p. 17) e deles com outros que permaneceram na Venezuela. Até março de 2017, o total de indígenas Warao no Brasil, simultaneamente, não ultrapassava a quantidade de 600 pessoas.

A mobilidade das populações fronteiriças entre Venezuela e Brasil tem sido marcada por acontecimentos que, historicamente, restringiram-se ao âmbito dos limites territoriais internacionais. Exemplo concreto são as relações de vizinhança estabelecidas entre os residentes de Municípios de faixa fronteira e cidades gêmeas, dessa forma, faz-se importante entender que tal mobilidade passa de fenômeno conjuntural a evento geográfico e populacional,

¹ Informações retiradas do site Amazônia Real. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/crise-navenezuela-populacao-de-boa-vista-pediu-deportacao-de-indios-warao-em-roraima/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

² Vigente até 2017, substituído pela Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 – Lei da Migração, sancionada pelo então presidente Michel Temer.

evidenciado pela geografia através dos inúmeros fluxos existentes na região transfronteiriça entre Brasil e Venezuela.

A entrada da população venezuelana no Brasil tem sido controlada e regulada por relações geopolíticas que se configuram em decorrência de acordos do Mercado Comum do Sul (Mercosul) —, que beneficia com direito de mobilidade, aos residentes desta região de integração³.

Além dos fluxos já existentes, o momento histórico que intensifica e marca a chegada da população venezuelana ao Brasil corresponde à mudança na política interna da Venezuela, cuja crise afetou as condições de vida dessa população, forçando-a a uma migração sem precedentes rumo aos países com os quais faz fronteira. Dessa forma, além da conformação de grandes movimentos migratórios que marcham para as fronteiras da Colômbia e do Peru, também chegaram ao Brasil em 2017, como informam as notícias nos meios digitais, ressaltando que “[...] o país é o quinto destino mais procurado por esses migrantes para viver” (Agência Brasil, 2022).

Ainda de acordo com informação publicada por esse meio, “[...] de janeiro de 2017 a março de 2022, o Brasil recebeu 325.763 venezuelanos que permaneceram aqui. Em primeiro lugar está a Colômbia, com 1.842.390 refugiados venezuelanos, em seguida o Peru, com 1.286.464” (Agência Brasil, 2022).

Em meio à diversidade populacional que ingressou no Brasil, encontram-se os Warao, segundo povo indígena mais populoso da Venezuela, conforme Rosa (2020), predominantemente localizados na região caribenha do delta do rio Orinoco, em comunidades situadas nas áreas rurais, ribeirinhas e também litorânea do estado do Delta do Amacuro e nas regiões dos estados de Monagas e Sucre. A região é caracterizada por uma rede de rios e formação de igarapés inundados, com presença de vasta biodiversidade e formação de ilhas fluviais.

Segundo Moutinho (2020), estudos antropológicos mostram que a região do Delta do Rio Orinoco é tradicionalmente uma região de ocupação Warao, existente há pelo menos 8 mil anos. Nos últimos séculos, contudo, a área geográfica de ocupação tradicional foi sendo modificada, dadas as fortes correntes de mobilidade justificadas pelos encontros com os colonizadores e outros grupos étnicos. A relação de pertencimento étnico é o termo utilizado

³ A adesão da Venezuela no Mercosul aconteceu em julho de 2012, mas desde 2017 o país encontra-se suspenso de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado parte do Mercosul, em conformidade com o disposto no Protocolo de Ushuaia (1998).

para referências sobre características culturais, língua, religião, costumes, tradições e sentimento de “lugar” (pertencimento) partilhadas por um povo, como citado por Hall (2006).

Devido aos inúmeros processos de expulsão do seu território original — seja pelo cultivo de espécies distintas das cultivadas pelos Warao, seja pela epidemia de cólera, pela construção de barragens ou pelos avanços das ações das empresas petrolíferas —, os Warao foram se deslocando para outras regiões no território venezuelano e tendo que, muitas vezes, se deslocarem para as cidades, como destaca Garcia Castro (2000).

Marlise Rosa (2020) tece considerações acerca de que a grave crise econômica na Venezuela, marcada pela hiperinflação, por altas taxas de desemprego e pela falta de itens básicos de alimentação para a população, fez com que houvesse grande fluxo de venezuelanos para países vizinhos, dentre os quais do Brasil.

É diante da entrada dos indígenas migrantes Warao no Brasil que a atuação integrada das várias esferas de Governo se fez necessária, a fim de cumprir com os ditames legais e, diante da emergência de atendimento aos fluxos de refugiados exigindo que o país, enquanto signatário Convenções de Direitos Humanos, ofereça ajuda imediata aos migrantes, como considerado por Rosa (2020).

Sob essa ótica, a governamentalidade representativa (De Jesus, 2018), que consiste em um olhar sobre as situações que envolvem atores sociais, sujeitos em condições de vulnerabilidade e atuação interinstitucional, como conceito criado a partir de base foucaultiana (Foucault, 2008), possibilita explorar teórica e metodologicamente o cenário produzido pela atividade migratória, que forçou as pessoas migrantes venezuelanas a chegarem ao Brasil e solicitarem acolhida e refúgio.

K’Okal (2020) aponta o aspecto forçado da migração, as estratégias de mobilidade e sobrevivência, em um contexto em que tanto a crise ambiental e econômica como o desenvolvimento nacional resultaram na continuidade e na intensificação da migração Warao.

Esta pesquisa parte da hipótese de que o processo de deslocamento forçado dos migrantes indígenas venezuelanos Warao até Alagoas se deu através de uma contextualização da geopolítica e análise institucionalizada de abordagens geográficas da migração, como resultado do contexto geopolítico e do processo de expulsão da Venezuela para o Brasil e dos processos de concepção de território diante desses deslocamentos.

Tal hipótese será explicada a partir da análise histórica e documental (documentos mais importantes produzidos sobre o tema pelos agentes institucionais) e da discussão do processo de chegada ao Brasil e de posterior processo de mobilidade inter-regional interna no país, por conta da setorização (redes de suporte) que vai sendo responsável pela construção dos

deslocamentos internos, juntamente à formação e instrumentalização da política migratória. Essa política de relações entre os países tem reflexo na geografia política e geopolítica internacional, com seu escalonamento de normas e movimentos de mudanças de escalas de respostas para atendimento das situações apresentadas.

Diante do colocado, e com a finalidade de analisar a relevância da hipótese apresentada, define-se como objetivo geral desta pesquisa desenvolver estudo geográfico das estratégias de mobilidade, formação de novos territórios-multiterritorialidades e condições de integração espacial social atuais dos grupos Warao entre Venezuela e Brasil, enfatizando estratégias de deslocamento adotadas pelas famílias que se encontram em Alagoas e a análise dos principais documentos produzidos pelos agentes institucionais, além de referências bibliográficas.

Frente a esse objetivo, de modo a traçar caminhos para alcançá-lo, definem-se como objetivos específicos da dissertação a necessidade de examinar as trajetórias de migração dos grupos da etnia Warao hoje residentes no estado de Alagoas, levando em conta suas motivações, estratégias de mobilidade e formação de redes e atuais condições de vida; identificar as dinâmicas socioespaciais dos indígenas Warao em contexto urbano e as multiterritorialidades, apontando os principais documentos que instrumentalizaram a política migratória em Alagoas e o que foi construído em termos de articulação de uma geografia política local, tendo como respaldo as fontes disponíveis e publicadas e a pesquisa dos principais documentos produzidos pelos agentes institucionais.

Assim, a justificativa desta pesquisa fundamenta-se na relevância social do tema, já que considera a análise das estratégias de mobilidade e compreensão dos efeitos da globalização, da financeirização e da crise capitalista em relação às estratégias de mobilidade dos migrantes indígenas Warao como contextualização geopolítica e dos processos expulsórios sofridos pelos migrantes indígenas a partir do não respeito às suas formas próprias de organização. Além disso, trata-se de análise inédita em Alagoas, considerando o recorte específico para os migrantes indígenas Warao.

Acredita-se que a pesquisa tem potencial para contribuir com a produção científica sobre a temática, além de poder servir de referência para trabalhos mais amplos sobre a análise comparativa em outros estados brasileiros, especialmente na interpretação geográfico-jurídica dos documentos produzidos sobre a temática e na análise das fontes primárias, através da geografia crítica sobre a instrumentalização da política migratória em Alagoas.

Em sequência, segue a descrição do método e dos procedimentos metodológicos escolhidos para pesquisa.

1.1 Método e procedimentos metodológicos

1.1.1 Reflexões a respeito da escolha do método

Consideradas a dinamicidade do tema proposto e sua complexidade, já que está em constante mudança e formação, levando-se em conta múltiplos fatores existentes e abordagens únicas e específicas do grupo de famílias que estão em Maceió/Alagoas (AL), é notório que as abordagens não se limitem a um ramo de conhecimento, sendo necessária a análise interdisciplinar, com construções e reflexões ampliadas. Assim, faz-se necessária uma construção de um método que dialogue com os mais diversos ramos do conhecimento e esteja sendo construída, de forma dinâmica, ou seja, considerando os fatos geográficos e os fenômenos e processos que envolvem o lugar onde chegaram as famílias migrantes em Alagoas.

Minayo (2008, p. 62) afirma que “[...] a pesquisa social trabalha com gente e com suas realizações, compreendendo-os como atores sociais em relação, grupos específicos ou perspectivas, produtos e exposição de ações, no caso de documentos”; ao apontar isso, faz revelar o que verdadeiramente é buscado nesta pesquisa, já que é através da atuação junto aos indígenas Warao que a construo. Assim, a pesquisa se configura como participante, envolvendo minha vivência profissional como Especialista em Indigenismo na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e acompanhamento, desde 2019, com atividades junto aos indígenas Warao em Recife/Pernambuco (PE) e, posteriormente, em 2021, em Maceió/AL.

Assim, realizou-se através de uma concepção teórica e metodológica fundamentada no materialismo histórico dialético, uma aprofundada pesquisa documental (dos principais documentos produzidos) e de resgate histórico, com aplicação de nexos temporais entre os documentos correlacionados e considerando a análise crítica com base ideológica/indigenista para a sua realização.

Dessa forma, uma premissa é que para a construção do conhecimento científico há a necessidade de um olhar para as coletividades e para os indivíduos, já que cada um traz consigo sua perspectiva de vida e o seu modo de ser e pensar. Segundo o que aponta Martins⁴ (2006):

[...] nos parece impossível construir qualquer conhecimento objetivo, quer sobre indivíduos quer sobre a totalidade social, tomando-se qualquer um deles separadamente. Esta afirmação, entretanto, não postula a impossibilidade de se ter a particularidade coo referência primária na construção do conhecimento, mas reafirma que é apenas pela análise dialética da relação entre o singular e o universal que se torna possível a construção do conhecimento concreto, ou seja, é apenas por esta via

⁴ Artigo apresentado na 29ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Caxambu/Minas Gerais (MG), 2006.

que a ênfase conferida ao particular não se converte no abandono da construção de um saber na perspectiva da totalidade (p. 12).

Através do estudo, pretendeu-se compreender a lógica interna do grupo quanto a valores culturais e representações sobre sua história, temas específicos e relações entre indivíduos, instituições e movimentos sociais, além de desenvolver a análise dos múltiplos fatores sociais e geográficos construtores das dinâmicas socioespaciais em questão.

Martins (2006) apresenta que há a necessidade de aprofundamento das discussões, não apenas do olhar para o problema de forma superficial para constatar o que existe, ressaltando uma:

[...] impossibilidade de juízos neutros na construção do conhecimento e assim sendo, para a epistemologia materialista-histórico-dialética não basta constatar como as coisas funcionam nem estabelecer conexões superficiais entre fenômenos. Trata-se de não se perder de vista o fato histórico fundamental de que vivemos numa sociedade capitalista, produtora de mercadoria, universalizadora de valor de troca, enfim, uma sociedade essencialmente alienada e alienante e que precisa ser superada (p. 15).

A migração não é um fenômeno atual, mas fato recorrente na história da humanidade. E, considerando o homem um ser histórico e social, que produz sua vida a partir do trabalho e da sua relação com a natureza (por isso a escolha do método do materialismo histórico dialético) — especialmente os povos indígenas, que possuem uma ligação com a terra e com a natureza relacionada aos seus antepassados e às formas como enxergam o mundo—, há, no processo constitutivo do próprio homem, a presença da mobilidade e a capacidade de modificação de si mesmo e do meio.

1.1.2 Procedimentos metodológicos

Inicialmente, faz-se necessária a fundamentação teórica da pesquisa, que buscará, através de revisão bibliográfica e análise documental, a compreensão dos processos migratórios e geopolíticos da migração venezuelana para o Brasil. Para tanto, realizou-se a pesquisa de livros, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações, teses, artigos científicos e reportagens que apresentassem relevante interesse para a pesquisa, e a análise de documentos produzidos diante da chegada das famílias ao estado de Alagoas.

O segundo passo consistiu em realizar uma revisão bibliográfica de autores diversos que dialogam com a temática da migração, especialmente autores venezuelanos que tratam da saída

dos migrantes indígenas do seu país e autores brasileiros que dialogam com o processo de chegada dos indígenas ao Brasil.

Além disso, foram realizadas pesquisas em livros, trabalhos de conclusões de curso, dissertações e teses que tratam sobre a temática e, posteriormente, a análise geográfica/histórica dos principais documentos produzidos sobre os migrantes Warao, quando da sua chegada ao estado de Alagoas, com análises específicas sobre os processos construídos e a instrumentalização da política migratória no Estado.

Ao discutirmos e apresentarmos um tratamento transdisciplinar, em que as informações e os resultados da combinação de informações e metodologias ultrapassam o campo de cada disciplina e são capazes de captar o que há de semelhança, interdependência, convergência e conexão, estamos buscando uma abordagem holística intelectual, com a possibilidade de trazer várias vozes e construir uma convergência entre o saber e o fazer.

O terceiro passo consistiu na realização de pesquisa documental, e, aqui, quando falamos em pesquisa documental, não nos referimos apenas a uma pesquisa do tipo bibliográfica, baseada em livros, textos, periódicos, artigos científicos etc. Nos valem do conceito trazido por Oliveira (2007, p. 69), que nos mostra que a pesquisa documental: “[...] caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”.

Assim, a pesquisa realizada teve como base fontes primárias, documentos produzidos e ainda não analisados e/ou trabalhados por outros pesquisadores desde a chegada das famílias Warao ao estado de Alagoas, inclusive os relatórios e as informações técnicas produzidas pela autora, quando do exercício de suas atividades junto à Funai e enquanto partícipe dos Comitês instituídos pelos Municípios/Estados para tratar sobre a temática da migração indígena.

Os documentos foram buscados através de processo existente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Funai, sob o nº 08768.000164/2021-18, para tratar sobre a pauta dos indígenas Warao em Alagoas, além de documentos disponibilizados pela Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público Federal (MPF), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar (Semdes), Consultório na Rua de Maceió e Casa de Ranquines (organização social responsável pelo acolhimento das famílias Warao até o mês de novembro de 2024).

Importante salientar que a análise desse conjunto de fontes de informação decorre da necessidade de entender as articulações e, em especial, as atuações dos órgãos citados dentro das esferas de competência de cada um e, para além, analisar a geograficidade desses

documentos, bem como sua ligação com a migração e a geopolítica. Deixando claro que, diante do curto espaço de tempo destinado a um mestrado, não foi possível a análise de todos os documentos produzidos sobre a temática, mas sim daqueles mais importantes e que trouxeram algum impacto para as famílias Warao.

Para a realização da análise e criação de conexões e nexos explicativos e de base ideológica dos documentos apresentados, fez-se necessário avaliar o contexto histórico no qual o documento foi produzido, o universo sócio-político do(s) autor(es) e daqueles a quem foram destinados, seja qual tenha sido a época da produção do texto, considerando que aqui a análise é recente e remete à chegada das famílias a Alagoas em 2021, bem como o registro de imagens, com a finalidade de resguardar os momentos e as transições realizadas no percurso das famílias Warao no estado.

Assim, não se pode pensar em interpretar um texto sem ter previamente uma boa identidade da pessoa que o produziu, seus interesses e os motivos que a levaram a escrevê-lo, como afirma Cellard (2012, p. 299):

Seja como for, o analista não poderia prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social, cultural, que propiciou a produção de um documento determinado. Tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais de seu ou seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc.

No primeiro capítulo, apresenta-se a fundamentação teórica através de uma perspectiva de discussão da geopolítica da migração e multiterritorialidades, apontando a visão de alguns geógrafos sobre o processo migratório e evidenciando a discussão sobre territorialidades e multiterritorialidades, sob a perspectiva da migração, como movimento de dominação política e econômica, passando por processos de apropriação simbólico-cultural e afetivo-identitária, importantes para a o estudo da migração.

A migração de indígenas Venezuelanos e informações sobre as causas desses processos migratórios são apresentadas no texto. Aborda-se, ademais, a chegada desses grupos de indígenas ao Brasil e remeto a uma discussão sobre a setorialização dos deslocamentos. Por fim, apontamos os processos de chegada e saídas na mobilidade inter-regional interna no Brasil até a chegada à Alagoas.

No segundo capítulo, apresenta-se os principais agentes institucionais envolvidos com os processos migratórios e de acolhimento no Brasil das famílias Warao, analisando os agentes institucionais locais e dos principais documentos produzidos por eles, na perspectiva de resgate

geográfico e histórico dessa sequência de atuações interinstitucionais e faço descrição de todo processo de acolhimento das famílias desde quando chegaram à Alagoas.

Aqui, importante registrar que a observação permite fazer geografias no movimento das pessoas pelo mundo e que observar e descrever esses processos, como é feito nessa pesquisa, são imprescindíveis no fazer geográfico. Assim, observar é olhar e sentir e o descrever é o modo através do qual materializamos as experiências com o trabalho da pesquisa e assim foi realizada nessa dissertação, especialmente nos relatos e análises documentais.

A análise no terceiro capítulo é feita sobre o que significa a instrumentalização das políticas públicas e como o processo de politização e criminalização da migração se deu, configurando-se geograficamente em um processo excludente de dominação e que envolve questões políticas, econômicas e interesses especiais em algumas regiões do planeta. Para além, trazemos uma breve análise sobre a tentativa de instrumentalização da política migratória no Brasil, já que não está formada e necessita de um olhar diferenciado e cuidadoso na sua concepção.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para uma análise do tema abordado e a fim de que a construção teórica esteja fundamentada nos pilares que regem as dinâmicas socioespaciais dos processos migratórios, é importante tecer considerações sobre a geopolítica da migração venezuelana, e a chegada ao Brasil, com a formação de uma política setorializada para o acolhimento.

Assim, há a necessidade de fazer uma análise do processo migratório sob um olhar da geopolítica da migração e através do conceito de espaço geográfico nos processos migratórios.

2.1 Geopolítica da migração e multiterritorialidades

Inicialmente, faz-se importante discutir o processo migratório sob olhar e perspectivas geográficas, como trazido por Damiani, em *Geografia e População*, através do relato de que “A discussão da migração tem um caráter estratégico no desvendamento da relação entre a dinâmica populacional e o processo de acumulação de capital, para além da concepção de crescimento natural — a do excesso de nascimentos sobre mortes” (2001, p. 39).

O fenômeno migratório é concebido como estudo de grande importância no processo de acúmulo de capital, uma vez que os fluxos possuem sentido de saída de zonas opacas⁵ em direção às zonas luminosas, sempre buscando melhores condições de vida através de novas oportunidades de emprego. No entanto, nem sempre o processo migratório está relacionado apenas a essas características, especialmente quando se observa os fluxos migratórios dos indígenas Warao.

Dentre os geógrafos que trabalham (direta ou indiretamente) com a migração, destaca-se Claude Raffestin, por sua análise vinculada às esferas do poder e auxílio no pensamento relacionado às mobilidades e trabalho como parte de processos impulsionadores dos movimentos migratórios.

Em sua obra “Por uma geografia do poder”, Raffestin indaga sobre as diversas facetas da geografia e revela as esferas de dominação, principalmente nas transversalidades da ciência geográfica. Ao olhar para a relação entre população, poder e geografia, o autor analisa a população como um todo social, capaz de sofrer o processo da coisificação pelas metodologias de contagem e manipulação do poder, na sua maioria por maior influência do Estado, aqui

⁵ Milton Santos (2008) se refere a espaços que muitas vezes são invisíveis à lógica dominante, mesmo estando situados no interior dos espaços adaptados às exigências globais e pertencentes à lógica dominante.

entendido como complexo entre Estado-nação e grandes corporações que traduzem e modificam as suas relações de poder: “A população é concebida como um recurso, um trunfo, portanto, mas também como um elemento atuante. A população é mesmo o fundamento e a fonte de todos os atores sociais, de todas as organizações. Sem dúvida é um recurso, mas também um entrave no jogo relacional” (Raffestin, 1976, p. 67).

Para o autor, o espaço está, portanto, repleto de valores e referências das relações, estabelecidas, não única, mas principalmente a partir das elites no processo de transformação do trabalho e dos recursos. Tal análise adquire importância para o processo de migração pela ideologia da necessidade do capital-trabalho, vinculado aos mecanismos construídos pelo Estado e pelas organizações, e de fluxos capazes de distribuir espacialmente a população conforme conveniências do e no capitalismo.

Sabe-se que a mobilidade advinda das migrações deu lugar a toda sorte de classificação, mais ou menos sofisticadas conforme o número e a combinação de critérios [...]. Diremos que a mobilidade é autônoma quando resulta de uma coerção [...]. Mesmo no caso da mobilidade autônoma, as organizações adotam diversas estratégias para aumentar o movimento ou, ao contrário, para freá-lo. As políticas migratórias são de uma extrema importância porque controlam e administram os fluxos no espaço (Raffestin, 1976, p. 88.).

Como análise geográfica, o espaço toma importância nos processos sociais a partir dos fluxos internos e externos, pois o poder inerente é aquele que concede forma às relações autônomas e coletivas dos processos de mobilidade. Entendendo também a migração como política complexa e contribuinte para formação do poder, a partir das organizações que controlam as populações nesses espaços.

Assim, a coisificação da população no espaço é pautada por essas organizações a partir da quantificação genérica da sociedade, e é nesse ponto que Raffestin (1976) classifica atores sociais distintos, que compreendem a relação entre territorialidade e território, intrínsecos também aos processos de inserção de migrantes em determinados espaços.

É Haesbaert (2007) quem observa em Raffestin (1976) a análise que aponta que, sendo o poder imanente às relações e aos fluxos espaciais, a população torna-se quase uma imagem daquilo que é o espaço, como um mosaico de paisagens com sobreposições ditadas por determinações de alguns atores. O território é aqui tratado ainda como território estático, no entanto, faz-se necessária a análise de Raffestin acerca desse processo como inerente a mobilidades em particular, processos sociais distintos no espaço e em seus fluxos.

Enquanto a economia globalizada torna os espaços muito mais fluidos, a cultura, a identidade, muitas vezes re-situa os indivíduos em micro ou mesmo mesoespaços (regiões, nações) em torno dos quais eles se agregam na defesa de suas especificidades histórico-sociais e geográficas. Não se trata apenas de que estamos, genericamente, „agindo mais sobre as imagens, os simulacros dos objetos, do que os próprios objetos“, como afirma Raffestin. A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (Haesbaert, 2007, p. 92).

Segundo Milton Santos (2001, p. 80), “[...] o território não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida.” E, por isso, a migração seria, sem paradoxo, consequência da imobilidade — ou seja, quem pode vai consumir e volta ao lugar de origem; quem não pode, em contrapartida, vai e fica.

Nessa perspectiva, a palavra cosmopolita, foi associada a um modo de vida globalizado, no entanto, pensar em um mundo sem fronteiras reais e desprezar as fronteiras geográficas e as questões históricas constituiriam o objetivo maior de considerar a Terra como casa comum. Os imigrantes encontram-se em uma classe global que é minoria social e sem território, conforme apresenta Milton Santos (2015, p. 96): “O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence”.

Para esta população, o medo caminha lado a lado com a perda de sua identidade, mas, normalmente, acaba por se ressignificar, já que eles buscam tornar-se parte do local em que estão vivendo. A identidade torna-se, assim, uma celebração móvel. Ao longo do tempo e com os inúmeros fluxos migratórios, os espaços se modificam e então presencia-se o choque entre as culturas (Hall, 2006), pois elas são continuamente transformadas em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Segundo Milton Santos (2012):

O espaço, portanto, é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória de espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à

mudança dos processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas de se inserir dentro delas (p. 73).

Dentro da perspectiva de discussão sobre territorialidade, Haesbaert (2004) expande o conceito e traz a ideia de multiterritorialidade, que coaduna com os processos migratórios, já que a definição abarca a pluralidade de processos nele e por ele gerados, definindo-o como movimento que engloba tanto a dominação política e econômica, quanto a apropriação simbólico-cultural e afetivo-identitária, importantes para o estudo da migração e também a concordância que provoca o conflito, com a passagem do poder ao outro, com implicações sobre a tutela e a ausência do sujeito de escolhas e percepções próprias.

Para Haesbaert, o território e as territorialidades correspondentes e múltiplas vão além de limites espaciais e se encontram através de escalas diversas e conexões múltiplas, ao postular que os territórios são sempre múltiplos e geram, em sujeitos e grupos, uma multiterritorialidade. Dessa forma, para o autor, a migração é um processo multiterritorial que se faz pela interação em rede, pois:

Mesmo que tenhamos apenas a sobrevivência de referências territoriais puramente simbólicas, e que estas se reportem não a territórios particulares (como o Estado-nação ou a região de origem), mas aos múltiplos territórios ou à própria dispersão (territórios dispersos) que compõem o grande território-rede da diáspora, ainda assim devemos falar num tipo muito próprio de reterritorialização, uma territorialização múltipla, na dispersão, articulada em rede, “com ou no movimento” (inerente à diáspora) e altamente simbólica – em outras palavras, uma multiterritorialidade em sentido estrito (Haesbaert, 2006, p. 356).

Deleuze e Guattari apontam, a partir das obras de Haesbaert, que a geografia possui papel fundamental na análise do espaço e suas multiplicidades, ao examinarem, criticarem e verem suas complexidades horizontalizadas no espaço e verticalizadas pelo território, com interferências dos processos de agenciamentos, que inserem o sujeito no espaço vivido a partir da des-reterritorialização. O migrante seria, assim, sujeito intrínseco a esse processo de análise do espaço, através da produção de agenciamentos que produzem análises críticas acerca dos estabelecimentos de poder contidos nos vários fenômenos migratórios. Sobre a geografia, Deleuze (*apud* Haesbaert, 2007, p. 141) ressalta que:

A geografia não se contenta em fornecer uma matéria e lugares variáveis para a forma histórica. Ela não é somente humana e física, mas mental, como a paisagem. Ela arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irredutibilidade da contingência. Ela arranca do culto das origens, para afirmar a potência de um „meio“ (...). Ela arranca das estruturas, para traçar as linhas de fuga que passam pelo mundo grego, através do Mediterrâneo. Enfim, ela arranca a história de si mesma para descobrir os devires, que não são a história mesmo quando nela recaem.

Essa compreensão da geografia como busca pela multiplicidade do espaço e seus movimentos se apresenta nos trabalhos e escritos da geógrafa britânica Doreen Massey (2008). A autora destaca que a ideia central sobre a responsabilidade política do espaço refere-se à construção do processo de conjuntura e transformação do espaço/temporal, abrangendo a multiplicidade.

Para ela, a ideia de que o tempo possui movimento e é múltiplo diversamente oposto ao espaço é errônea e, apresenta que a heterogeneidade do espaço até poderia circular por um só tempo, mas pelo espaço há várias formas de interpretação do espaço e tempo.

O espaço é tão impossível de representar quanto o tempo (apesar de uma questão relevante é a da representação tempo-espaço) arrancando o espaço dessa cadeia imobilizante de conotações, ambos, potencialmente, contribuem para as desarticulações necessárias para a existência do político e abrem o próprio espaço para um discurso político mais apropriado (Massey, 2008, p. 80).

Massey apresenta que o espaço e o lugar se configurariam de forma distinta à usual definição de lugar, pois envolvem a sociabilidade, especialmente quando o indivíduo não deixa de existir (exemplo prático de alguns migrantes invisibilizados pelo Estado) e, ao contrário, reflete e absorve outras espacialidades e territorialidades após sua inserção política como ser participante.

No entanto, para fazer a análise de maneira mais completa, há, para a autora, a necessidade de se observar também as configurações de poder estabelecidas por organizações e elites, capazes de manifestarem suas peculiaridades. Por exemplo, a globalização, que mostra uma abertura de espaços, ao tempo que mascara desigualdades e o movimento real desses espaços, vejamos:

O espaço global, como o espaço de modo mais geral, é um produto de práticas de poder material. O que está em questão não é apenas a abertura e o fechamento ou a 'extensão' das conexões através das quais nós, ou o capital financeiro, ou o que quer que seja... presta atenção às nossas coisas. O que está em questão são as novas geometrias de poder constantemente sendo produzidas, as mutantes geografias das relações-de-poder (Massey, 2008, p. 130).

Essas geometrias de poder seriam articulações político-espaço-temporais atuantes nas necessidades reais, mas sempre como formas de dominação capazes de serem encontradas em todas as esferas de poder — e que se encontram em todas as esferas de poder. Assim, a própria migração seria um entendimento espacial e não somente temporal, uma vez que apresenta a realidade da diversidade, bem como expõe a êxtase política e social em que se encontra.

Para a autora, já que tudo é movimento, não deixaria de ser migrante e, muito menos se aplicar aos fenômenos sociais e à velha discussão sobre geografia física e geografia humana (Massey, 2008). Assim, uma vez que na natureza tudo é movimento, a migração não é mais um processo social de estruturas apenas, sendo, pois, movimento dos sujeitos — ora pelos desejos inerentes aos agenciamentos e possibilidades (conforme Deleuze), ora pelas geometrias de poder estabelecidas para as necessidades de dominação de um grupo e/ou de uma sociedade.

Haesbaert destaca que o processo de territorialização abrange um sentido multiescalar, ou seja, o território reflete na ideia/perspectiva do migrante na medida em que ele é construído mutuamente aos processos e às geometrias dos sujeitos partícipes.

O território reflete nos fenômenos migratórios e na perspectiva do migrante, pois é construído mutuamente aos processos e às geometrias estabelecidas pelos sujeitos em negociação, e, principalmente, quando questionada sobre a possibilidade de pensarmos em migrantes, que necessariamente àqueles que saíram ou que deixaram o seu local de origem e geraram movimentos a partir das transformações do espaço. Faz-se importante observar que esses movimentos são geradores de interconexões que possibilitam a formação/conformação dos territórios e as territorializações dominadas pelas elites locais, que constroem as concepções de multiterritorialidades, como se nota:

A multiterritorialidade deve ser identificada tanto em seu sentido potencial ou virtual (a possibilidade de ser acionada) quanto como realização ou acionamento efetivo. As implicações políticas desta distinção são importantes, pois sabemos que a disponibilidade do ‘recurso’ multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios – é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se acessível apenas a uma minoria. Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do ‘primeiro’ território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana (Haesbaert, 2007, p. 360).

Haesbaert denota que os territórios no âmbito da territorialidade se produzem na identificação, isto é, no processo comum de identificação/diferenciação, e que ao se falar de multiterritorialidades, há a construção de que as relações territoriais entre global e local se diferem e individualizam na medida em que territorialidades surgem no seio das primeiras territorialidades.

Para os Warao a lembrança dos espaços de morada, coleta, pesca é um dos aspectos em que a territorialidade se manifesta e em que os laços simbólicos de constroem e se manifestam

nas estratégias de luta pelo território multidimensional e multiescalar que permitem a permanência nas memórias coletivas e individuais do povo.

2.2 Migração de indígenas venezuelanos

De acordo com Castro (2000), o Censo Venezuelano de 1992 estimava uma população de 30.000 indígenas. Em parecer técnico elaborado pelos peritos do Ministério Público Federal⁶, estima-se uma população de 49.000 Waraos espalhada em diversas comunidades na região caribenha do delta do Rio Orinoco. Segundo o Censo Nacional de *Población* do Instituto Nacional de Estatística, na Venezuela (Venezuela, 2011), são aproximadamente 51 povos indígenas (Figura 1).

FIGURA 1 – Mapa Povos indígenas da Venezuela

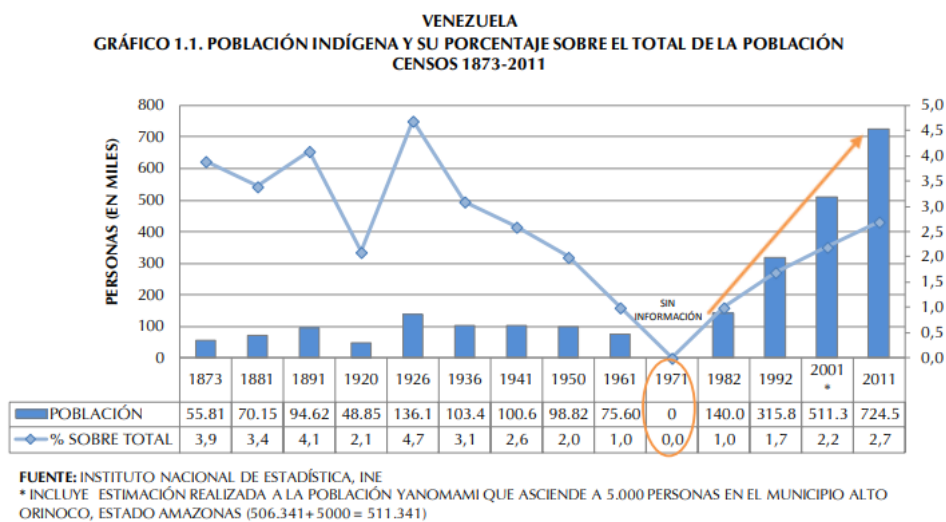


Fonte: reproduzido de Instituto Nacional de Estatística, 2010.

Dados do último Censo de Población y Vivienda, realizado em 2011, evidenciam aumento importante da porcentagem de população de indígenas sobre a população nacional, quando observados os censos anteriores (Figura 2).

⁶ RAMOS, Luciana; BOTELHO, Emília; TARRAGÓ, Eduardo. **Parecer Técnico/SEAP/6ª CCR/PFDC, nº 208** [S.l.], 2017.

FIGURA 2 – Gráfico população indígena e sua porcentagem sobre o total da população- Censos 1873-2011



Fonte: reproduzido de Instituto Nacional de Estatística da Venezuela, 2011.

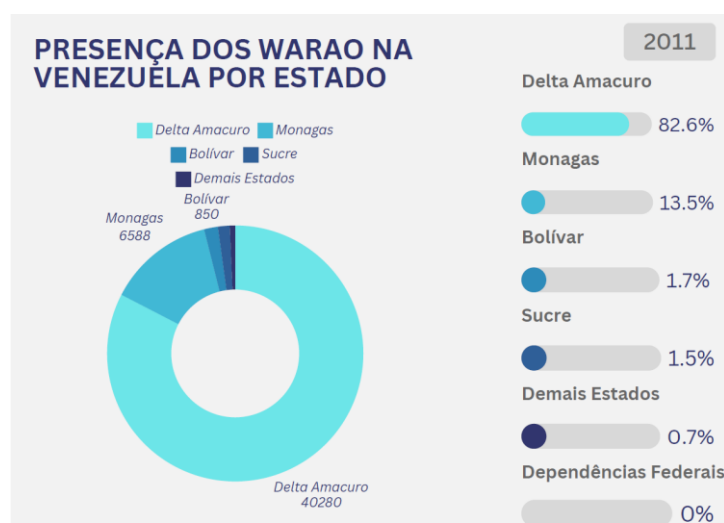
O povo Warao é a segunda maior população desse país, com 48.771 pessoas, das quais 24.848 eram homens e 23.923 mulheres (Instituto Nacional de Estadística, 2011), conforme observável na Figura 3. Os Wayuu/Guajiro são a maior população indígena da Venezuela, conforme informa o INE (2011), enquanto os Warao são a segunda maior população indígena do país.

FIGURA 3 – Os dez povos indígenas mais populosos da Venezuela, 2011

POVOS INDÍGENAS	QUANTIDADES	PORCENTAGEM
WAYUU/GUAJIRO	413.437	57,1
WARAO	48.771	6,7
KARIÑA	33.824	4,7
PEMÓN (AREKUNA, KAMARAKOTO, TAUREPÁN)	30.148	4,2
JIVI/GUAJIBO/SIKWANI	23.953	3,3
KUMANAGOTO	20.876	2,9
AÑU/PARAUJANO	20.814	2,9
PIAROA	19.293	2,7
CHAIMA	13.217	1,8
YUKPA	10.640	1,5
DEMAIS POVOS	89.619	12,2
TOTAL	724.592	100

Fonte: elaborado pela autora com dados do Censo Nacional de Población y Vivenda, 2011.

Pelos dados do Censo Nacional de 2011, observamos que os Warao têm presença em todos os 25 estados venezuelanos, porém, com maior densidade nos estados de Delta Amacuro, Monagas, Bolívar e Sucre, conforme Figura 4.

FIGURA 4 – Presença dos Warao na Venezuela por Estado

Fonte: elaborado pela autora com dados do Censo Nacional de Población y Vivienda, 2011.

Ao analisarmos o estado com maior percentual de presença de cidadãos indígenas Warao, Delta Amacuro, notamos claramente a forte presença de indígenas Warao, pois, conforme dados do Censo Demográfico de 2011, o estado possuía o quantitativo de 165.525 habitantes (indígenas e não indígenas) e o povo indígena Warao, com seus 40.280 habitantes, representava 24,3% da sua população.

Os Warao são oriundos da República Bolivariana da Venezuela, mais especificamente, como nos informam Castro-Garcia e Heinen (2000):

Los Warao, habitantes milenarios del delta del Orinoco, en Venezuela, ocupan una extensa área que no sólo abarca el estuario de este río, sino que se extiende por la región nororiental del estado Monagas, suroriental de Sucre, nororiental de Bolívar y la región suroriental del estado Delta Amacuro, traspasando al sureste los límites con la república de Guyana (Castro-Garcia; Heinen, 2000, p. 1).

Na Venezuela, os Warao ocupam um território que se estende por todo o estado de Delta Amacuro e por parte dos estados de Monagas e Sucre, no delta do rio Orinoco, região Nordeste (Figura 5), como explicado na publicação da Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para Refugiados (Acnur, 2024), intitulada *Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes*.

Delta Amacuro, segundo o Censo de 2011, apresenta uma população indígena superior a 41 mil indivíduos, sendo o quarto estado venezuelano em população indígena total e o estado com o maior número de indígenas residentes em área rural (87%). Os municípios de Antonio Díaz e Pedernales, locais de origem de muitos dos Warao que hoje estão no Brasil, são áreas de maciça presença indígena, constituindo 92% e 69% da população total, respectivamente. Estudos antropológicos, como os de García Castro (2000, 2006, 2009); Ayala Lafée-Wilbert e Wilbert (2008); Gassón e Heinen (2012) indicam que os Warao representam o grupo humano mais antigo da Venezuela, habitando o delta do rio Orinoco há pelo menos oito mil anos (Acnur, 2024, p. 24).

FIGURA 5 – Mapa Localização dos Warao na Venezuela



Fonte: reproduzido de Fernandes; Pacheco, 2024.

Os Warao habitam o Delta do rio Orinoco há pelo menos oito mil anos e, segundo estudos antropológicos, representam o grupo humano mais antigo da Venezuela. Eram originalmente coletores e pescadores, sendo chamados de povos das águas, com habitações suspensas como palafitas.

Warao significa ‘Povo das Canoas’ ou ‘Navegantes’, referência aos habitantes do litoral caribenhos tidos como hábeis canoeiros e pescadores (Figura 6). Também são conhecidos como povos das canoas (Pereira, 2019) e povos das águas (Dos Santos; Zambrano, 2019).

FIGURA 6 – Indígenas Warao da aldeia Curiara, no Delta Orinoco



Fonte: reproduzido do site Amazonia Real, 2016⁷.

As comunidades ribeirinhas dos indígenas Warao são organizadas em Hanoko, que são suas casas tradicionais de palafitas, construídas, como observado na Figura 7, com troncos de árvores e cobertas com folhas de palmeiras, conectadas por pontes e passarelas para deslocamentos. Quanto à sua característica habitacional, esclarece Etayo (2013, p. 32):

Aun cuando en sus inicios los grupos warao fueron considerados grupos nómadas, característica asociada a los grupos de economía de apropiación, estos rápidamente cambiaron su estilo por uno más sedentario ya que el entorno de la sabana del Delta del Orinoco, por su ecosistema estable les proporcionaba una fácil adaptación al medio y un acceso total a sus fuentes de subsistencia. Su habilidad en la elaboración y manejo de canoas les proporcionaba fácil acceso a los ecosistemas tanto fluvial (su lugar de habitación) como al costero, además de que el mecanismo de las mareas en el Delta del Orinoco provoca un fenómeno conocido como macareo que hace que en la pleamar muchas especies marinas entren a los caños del Orinoco. Sus habitaciones son construidas sobre pilotes dentro del área del río (aldeas palafíticas). Aunque se conoce de grupos que se asientan en la propia costa o tierra adentro.

⁷ Disponível em: https://amazoniareal.com.br/wp-content/uploads/2016/05/Waraos_em_curiara-2.jpg.

FIGURA 7 – Moradias (Hanoko) Warao Delta do Orinoco



Fonte: fotografia de Tane Tanae [s.d.].

Aníbal Perez Cardona⁸, indígena Warao atualmente residente em Maceió/AL, apresenta a seguinte descrição do que é ser Warao:

Ser Warao significa ser gente, pessoa, humano/a.. Por utilizarmos muito a wajibaka (canoa) para o trabalho, também somos conhecidos/as como povo navegante, como gente de água e canoa. Ela se constitui como um meio de comunicação através do qual podemos viajar pelos rios e nos comunicarmos entre comunidades e famílias. A maioria de nossas casas são de madeira (com a base construída sobre estacas) e estão localizadas na costa dos igarapés (caños), nas ilhas ou na foz dos rios (Perez, 2020).

O artesanato Warao, com cestarias feitas de palha de buriti⁹, é uma fonte de renda desde a Venezuela e pode ser visualizado nas Figuras 8 e 9. A árvore do buriti é considerada como a “mata da nossa terra”, “árvore sagrada”, “de onde tiramos tudo, especialmente nossas forças”¹⁰: dela saem muitos alimentos, como doces e sucos, e a fibra é utilizada para fazer artesanato de cestarias, chapéus, adornos e redes.

⁸ Relato feito a João Paulo do Vale de Medeiros, doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF), agente da Comissão Pastoral da Terra e membro do Mire – Mística e Revolução, em 2020.

⁹ “Ojidú – Árvore da Vida” para os Warao.

¹⁰ Referências anotadas pela pesquisadora desde o início dos diálogos com as famílias Warao, em 2019.

FIGURA 8 – Artesanato na Venezuela - Exposição II Seminário Warao (Boa Vista/RR – jun. 2024)



Fonte: fotografia de Jenny González Muñoz [s.d.].

FIGURA 9 – Artesanato Warao em Boa Vista/RR – Abrigo Pintolândia



Fonte: acervo pessoal da autora, 2024.

Há uma lenda que os Warao sempre nos contam e que explica a profunda relação com a árvore do Buriti: há muito tempo havia um homem que se chamava Ojidu e dava tudo ao povo Warao, tudo o que eles precisavam, mas um dia esse homem foi assassinado por outro homem muito invejoso e, quando morreu, se tornou uma árvore de Buriti – Ojidu, a árvore da vida para os Warao, pois tudo que eles precisam, ela oferece.

A missionária da Fraternidade-humanitária (FFHI), irmã Maria de Lourdes, pôde observar como este povo vive uma profunda reverência à árvore do Buriti e, ao acompanhar algumas colheitas na cidade de Boa Vista/RR, notou que havia uma grande conexão dos indígenas com a árvore, conforme relata:

Alguns, mais anciãos, faziam silêncio quando se aproximavam da árvore que sentiam que estava pronta para retirar o broto da palma, de onde extraem a fibra. Após a retirada do broto, descem e fazem uma oração típica de agradecimento, deslizando-o com as mãos, para que a árvore continue dando a fibra que necessitam. Com reverência e muita simplicidade, retiram apenas o que necessitam para algumas semanas, sem a intenção de acumular. Retornam em outro momento para retirar novamente das árvores que já estejam disponíveis para colher, respeitando o ciclo daquela que recém lhe ofertou o seu broto (Lourdes, 2020).

Esse respeito e sentimento é realmente ouvido quando das conversas que temos com as famílias, inclusive o pedido constante de acesso à palha e ao doce do Buriti. Já fizeram várias solicitações desse tipo quando estive realizando meus trabalhos enquanto indigenista, inclusive os Warao que residem em Recife/PE e encontraram a árvore do Buriti em uma mata próxima da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em meados de abril de 2021, no bairro de Dois Irmãos, e mandaram as fotos dos baldes cheios de Buriti para os parentes que estavam e em Maceió/AL.

Tal descoberta se espalhou pelas redes de comunicação Warao do Brasil rapidamente, pois, diante da falta do Buriti em várias partes do país, eles queriam muito sentir o gostinho, queriam as palhas, queriam o suco/extrato retirado dos frutos, mostravam a foto e diziam que tinha em Recife e ficavam questionando se teria em Maceió também. Toda essa vivência realmente revela que o buriti é a árvore da vida para as famílias Warao e que eles sentem muito por não terem acesso a esse bem cultural/social e do imaginário, inclusive com ligações cosmológicas e ancestrais. Na Figura 10, podemos observar mulheres Warao trabalhando com as folhas do Buriti.

FIGURA 10 – Mulheres trabalhando com as folhas do Buriti em Boa Vista/RR



Fonte: Fraternidade – Humanitária (FFHI)¹¹.

A análise da migração dos Warao começa com a compreensão de sua ligação profunda com o território do delta do Orinoco, na Venezuela. Por serem um dos povos indígenas mais antigos dessa região, e, por séculos, terem construído uma vida em torno dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, sua cosmovisão está intimamente ligada ao ambiente do delta, bem como ao modo de vida Warao tradicional, com a inclusão da pesca, da coleta e da agricultura de subsistência. No entanto, diversos fatores históricos contribuíram para deslocamentos dos Warao ao longo do tempo, tanto internos quanto externos, culminando na migração forçada recente.

A fim de facilitar a dinamicidade dos deslocamentos das famílias Warao, segue uma divisão em períodos:

a) Período colonial e primeiros contatos

Rodríguez (2010) assinala que a etnia tem suas origens ligadas a tempos remotos, provas arqueológicas sugerem que ela povoa o continente americano desde aproximadamente sete ou oito mil anos. Assim, antes da chegada dos europeus, a porção sul das Américas estava habitada pelos indígenas, dentre os quais os Warao.

Há estudos antropológicos que indicam que os Warao representam o grupo humano mais antigo da Venezuela como descrito por Rosa (2021). No mesmo sentido, Etayo (2013, p. 54):

¹¹ Fotografia reproduzida da página Frater Internacional. Disponível em: [https://www.fraterinternacional.org/a-arvore-sagrada-do-povo-indigena-warao/#iLightbox\[gallery-2\]/2](https://www.fraterinternacional.org/a-arvore-sagrada-do-povo-indigena-warao/#iLightbox[gallery-2]/2). Acesso em: 24 jun. 2024.

Estas creencias podrían ser la cuna de la costumbre de elaborar un fogón sobre los enterramientos para ir supliendo de comida al fallecido. Para los warao la provisión de viaje es la ‘guanaba’, palabra que aparece en el texto de Pané como comida de los muertos, y que se ha traducido como guayaba. Es nuestra opinión que estos fogones elaborados por los warao y, que como veremos más adelante, aparecen también en enterramientos de individuos de grupos apropiadores tardíos en Cuba (principalmente en enterramientos infantiles) son la provisión de viaje al más allá y los recursos para mantener satisfecho el espíritu del fallecido para que no se aparezca a los vivos.

Até o até o século XVIII, os Warao viveram de atividades de subsistência, visto que os colonizadores espanhóis não apresentavam interesse em suas terras, considerando que eram vistas como inférteis e impróprias para a agricultura e sem presença de minérios — como ouro, que era um dos carros-chefes da procura nas américas pelos europeus. Assim, nesse período de calma, outros povos buscaram proteção e tranquilidade nessas áreas, com ampla diversidade e influências nas formas de organização e práticas culturais dos Warao:

Os Warao originalmente se alimentavam da caça e da coleta, orientando-se sazonalmente pelo território. A sedentarização de grupos Warao teria ocorrido como o resultado das relações de trocas com outras populações caribenhas, que dispunham de horticultura mais sofisticada e de conhecimentos sobre as formas de processamento da mandioca. Este processo de conversão dos Warao em agricultores teria se dado na periferia do delta do Orinoco, nas Guianas Holandesa e Britânica. Também teria provindo das trocas e convivências com demais grupos caribenhos o conhecimento dos Warao acerca da construção de canoas (Botelho; Ramos; Tarragó, 2017, p. 5).

Durante o período colonial, os indígenas Warao experimentaram os primeiros impactos das migrações forçadas devido à colonização europeia, quando os colonizadores espanhóis exploravam as áreas ao redor do delta do Orinoco para buscar riquezas e evangelizar povos indígenas, como ocorreu em vários países das Américas, numa visão eurocêntrica do processo de colonização, como se nota em Meertens (2005, p. 53): “O contato entre os colonizadores europeus e os povos indígenas da América Latina foi marcado por uma imposição de valores culturais, econômicos e religiosos, o que resultou em uma série de transformações forçadas nas estruturas sociais, políticas e econômicas desses grupos”.

Os Warao resistiram à submissão e mantiveram certa autonomia devido à localização isolada de suas terras, Ramos (2002, p. 67) esclarece: “Durante o período colonial, povos indígenas de áreas remotas, como os Warao no delta do Orinoco, desenvolveram formas de resistência contra a dominação cultural e religiosa dos colonizadores, preservando aspectos fundamentais de suas crenças e práticas tradicionais”.

No artigo *Notas acerca de los indígenas warao migrantes en Brasil*¹², Ronny Velásquez (2020, p. 2) cita:

Desde épocas anteriores, la llegada de los religiosos, algunos de muy buena voluntad, y otros, sólo con el objetivo de reducirlos a “misiones” desde principios de 1700, los fueron reduciendo y con nándolos a pueblos para catequizarlos. El warao no ha sido rebelde, su condición de humildad hizo inclusive, que muchos de ellos fueran esclavizados.

E segue afirmando:

Los warao convivieron siempre con sus animales de la selva, de sus ríos, de sus caños y también aprendieron de ellos. Así que, la cultura warao, ha sido una fuerza de resistencia para vivir, pero lamentablemente, todo su mundo de relación simbólica se ha ido desvaneciendo hasta cierto grado (no del todo) y algunos Wisi-datu (chamanes), afirman que sus dioses y espíritus los han abandonado, algunos ancianos ya no resisten a las fuerzas y presiones de la nostalgia (Velásquez, 2020, p. 2).

Entretanto, o contato com colonizadores levou doenças, conflitos e a influência de missões religiosas, através da construção de projetos de “civilização” dos indígenas, causou alterações nos seus modos de vida, começando um primeiro processo de deslocamento cultural. A introdução de doenças e o uso de trabalho forçado em territórios indígenas durante o período colonial devastaram populações inteiras, forçando-as a migrar ou se adaptar a uma nova realidade de sobrevivência e sendo responsáveis pelos grandes fluxos migratórios dessas populações.

Na publicação *Yakera, Ka Ubanoko: o dinamismo da etnicidade Warao*¹³, os autores apresentam a visão antropológica sobre a saída do povo Warao do território de origem:

Incluídos no processo de colonização que impactou os povos indígenas da América Latina e do Caribe, asseguramos que os Warao historicamente foram forçados a migrar de seu território ancestral. Neste sentido, a definição do Delta do Amacuro como território ancestral, vistos por alguns como o lugar de onde eles não deveriam sair, é resultado do processo de “civilização” da Venezuela e das Américas, que persiste até os dias atuais (Lima; Cirino; Muñoz (org.), 2020).

b) O Século XX e o avanço da modernização

A migração dos Warao no século XX está intimamente ligada ao avanço da modernização na Venezuela, que trouxe novos desafios para as comunidades indígenas do delta

¹² Velásquez, Ronny. Notas acerca de los indígenas warao em Brasil. *EntreRios*, Teresina, v. 3, n. 2, 2020.

¹³ LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González. (orgs.). *Yakera, Ka Ubanoko: o dinamismo da etnicidade Warao*. Recife: Editora da UFPE, 2020.

do Orinoco, pois o governo venezuelano começou a explorar com maior intensidade as áreas indígenas, promovendo projetos de desenvolvimento que impactaram diretamente nos Warao. Projetos de infraestrutura, como estradas e mineração, afetaram o ecossistema do delta, reduzindo os recursos naturais dos quais os Warao dependiam; para além disso, o crescimento da indústria petrolífera na Venezuela e a modernização do país levaram ao desmatamento e à degradação das áreas ao redor das terras Warao.

Esse momento é citado por Donny Meertens, quando da sua participação na *Conferencia dictada em la Cátedra Manuel Ancizar de la Universidad Nacional de Colombia*, sobre o tema: “*migraciones, transnacionalismo y desplazamiento*” no primeiro semestre de 2004 em Bogotá¹⁴:

[...] la población migrante y la población desplazada por violencia—mujeres y hombres— no solo son víctimas de crisis económicas, de desempleo, del conflicto, del desarraigo, del abandono por parte del Estado. También son todos, en algún grado, agentes de cambio social, sujetos activos de sus derechos, forjadores de su futuro.

Os primeiros movimentos migratórios Warao do Século XX foram introduzidos a partir do cultivo do “ocumo chino” (um tipo de cará-inhame), como uma maneira de libertá-los da dependência da palma do moriche, como chama a atenção García-Castro (2020, p. 7):

En los morichales y los cañitos, a pesar de la dureza de su vida, habían disfrutado hasta entonces de una alimentación bastante balanceada, gracias al producto del monte, en forma de presas animales, aves, pescado, frutas, miel y tortas de sagú, dentro de una economía de subsistencia. Muchos waraos salieron entonces del interior de sus islas pantanosas, del hábitat tradicional de las palmas de moriche y temiche (*Manicaria saccifera*) y se asentaron permanentemente en las orillas de los caños abiertos, para incursionar en el mundo “exterior” en busca ropa, herramientas, redes, motores fuera de borda, gasolina y posteriormente, asistencia educativa y sanitaria, viajando al interior de las islas sólo por cortas temporadas.

Outro movimento significativo aconteceu na segunda metade do século XX, quando teve início uma saída de muitos Warao dos locais tradicionais para alguns centros populacionais na Venezuela, como relata Álvaro García-Castro (2020, p. 5):

[...] en la segunda mitad del siglo XX, cuando la Corporación Venezolana de Guayana (CVG) llevó a cabo una desafortunada intervención del medio natural, al construir un dique en el caño Manamo, interrumpiendo el flujo natural del río Orinoco y ocasionando un verdadero desastre ecológico que afectó las aguas, la tierra, la flora y la fauna del Delta Occidental.

¹⁴ Texto publicado em: ARDILA, Gerardo (ed.). **Migraciones, transnacionalismo y desplazamiento**: memorias de la Cátedra Manuel Ancizar 2004. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia (CES), 2006.

Ao final da década de 1980 se inicia um novo ciclo de deslocamentos (Pérez, 1999), que, por vezes, ultrapassam as fronteiras venezuelanas, diante da falta de alimentos e de atendimento médico, especialmente com o aumento de doenças como malária e HIV-1. Durante esse período, os Warao enfrentaram crescente marginalização e exclusão social, pois o desenvolvimento econômico estava concentrado nas áreas urbanas, deixando as populações indígenas que permaneceram no território tradicional em situação de vulnerabilidade. A falta de políticas públicas voltadas especificamente para a proteção de territórios e direitos indígenas fez com que os Warao começassem a migrar internamente, buscando melhores oportunidades em centros urbanos.

c) Crise econômica e migração em massa (anos 2000 em diante)

A situação se agravou com a crise econômica venezuelana a partir dos anos 2000, e mais intensamente após 2013, com o colapso dos preços do petróleo e a instabilidade política. A crise trouxe desemprego, hiperinflação e uma escassez extrema de alimentos e medicamentos. Para as comunidades Warao, a falta de produtos básicos e de assistência levou à intensificação das migrações para áreas urbanas na busca de melhores condições de vida.

Com a escassez de recursos no Delta, os Warao começaram a migrar para fora da Venezuela, especialmente para Brasil, Guiana e Colômbia. Em países vizinhos, enfrentam novos desafios de adaptação e de preservação cultural, com o risco de perda de identidade devido à adaptação forçada a contextos urbanos e políticas de acolhimento inadequadas.

Álvaro García-Castro (2020, p. 9-10) considera que:

En la coyuntura actual, de inseguridad y creciente crisis económica en Venezuela, los indígenas que están desplazándose al vecino Brasil, con un idioma y costumbres diferentes, nos plantean nuevos retos. Creemos que, en el caso de los nuevos desplazados, se está dando una importante variación en la estrategia de subsistencia y ya no se trata de estancias temporales, pues no se contemplaría el regreso a los lugares de origen. Es posible que estemos aquí en presencia de nuevas modalidades de adaptación, similares a las que se dieron en Venezuela en la década de 1960, cuando se inició allí la formación de “barrios” indígenas permanentes en las ciudades del oriente del país, como Barrancas, Pedernales, Cambalache o La Horqueta. No podemos predecir todavía en qué dirección se moverá su adaptación al nuevo entorno, inmersos en un medio natural y una lengua diferentes; junto con el problema social, que indudablemente representa su desplazamiento forzoso hacia otro país, éstos deberían ser campos en los cuales los antropólogos podemos contribuir para su preservación como grupo étnico diferenciado.

Na última década, como resposta e tentativa de apoio, a Acnur e algumas organizações não governamentais começaram a prestar assistência aos Warao nos países de destino,

oferecendo abrigo e atendimento emergencial. No entanto, as respostas governamentais ainda são limitadas e não consideram as especificidades culturais do povo Warao, gerando conflitos e desajustes na integração, o que acontece em Alagoas e será detalhado nessa dissertação.

A história da migração dos Warao revela como esse grupo indígena tem resistido a uma série de transformações forçadas e reflete as complexas interações entre exploração ambiental, marginalização social e sobrevivência cultural, como já explicado. A preservação da identidade do povo Warao, em meio às dificuldades da migração, se torna, portanto, tema essencial para a proteção dos direitos indígenas e questão crítica para as políticas de migração e refúgio na América Latina.

Discorrendo um pouco mais sobre os períodos e fluxos citados, apontamos que, como esclarecido com os avanços da “modernização” pelo Estado venezuelano e expulsão dos seus territórios tradicionais, as famílias Warao passaram a realizar deslocamentos para as cidades e, muitas vezes, realizando a migração temporal ou pendular como estratégia de sobrevivência nos meios urbanos, com deslocamentos curtos e objetivo de analisar as melhores condições do local.

Segundo Castro (2000, p. 86):

Los testimonios expresados por los mismos Warao no dejan lugar a duda de que estamos ante una estrategia de supervivencia, en la cual hay un movimiento continuo de emigración temporal, por cortos lapsos, de ciertos grupos que se insertan limitadamente en los medios urbanos con una estructura relacional que descansa directamente en sus propias formas y normas culturales, es decir, en sus propios términos. Por lo tanto, la aplicación de esta estructura de recolección/distribución de recursos en el medio urbano criollo capitalino, estaría insertada dentro de un proceso de cambio cultural, en el cual los Warao estarían simultáneamente reformulando, modificando y manteniendo ciertos elementos de su cultura, aplicados en un medio diferente y alterados en su aspecto formal, pero no funcional.

Vários foram os impactos sofridos pela população indígena Warao, dentre eles os ambientais e sociais ocorridos ao longo dos séculos e provocados pelas atividades predatórias de várias empresas petroleiras, as quais deixaram como consequências a contaminação dos rios e a destruição dos manguezais, provocando a diminuição dos recursos pesqueiros (fonte de subsistência das comunidades), conforme descrito: Segundo estudos realizados, essas atividades foram responsáveis pelos danos ambientais, criando dificuldades de acesso aos recursos naturais, enfim causando impactos nos territoriais ocupados pelos indígenas (Wilbert; Lafée-Wilbert, 2007, p. 334 *apud* Rosa, 2020).

Na década de 1980, tentando evitar que os Warao se instalassem nas vias públicas das cidades, o governo venezuelano construiu às margens do caño (afluente do Rio Orinoco)

Manamo – orla de Tucupita, uma casa Indígena chamada Yakariyene. Essa construção deveria servir como abrigo transitório/casa de passagem para os indígenas quando fossem às cidades próximas. Mas o que ocorreu foi a permanência dos Warao na casa, devido aos eventos de expulsão do território sofrido por eles e tal situação foi gerando superlotação e insalubridade no local¹⁵.

Situação bem parecida com o que acontece com a chegada das famílias nos Municípios brasileiros, com modelos de acolhimento inadequados e sem realização de consulta, conforme preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para os povos indígenas, com a prática de retirada das famílias das ruas das cidades brasileiras, a fim de que pudessem ficar esquecidos e escondidos dos olhos das mídias e da população.

Esses movimentos em busca de melhores condições de vida são relatados no parecer Técnico de 2017 produzido pelo Ministério Público Federal (MPF) de Roraima, após a realização de algumas entrevistas com os grupos de famílias Warao que estavam em Roraima:

Eles [indígenas] narram que alguns vivem em comunidades situadas nas beiradas dos rios, mas praticam um ir-e-vir entre estas e as cidades, em viagens para vendas, trocas, trabalhos temporários, obtenção de dinheiro de doações nas ruas e acesso a serviços públicos de saúde, dentre outros motivos. Muitos dos que já vivem em bairros urbanos das cidades em Delta Amacuro e Monagas, de acordo com o que nos relataram, mantêm vínculos sociais com suas comunidades ribeirinhas. Assim, os recursos conseguidos nas cidades, seja quando se deslocam temporariamente ou se nelas vivem, podem ser compartilhados nas comunidades (Brasil; Ministério Público Federal, 2017, p. 14).

A questão ambiental mais séria, e talvez a que tenha levado maiores malefícios à população indígena Warao residente na área do Delta do Orinoco, foi a chegada dos empreendimentos petrolíferos. Com o acordo firmado entre a estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) com a multinacional *British Petroleum*, teve início a exploração de Petróleo no município de Pedernales, cuja maioria da população era de indígenas Warao. Várias denúncias de crimes ambientais foram feitas e, na época, constatadas por órgão do governo, no entanto os danos já eram inevitáveis, a exemplo da contaminação das águas, da diminuição dos peixes, dos resíduos no solo e na água, bem como da transmissão de doenças aos indígenas — como HIV, tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis (DST) —, dentre outras.

Em notícia publicada pela BBC Brasil em 01 de maio de 2007¹⁶, intitulada *Entenda o processo de nacionalização do petróleo na Venezuela*, apresenta-se que:

¹⁵ Em Ávalos (2002); Ayala Lafée-Wilbert e Wilbert (2008).

¹⁶ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070501_orinocoqandacj_ac. Acesso em: jun. 2024.

A Venezuela assume no dia 1º de maio o controle sobre os campos da Faixa Petrolífera do Orinoco, que são operados por empresas transnacionais em associação com a empresa estatal Petróleos da Venezuela (PDVSA). O governo batizou o processo de “*nacionalização do Orinoco*”. A partir de 1º de maio entra em vigor o decreto firmado pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em 27 de fevereiro, que determina a constituição de empresas mistas, com a *participação da estatal PDVSA em 60% das ações das transnacionais que atuam na faixa do Orinoco - considerada uma das maiores reservas petrolíferas do mundo*. Onze das 13 empresas que mantêm investimentos na região aceitaram o decreto e firmaram um convênio de entendimento. Ainda não foram definidas possíveis compensações para sócios minoritários. Entre as companhias que operam na faixa do Orinoco estão as multinacionais norte-americanas Chevron e ExxonMobil, a norueguesa Statoil, a francesa Total e a britânica British Petroleum. Os quatro projetos dos quais participam essas companhias *produzem 600 mil barris de petróleo cru diários, o equivalente a 25% da produção venezuelana* (grifos nossos).

Além das atividades petroleiras, registram-se também as das indústrias madeireiras, as plantações de arroz sem controle territorial e ambiental, além da chegada de indústrias alimentícias na região de Tucupita, áreas das quais partiram a maior parte dos grupos que vieram para o Brasil.

Todas as atividades citadas e a construção de uma estrada ligando as cidades de Maturín, Barrancas e Tucupita, nos anos de 1960, estimulou essas atividades e, fez parte do projeto de crescimento da Venezuela, juntamente com a construção de diques e barragens, entre elas a construção da barragem no canal Manamo em 1965, que, foi a responsável pelo processo de salinização das terras dos Warao (Castro-Garcia; Heinen, 2000, p. 14, *apud* Rosa 2020).

Além de todos esses problemas socioeconômicos e ambientais relatados, a Venezuela enfrentou uma epidemia de cólera nos anos 1990, causando a morte de vários Warao e o estigma de que a doença era transmitida pelos indígenas, causando um processo de maior exclusão e fluxos constantes pela sobrevivência em busca de atendimentos médicos, que fez parte de um processo de xenofobia ainda maior. A comunidade Warao de Mariusa (região de origem de algumas Warao que estão residindo em Maceió/AL) foi praticamente devastada.

Recente publicação da Agência da ONU para Refugiados (Acnur, 2024), intitulada *Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes*, apresenta informações sobre essa epidemia de cólera e os reflexos para a população Warao, como se observa:

[...] entre os anos de 1992 e 1993, levou a óbito cerca de 500 pessoas no delta do rio Orinoco, em sua maioria indígenas Warao. A comunidade Warao de Mariusa, considerada uma das áreas mais remotas de Delta Amacuro, foi praticamente devastada, pois, quando a epidemia começou, não havia clínicas médicas nem missões religiosas. Os curandeiros Warao tentaram cuidar dos doentes, mas foram infectados e morreram. Apavoradas, as pessoas deixaram a comunidade em busca de tratamento médico nas cidades de Barrancas e Tucupita.

Os impactos ambientais e socioeconômicos descritos constroem o entendimento da vinda dos Warao para o Brasil. Para Ventura (2018, p. 20), a retração das políticas públicas nos últimos anos, nas áreas de saúde e educação “[...] nas comunidades — implementadas pelo Estado venezuelano, sobretudo na década de 2.000 — ampliou o campo de dificuldades, e uma parte do povo Warao optou por novas estratégias de mobilidade que os conduziram, neste caso, para o Brasil”.

Para Soneghetti (2017), a crise foi marcada pela queda nos preços do petróleo, e, como consequência, observa-se que:

[...] baixa produção econômica, altos níveis de desemprego, desvalorização da moeda e hiperinflação, ocasionou perdas de programas sociais e redução de seus valores, bem como a escassez de bens alimentícios e a dificuldade de acesso a eles, potencializando os fluxos migratórios dos Warao para as zonas urbanas de países vizinhos, como é o caso do Brasil. Na atual conjuntura econômica venezuelana, o deslocamento de indígenas Warao para as cidades brasileiras é motivado fundamentalmente pela busca de alimentos, trabalho fixo ou temporário e dinheiro, além de acesso a saúde (Soneghetti, 2017, p.8).

Diante dos inúmeros fluxos migratórios dos Warao no território Venezuelano, a antropóloga e pesquisadora Marlise Rosa (2020, p. 74) afirma em sua tese que: “[...] diferentes intervenções no território Warao também enquanto situações históricas específicas que tiveram diferentes implicações para o sistema sociocultural indígena, alterando sua organização social, suas formas de subsistência e sua ocupação territorial”.

Ao migrarem para as cidades, dentro do território venezuelano, Rosa (2020, p. 94) nos mostra que:

[...] semelhante ao que ocorre no Brasil, esses indígenas ao migrarem para as cidades, instalam-se em áreas periféricas, residem em habitações precárias e com pouco ou nenhum grau de escolaridade, tornam-se mão de obra barata e desqualificada em diferentes setores da economia regional.

“A eleição de Hugo Chávez, em 1998, representou um momento importante para a luta por reconhecimento político e jurídico dos povos indígenas venezuelanos” (Herinques, 2018, p. 14) e, segundo citado, como os Warao, também todos os povos indígenas ganham

reconhecimento do Estado, conforme o capítulo VIII, no artigo 119 da Constituição da República Bolivariana de 1999, que aborda a reconhecimento dos indígenas.

Conforme a análise de Souza (2018), os Waraos e demais povos indígenas venezuelanos ganham espaço na legislação do país, posteriormente recebendo direitos e deveres, como todo cidadão venezuelano. Depois desse importante avanço vieram outras leis com foco nos indígenas, como as relacionadas ao trabalho, às demarcações de terra e ao patrimônio cultural dos povos.

Durante o governo Hugo Chávez, os Waraos confirmam que ainda recebiam incentivos para projetos governamentais e atividades econômicas, diante das atividades definidas pela comunidade indígena. Porém, com passar dos anos e a economia muito inflacionada, acabaram perdendo os benefícios, de modo que ficaram sem muitas opções de trabalho. Conforme o MPF de Roraima (2017):

Os Warao relataram que no governo de Hugo Chávez havia projetos governamentais que incentivavam a construção de casas, a compra e reforma de barcos, com atividades produtivas definidas com a participação das comunidades e com incentivo para contratação em sistema de rodízio (garantia de uma semana de trabalho por mês para todos os indígenas). Relataram também que tais incentivos e benefícios foram reduzidos ou extintos, sem previsão de retomada. Seu principal produto para relações comerciais com as cidades venezuelanas, o pescado, passou a ter baixa procura. Além disso, com a economia hiperinflacionada, os produtos dos quais dependem por meio da compra, estão com o preço muito alto (Brasil; Ministério Público Federal, 2017, p. 19).

Nos trabalhos, realizados na função pública como indigenista da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e com a população indígena Warao desde 2019, nos estados de Pernambuco e Alagoas, pude, por várias vezes, ouvir de lideranças mais antigas relatos que corroboram o que aparece nos autores venezuelanos e também no parecer do MPF em 2017. No entanto, há discursos que afirmam que o governo Chávez também apresentou falhas e deixou lacunas, especialmente ao desconsiderar a relação especial e transcendente dos povos indígenas com os recursos naturais, com a natureza e com a sua terra (ideia de pertencimento enquanto povo originário).

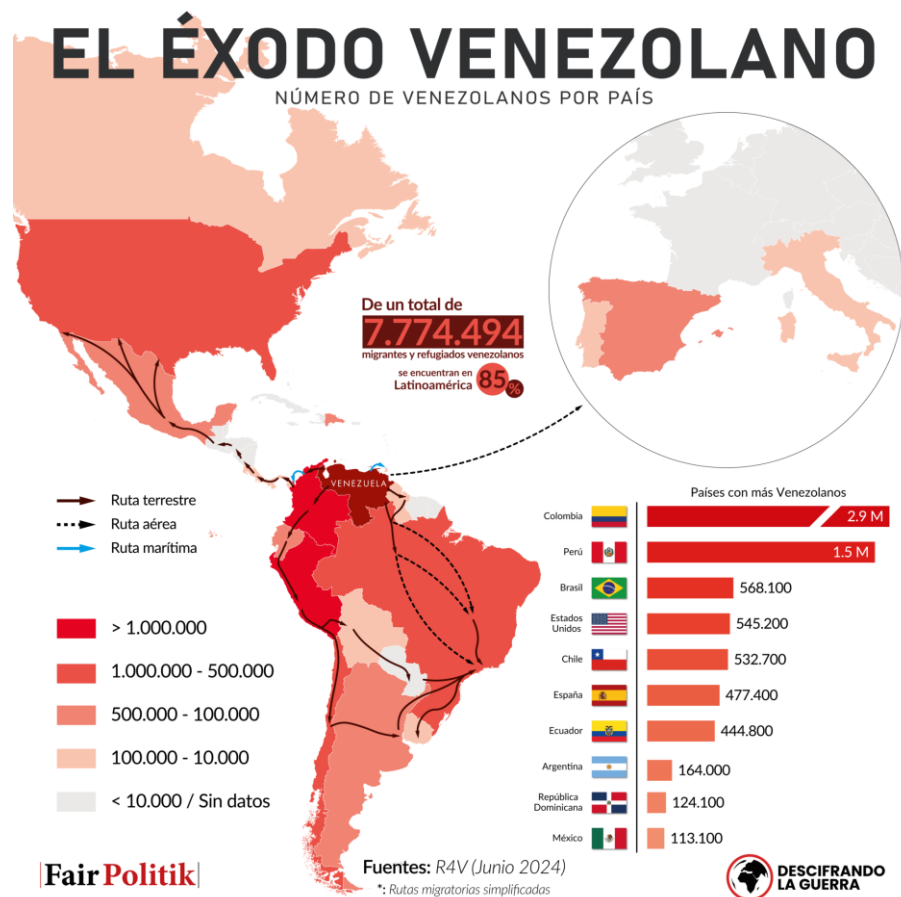
Com o fim do governo de Hugo Chávez em 05 de março de 2013, em decorrência da sua morte, e assunção do seu vice, Nicolás Maduro, ao poder e a implementação de um governo autoritário e antidemocrático, com a existência de ainda mais violações de direitos humanos, violências, perda de direitos e falta de acesso a políticas públicas, somadas à intensificação da crise econômica, levaram as famílias de indígenas Warao, acostumadas a se deslocarem

internamente na Venezuela, a ter como alternativa passar o perímetro do limite internacional e entrar em outros países.

Embora em 2010 apenas meio milhão de venezuelanos estivessem fora do seu país, esse número aumentou notavelmente em 2020, atingindo 5,5 milhões, e 7,7 milhões em junho de 2024¹⁷. Embora uma ligeira migração tenha começado desde a Revolução Bolivariana de 1999, a mudança mais significativa e notável ocorreu com a morte de Chávez e o início da crise econômica venezuelana em 2013.

A maioria dos venezuelanos que saíram do seu país — 6,5 milhões no total — estabeleceu-se em países da América Latina, com especial concentração na Colômbia (2,9 milhões) e no Peru (1,5 milhões). Fora da região, os principais destinos são os Estados Unidos e a Espanha, onde residem 545 mil e 477 mil venezuelanos, respectivamente, como observado na Figura 11:

FIGURA 11 – O êxodo Venezuelano - junho de 2024



Fonte: reproduzido da Plataforma R4V (junho/2024).

¹⁷ Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/brazil>.

Em publicação feita pela Comissão pastoral da Terra Nordeste II, intitulada *O êxodo do povo Warao para o Brasil*¹⁸, o indígena Warao Aníbal Perez descreve a situação na Venezuela e tece considerações sobre a situação no país, conforme:

Os governos estrangeiros bloquearam a entrada de produtos básicos. A luta é pelo sistema político: socialismo versus capitalismo. O maior pecado da Venezuela é contar com muitas riquezas naturais, como petróleo, gás, carvão, ferro, ouro, prata, cobre e chumbo. Os governos estrangeiros necessitam e querem se apropriar desses bens naturais, assim como o governo de Maduro também se apropriou - com seus ministros e seus governadores -, deixando para o povo somente miséria e fome, apesar de sermos uma das nações mais ricas do mundo.

Motivados pela crise política e econômica de seu país de origem e em busca de novas condições de vida, os Warao se deslocaram do Delta do Orinoco, na República Bolivariana da Venezuela, para o Brasil, entrando pelo município de Pacaraima, fronteira com a cidade venezuelana de Santa Elena do Uairén. Esse momento também é tratado pela autora Venezuelana Jenny González: “A crise econômica e política na Venezuela não só gerou um êxodo em massa, mas também alterou a dinâmica das migrações indígenas, especialmente entre os Warao, que agora buscam refúgio e oportunidades em países como o Brasil” (2021, p. 193).

As notícias publicadas mostram que a chegada dos indígenas Warao ao Brasil fora motivada pela necessidade diante da crise na Venezuela, como citada pela Agencia de Noticias Internacionales (EFFE)¹⁹.

Desde finales de 2014, centenares de indios Warao huyeron de sus tierras, debido al agravamiento de la crisis política y económica en Venezuela, y llegaron a la región norte de Brasil, donde se instalaron en Manaos y en varios puntos de Roraima, estado que limita con Venezuela.

Cíntia Masiel escreve sobre a situação e relata um pouco sobre a vida das famílias em seu artigo: *Em busca de comida, mais de 100 índios venezuelanos Warao migram para Manaus*²⁰:

¹⁸ Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/5290-o-exodo-do-povo-warao-para-o-brasil>. Acesso em: jun. 2024.

¹⁹ Mayor ciudad amazónica decreta emergencia social por llegada de indios Warao. **The Clinic**, 8 mayo 2017. Disponível em: https://www.theclinic.cl/2017/05/08/mayor-ciudad-amazonica-decreta-emergencia-social/llegada-indios-warao/?fb_comment_id=1414271015300182_141439887528739.

²⁰ AMAZONIA AMBIENTAL; AMAZÔNIA REAL; **Red Amazônica de Informação Socioambiental**georreferenciada (Raiasg). 2027. Disponível em: <https://www.amazoniasocioambiental.org/es/radar/em-busca-de-comida-mais-de-100-indios-venezuelanos-warao-migram-para-manaus>.

[...] em Roraima, os Warao foram hostilizados por parte da população. Entre 2014 e 2016, a Polícia Federal deportou 532 índios a pedido da Prefeitura de Boa Vista, que atendeu a uma solicitação de populares descontentes com os índios pedindo esmolas nos semáforos. Em 9 de dezembro do ano passado, a polícia tentou fazer uma deportação em massa de 450 indígenas, mas a Justiça Federal suspendeu a ação. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) do Ministério Público Federal (MPF), em Brasília, e de mais 11 organizações signatárias dos Direitos Humanos, que defendem os direitos e a proteção dos povos indígenas e os direitos de migrantes e refugiados, entre elas a Conectas e a Cáritas Arquidiocesana, da Igreja Católica, protestaram contra as deportações em massa dos Warao pela PF.

Orellano (2016), pesquisador venezuelano, relata, em seu artigo *Direitos dos povos indígenas na Venezuela e o problema do reconhecimento*, que: “[...] um dos desafios é o fortalecimento da democracia, do pluralismo e da tolerância, e diante desse desafio a Venezuela está se quiser dar pleno reconhecimento e cidadania aos indígenas”.

Com a ideia de necessidade de uma concepção intercultural e de reconhecimento de direitos é que os indígenas venezuelanos sonhavam ainda quando em seu território nacional e com a esperança de superação de uma condição apenas cultural pudesse se concretizar em avanços de direitos e equidade plena, como cidadãos indígenas, é que os Warao adentram no território brasileiro em busca de melhores condições de vida.

2.3 Chegada ao Brasil e setorialização dos deslocamentos

Os relatos das famílias Warao são de que a situação na Venezuela é de muita dificuldade e que as famílias que ficaram na Venezuela dependem, muitas vezes, dos recursos financeiros enviados pelas famílias residentes no Brasil para que possam sobreviver.

Geralmente, a prática de pedir dinheiro nas ruas é realizada pelas mulheres, que saem às ruas acompanhadas de outras mulheres — como sobrinhas, irmãs e cunhadas — e crianças menores que ainda dependem do aleitamento materno. Rosa (2021, p. 97) narra que a prática de pedir ocorre de forma sistemática desde o início da década de 1990, quando um grupo de indígenas se organizou para ir até San Félix solicitar assistência governamental para doenças que assolavam o território. Durante sua permanência na cidade, no entorno do mercado público, passaram a receber doações de venezuelanos não indígenas, com comida, roupas e dinheiro.

Diante dos fluxos de deslocamento dos Warao já no território venezuelano e que continua no Brasil, surge o argumento de que os Warao seriam nômades, o que é facilmente descaracterizado, seguindo entendimento de Rosa (2020, p. 34):

Estão buscando uma solução para o “problema Warao” e o que configura esse problema é a falta de alimentação, de trabalho, de condições dignas de moradia, contradizendo a interpretação equivocada de que a mobilidade faz parte da cultura Warao (se eles se movem por conta da cultura, por que os primeiros deslocamentos, na Venezuela, ocorreram apenas em meados do século XX?). Em resumo, os Warao se deslocam porque estão em busca de condições dignas de sobrevivência e isso não tem nada a ver com nomadismo, nem com determinismo cultural.

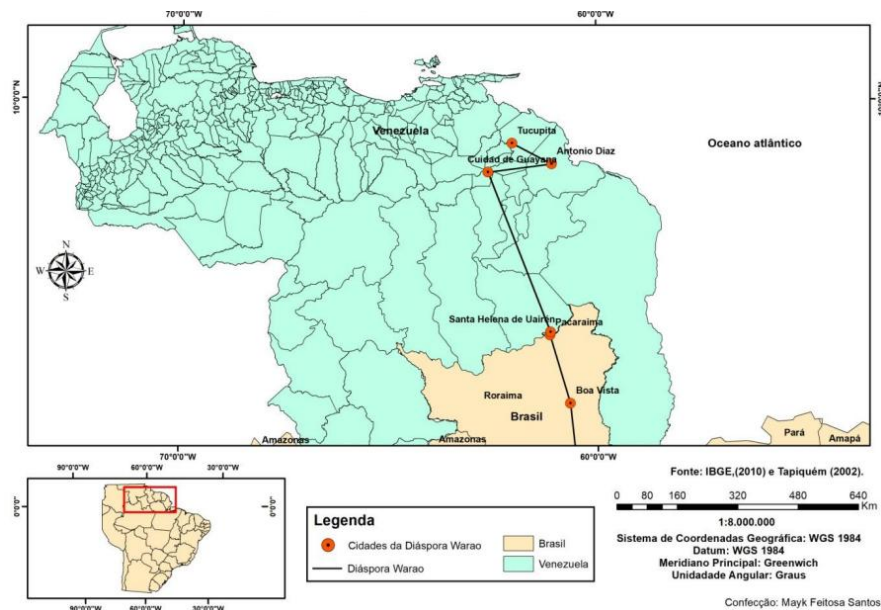
Para chegar ao Brasil, os Warao seguiram uma rota de cerca de 930 km, partindo do estado de Delta Amacuro, na Venezuela, passando pelas cidades de San Felix e Puerto Ordaz, chegando à cidade fronteiriça de Santa Elena do Uairén. A partir daí, cruzam a fronteira para o lado brasileiro, passando ou até se fixando em Pacaraima/RR.

Marlise Rosa (2020, p. 26-27) explica esse fluxo:

Para chegarem ao Brasil, os Warao percorrem uma rota de aproximadamente 925 km, uma parte fluvial e outra parte rodoviária. Chegam em Tucupita, capital do estado Delta Brasil 27 Amacuro, por via fluvial e de lá seguem por rodovia. Algumas distâncias fluviais no delta do Orinoco demandam dias de viagem até Tucupita e de lá até Santa Elena de Uairén, já na fronteira com o Brasil, levam mais um dia – pegam um ônibus até a cidade de San Félix e depois outro até Santa Elena. No Brasil, cruzam a fronteira em Pacaraima e de lá seguem pela BR-174 para Boa Vista, localizada a 215 km de distância. Não raro, o trajeto é feito a pé numa caminhada exaustiva de três dias. Quando dispõem de algum dinheiro, pagam pelo transporte, contudo, o valor varia.

A Figura 12 mostra o mapa de uma das rotas usadas pelas famílias Warao até o Brasil e representa o processo desde a saída de Tucupita na Venezuela até a chegada na região de fronteira e entrada no Brasil por Pacaraima.

FIGURA 12 – Mapa da diáspora Warao - Venezuela/Brasil



Fonte: Reproduzido por Mayk Feitosa Santos [s.d.].

Soneghetti (2017) registra no relatório pericial do MPF anteriormente citado, que os Warao chegaram ao estado de Roraima em 2014, num grupo pequeno, mas que em 2016 já eram numerosos os grupos de Warao em Pacaraima. De acordo com o perito, entre esses períodos, a Polícia Federal (PF) tinha empreendido uma série de deportações de indígenas venezuelanos nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, como se extrai:

No dia 9 de dezembro de 2016, a Polícia Federal iniciou os procedimentos para deportação de 45^o indígenas venezuelanos que estavam em Boa Vista. No entanto essa ação foi interrompida por ação judicial proposta pela Defensoria Pública da União em Roraima. Em 27 de dezembro de 2016, a Defesa Civil realizou a transferência de 250 indígenas Warao para o ginásio do Governo estadual no bairro Pintolândia, Zona Oeste de Boa Vista, utilizando-o como abrigo (Soneghetti, 2017, p. 9).

A noção de territorialidade para os Warao no novo espaço, agora ocupado, não se apresenta como processo de compreensão regulatório da organização do povo. Apresenta-se como território estranho, difuso, em que princípios sociais se desgarraram. Diante dessa perspectiva, Pacheco de Oliveira (1998, p. 54) interpreta essas dimensões:

Cabe recordar que a noção de território não é de maneira alguma nova na antropologia, sendo utilizada por Morgan (1973) como critério para distinguir as formas de governo (societas e civitas, baseadas, respectivamente, nos grupos de parentesco ou no território e na propriedade), e retomada com a mesma função por Fortes e Evans-Pritchard (1975) na classificação dos sistemas políticos africanos. [...] À diferença dessas, outras sociedades apresentam uma tendência a constituir formações estatais

(ainda que rudimentares) e costumam tomar o território como um fator regulador das relações entre os seus membros.

De acordo com levantamentos divulgados pelo —Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), os Warao somam 4.261 indivíduos em território brasileiro, embora haja indícios de subnotificação (Acnur, 2019), especialmente no momento quando as fronteiras estão fechadas, dada a grave crise sanitária provocada pelo novo coronavírus. O deslocamento dos Warao para o Brasil ocorre desde 2014, tendo se intensificado em 2016, com o agravamento da crise econômica na Venezuela. Importante documento que relata a situação dos indígenas Warao no território nacional brasileiro é o Parecer Técnico Warao, produzido por Pedro Moutinho (2017), antropólogo do MPF, que afirma:

Os Warao afirmavam que sua vinda para o Brasil era motivada pela busca por alimentos, dinheiro, medicamentos e trabalho (fixo ou temporário). A escassez de comida e seu alto custo na Venezuela eram constantemente ressaltadas como as principais causas para saírem de seu país de origem. Muitos relatavam que alguns familiares haviam se deslocado um ou dois anos antes para o Brasil, retornando com a notícia de que aqui era possível conseguir comida e recursos financeiros, os quais eram obtidos a partir da venda de artesanato, da prática de pedir dinheiro nas ruas e de trabalhos temporários realizados pelos homens (Moutinho, 2017, p. 16).

A ONU News – Perspectiva Global Reportagens Humanas²¹ publicou em sua página, no dia 06 de abril de 2018, matéria intitulada *Cerca de 800 venezuelanos entram por dia no Brasil*, fazendo referência ao aumento do fluxo de cidadãos Venezuelanos para o Brasil:

A Agência da ONU para Refugiados, Acnur, avalia que a situação política e socioeconômica da Venezuela “é complexa e continua piorando”. Com isso, os venezuelanos que fogem para o Brasil chegam “desesperados por comida, abrigo e cuidados de saúde” e muitos “precisam de proteção internacional”. Segundo o governo brasileiro, cerca de 800 venezuelanos chegam por dia no país, que já recebeu 52 mil civis da nação vizinha. A maioria, 40 mil, buscou refúgio na capital de Roraima, Boa Vista.

Há que se destacar também o intenso fluxo de mobilidade dos indígenas Warao pelo território nacional, baseado em fluxos espontâneos em busca de melhores condições de vida, de alimentação, de respeito às suas especificidades, possibilidade de empregos, acesso à saúde (dentro de uma perspectiva muito própria do conceito de saúde-doença) e da necessidade de reencontrar parentes, como ressalta a pesquisadora Marlise Rosa (2020): “Diante da escassez

²¹ ONU NEWS. Cerca de 800 venezuelanos entram por dia no Brasil. 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/04/1617532>. Acesso em: 10 mar. 2024.

de alimentos, do seu alto custo e da falta de serviços de saúde, os Warao alegam que se viram forçados a deixar a Venezuela em busca de melhores condições de vida no Brasil”.

A crise na Venezuela foi amplamente divulgada na mídia nacional e internacional. Recebi de uma colega jornalista essa matéria como contribuição para a Dissertação: *Na Venezuela, falta remédio, comida, equipamentos e até papel Higiênico*, publicada por Delis Ortiz no Portal G1²², Buenos Aires, Argentina:

[...] a energia elétrica também está em falta. Apagões viraram rotina. Para lidar com o problema, o presidente Nicolás Maduro anunciou, no fim de abril, medidas de racionamento de energia. Funcionários públicos, por exemplo, passaram a trabalhar só cinco horas por dia para economizar eletricidade. Pior é a escassez do básico do básico e, quando chega algum produto, é outra batalha. O freguês só está autorizado a comprar uma vez por semana. O controle no supermercado é digital e o consumidor ainda tem que encarar filas intermináveis.

O processo de territorialização das comunidades indígenas é descrito por Pacheco de Oliveira (1996, p. 9) como:

[...] algo que procede da compulsão de uma outra sociedade, dotada de mecanismos especializados de poder e que, por sua própria natureza, outorga ao Estado Nacional o monopólio do uso da força. Não se trata de algo natural e espontâneo. Que decorra basicamente de fatores socioculturais nativos, mas sim de um processo histórico que envolve confrontos e o uso da força (física, econômica e simbólica) que implica em perdas culturais, retraduições e na repressão a instituições muitas vezes centrais daquelas sociedades.

Ao considerar o processo de reconhecimento de territórios indígenas, diz Carreira (2008), que o papel do profissional de antropologia seria o de responder sobre os critérios que norteiam a escolha dos limites territoriais, em conjunto com a análise das práticas, crenças, reconhecimento e modo de viver de cada povo.

Esses fatores norteadores não estão no local de destino dos Warao, pois a sua conformação está aquém do que se pode esperar em um local diferente e no qual as fronteiras sempre existirão e serão capazes de criar vácuos na existência real e representativa desse povo, colocando em jogo a própria sobrevivência dele.

Oliveira (1998, p. 289) acrescenta que nesse processo as representações sobre o território devem ser investigadas em todas as dimensões e repercussões e apresenta: “[...] isso atingindo não só o domínio do sagrado (onde entram as relações com os mortos, as divindades

²² ORTIZ, D. Na Venezuela, falta remédio, comida, equipamentos e até papel higiênico. **Portal G1**, Buenos Aires, Argentina, 20 jun. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/06/na-venezuela-falta-remedio-comida-equipamentos-e-ate-papel-higienico.html>. Acesso em: 15 dez. 2023.

e os poderes personalizados na natureza), mas também as classificações sobre o meio ambiente e suas diferentes formas de uso e apropriação [...]”.

Sobre essa ideia, o autor formula a seguinte noção de territorialização:

[...] a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (Oliveira, 1998, p. 55).

Desde relatos de quando chegaram ao Brasil, em 2016, as estratégias de mobilidade seguem sendo utilizadas, mesmo por aquelas famílias já “acomodadas” em abrigos e casas provisórias nas diversas cidades pelas quais passam. As estruturas dos abrigos, o fluxo do comércio, redes de solidariedade, ações sociais das esferas estadual, municipal e federal, o acesso às políticas públicas, são aspectos que vão definir onde e por quanto tempo essas famílias ficarão em cada cidade. Em algumas situações, contudo, a mudança de cidade é inviabilizada pela falta de recursos para custeio do novo deslocamento, geralmente feitos por meio de carros ou ônibus.

Quando chegaram a Alagoas, as famílias Warao tentaram se firmar com o recebimento de valores referentes ao auxílio moradia, no município de Maceió, e em Arapiraca, através de abrigo temporário com condições precárias de habitabilidade e discussões da situação pela Funai, MPF, DPU e Secretarias Municipais, a fim de se construir políticas de acolhimentos mais adequadas para as famílias.

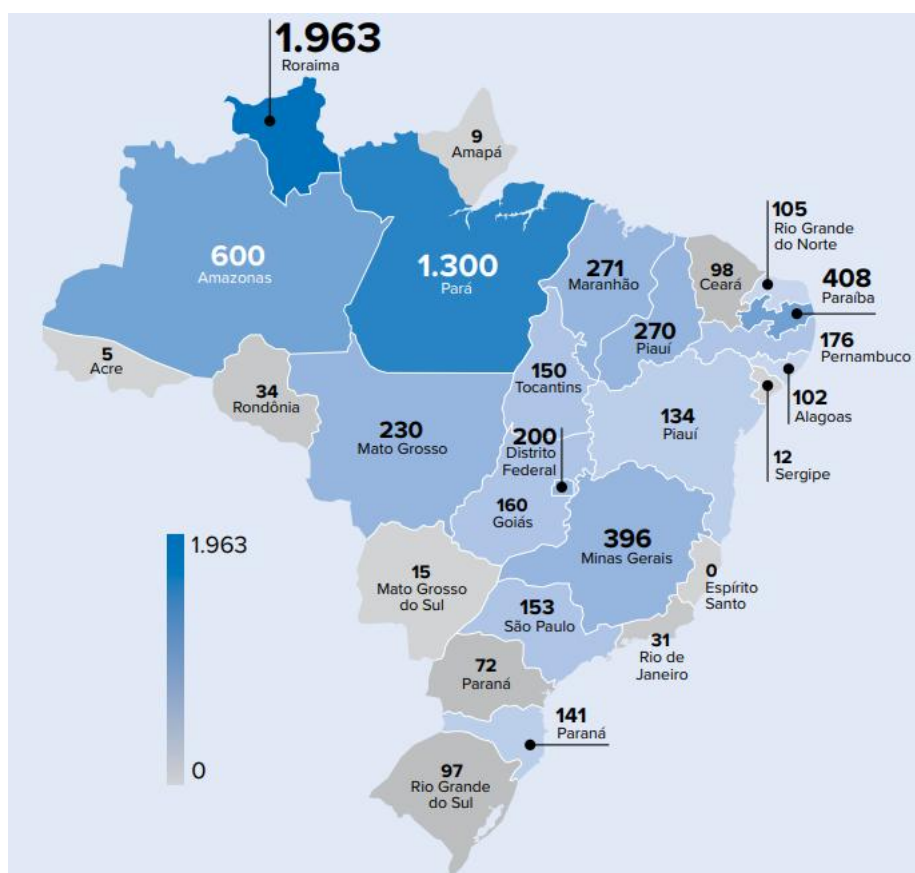
Atualmente, no estado de Alagoas os grupos familiares Warao encontram-se apenas no município de Maceió e moram em abrigo específico para essas famílias, mantidos com recursos oriundos no Ministério da Cidadania e contrapartida do Estado de Alagoas e do Município de Maceió. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar (Semdes) definiu que faria a contratação de instituição para ficar responsável pelos espaços, contratação de pessoal, alimentação, higiene etc. Hoje, o município retomou a condução dos trabalhos de acolhimento e prestação de serviços de atenção diferenciada aos indígenas migrantes.

No capítulo 3, quando da análise dos agentes institucionais, será feita a análise e descrição de todo processo de acolhimento das famílias Warao em Alagoas, desde sua chegada em 2021 até os dias atuais e o papel de cada agente público nesse percurso e formação de novas concepções de territórios pelos indígenas.

2.4 Mobilidade interregional interna no país e chegada à Alagoas

Ocupando mais de 75 municípios em todas as regiões do Brasil²³ e quase todos os Estados, conforme Figura 13, o fluxo migratório da Venezuela para o Brasil conta com a presença de mais de 10 mil indígenas pertencentes a diferentes povos, como os Warao, os Taurepang, os Kariña, os E'ñepa e os Wayúu; em sua maioria com o *status* legal de solicitantes da condição de refugiado. Os Warao representam 66,28% desse contingente de indígenas deslocados.²⁴

FIGURA 13 – Presença Warao no Brasil em 2023



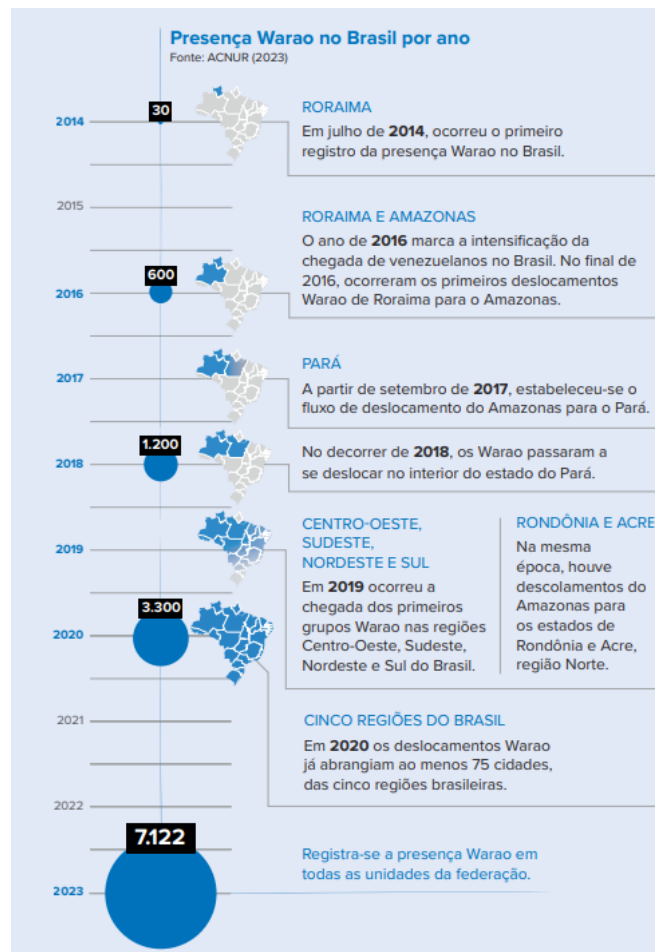
Fonte: Acnur (imagem digital), 2023.

²³ Segundo dados disponíveis na Plataforma de Coordenação Interagências para Refugiados e Migrantes (R4V), composta por agências da ONU e entidades da sociedade civil atuantes no âmbito do Plano de Resposta para Refugiados e Migrantes da Venezuela (RMRP) em 17 países da América Latina e Caribe).

²⁴ ACNUR; ROSA, Marlise; TARDELLI, Gabriel; ROA, Sebastian (org.). **Os Warao no Brasil**: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. 2. ed. Brasília, DF: Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2024.. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2024/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil-V2.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

Em 2014, falava-se de pouco mais de 30 Warao em nosso país; entre o final de 2016 e o início de 2017, já se somavam 600 pessoas; em março de 2018, cerca de 1.200; em dezembro de 2020, a estimativa era de aproximadamente 3.300; e, em outubro de 2023, as estatísticas indicavam cerca de 7.122 indígenas Warao vivendo no Brasil, como mostrado na Figura 14. (Acnur, 2023).

FIGURA 14 – Presença Warao no Brasil por ano, 2014-2023



Fonte: Acnur (imagem digital), 2023.

Como se pode notar nos dados apresentados pelo Acnur, os indígenas Warao estão presentes em vários estados brasileiros, no entanto, a análise desses dados deve representar o cuidado de destacar que a quantificação de indígenas Warao por estado brasileiro é, segundo a Acnur, uma estimativa resultante da compilação e sistematização de diversas fontes parciais existentes, como: contato direto com autoridades locais, sobretudo secretarias estaduais e municipais; consulta a instrumentos federais relevantes, como o registro do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e, para além, tais dados não refletem a realidade do

momento presente, visto que as famílias Warao estão e constante mobilidade pelo território nacional.

A mobilidade Warao é um fenômeno social complexo, composto por motivações diversas que transitam entre a dimensão material, afetiva e espiritual/moral da vida dos grupos. Além da dificuldade de acesso a políticas públicas culturalmente adequadas, em respeito ao que existe na Convenção n. 169 da OIT, que trata sobre a necessidade de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, do desejo de reencontrar parentes, da busca por trabalho, fontes de renda e melhores condições de vida (condições adequadas de moradia, acesso à educação e à saúde diferenciadas – de acordo com as concepções de bem-viver²⁵ para os Warao), também podemos registrar a ocorrência de conflitos internos ao grupo como situação que influencia a decisão de mudança de cidade.

A Figura 15 foi construída para ilustrar o mapa que traça uma das rotas das famílias Warao em direção ao Brasil e, depois até Maceió/AL: Pacaraima (RR), Boa Vista (RR), Manaus (AM), Belém (PA), São Luiz (MA), Campina Grande (PB), Patos (PB) e Maceió (AL).

²⁵ O conceito de Bem Viver está na contramão de um modelo de desenvolvimento que considera a terra e a natureza apenas como insumos para a produção de mercadorias de rápido consumo e, mais rápido ainda, descarte.

FIGURA 15 – Mapa da Migração dos Warao – Venezuela-Brasil até Maceió/AL



Fonte: elaborado por Fernandes e Pacheco, 2025.

O fenômeno dos deslocamentos das famílias Warao em território brasileiro pode ser analisado como uma diáspora, no entanto, apresentaremos algumas considerações, com base nos conceitos apontados por James Clifford e Stuart Hall, e a realidade dos deslocamentos das famílias Warao.

A diáspora, para Clifford (1994), pressupõe longas distâncias e separações mais ou menos semelhantes a uma condição de exílio, como viver em um lugar e lembrar de outro lugar de origem. Para esse autor, a diáspora tem relação com outros termos e definições, como viagem, migração, região de fronteira, mas com diferencial: não é uma viagem transitória, não se tratando, pois, de um movimento transfronteiriço. Aqui, podemos tecer a consideração inicial

que desconsideraria a ideia do uso do termo diáspora para descrever os movimentos dos Warao, visto que as famílias Warao relatam o desejo de voltar para o seu território originário, dado que existem familiares/parentes que ficaram na Venezuela e não pretendem sair de lá.

James Clifford (1994) apresentou o processo diaspórico como processo de construção da ligação política, cultural e social no novo território, que ocorre a partir das relações existentes entre os sujeitos, como processo de movimento coletivo. Aqui estabelecemos proximidades com os deslocamentos Warao, já que estabelecem ligações com os novos territórios, no entanto, não podemos falar em processos de movimento coletivo, visto que, no caso dos deslocamentos Warao, há a característica de deslocamentos por grupos familiares, não um movimento coletivo de toda população saindo do seu território.

Stuart Hall (2003) apresenta a noção de constituição da história da humanidade a partir de várias rupturas provocadas por contatos humanos cada vez mais comuns e formadores de distintas identidades. Para o autor, os processos de rupturas e rearranjos são constitutivos de zonas de contato e trocas de diferentes realidades e vivências, com a formação de possíveis tensões culturais, que podem ser positivas ou negativas. O suposto caráter homogêneo das culturas e suas percepções vêm sendo questionados e postos em evidência, mesmo quando as características dominantes de fatores culturais fossem capazes de se sobreporem aos atores e a cultura fosse um elemento único e transnacional dominante, independente dos indivíduos que a carregam e transmitem ou recriam.

Hall aponta que dentro dos estudos culturais, o termo diáspora se prestava a descrever os fenômenos relativos a migrações humanas dos ex-países coloniais para as antigas metrópoles. Para Hall, a percepção de diáspora é: “Conheço intimamente os dois lugares, mas já não pertencço completamente a nenhum deles. E esta é exatamente a experiência diaspórica, longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda, perto o suficiente para entender o enigma de uma “chegada” sempre adiada” (Hall, 2003, p. 415).

E, diante dessa percepção do autor, podemos afirmar que isso não acontece com os Warao, pois eles pertencem e se determinam como Povo Indígena originário da Venezuela e alguns afirmam que estão de passagem pelo Brasil.

Hall (2003) afirma ainda que as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos (Hall, 2003, p.35-36) e, por isso, não devem apegar-se a modelos únicos e fechados de pertencimento cultural, mas sim àqueles mais amplos, capazes de transformarem a cultura moderna no mundo inteiro. E essa definição está de acordo com os processos de deslocamentos dos Warao pelo Território nacional, quando ainda estavam na Venezuela, e agora, aqui no Brasil.

Levando em consideração este conceito, podemos verificar que os deslocamentos das famílias indígenas Warao vêm ocorrendo ao longo do tempo, mesmo dentro de seu país de origem, já que o grupo foi sendo obrigado a se deslocar para grandes cidades, buscando novos meios de sobrevivência e estabelecendo novas relações com os não indígenas. Assim, ao analisar o fenômeno de migração dos Warao, entendemos que não se trata de um deslocamento numa faixa de fronteira, como território único; no caso dos Warao, estamos analisando uma etnia que ocupava um território a quase 1.000 km da fronteira do Brasil sem mobilidade nessa nossa linha fronteiriça.

3 ANÁLISE DOS AGENTES INSTITUCIONAIS

Agentes institucionais são indivíduos, grupos ou organizações que atuam em nome de uma instituição ou entidade e que desempenham papel relevante na implementação, supervisão ou execução de políticas públicas, serviços ou ações voltadas para determinado grupo ou “desafio” social. Esses agentes podem ser governamentais ou não governamentais e sua atuação tem como objetivo garantir o cumprimento de direitos, a prestação de serviços ou a execução de programas.

Tipos de Agentes Institucionais:

1. Agentes Governamentais: são aqueles que pertencem a órgãos públicos e instituições governamentais, em diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal);
2. Agentes Não Governamentais: são aqueles que pertencem a organizações da sociedade civil, como Organizações Não Governamentais (ONGs), fundações, associações e organizações religiosas, que podem atuar em parceria com o governo ou de forma independente, mas com o objetivo de apoiar causas específicas ou grupos vulneráveis.
3. Agentes de Políticas Públicas: são aqueles diretamente envolvidos na execução de políticas públicas, como profissionais da saúde (médicos, enfermeiros), educação (professores, diretores), assistência social (assistentes sociais) e outros que implementam programas sociais ou de apoio a grupos específicos da população.

Analisar os agentes institucionais no contexto de migração e multiterritorialidade, especialmente no caso dos Warao, envolve o estudo das políticas e práticas de organizações governamentais e não governamentais que influenciam o movimento dessas populações. Esses agentes devem desempenhar papéis fundamentais na gestão dos fluxos migratórios, na proteção de direitos humanos e na garantia da preservação cultural dos migrantes. Para os Warao, o papel de instituições em suas trajetórias migratórias é multifacetado, abrangendo desde políticas públicas nacionais até ações de organizações internacionais.

Segue uma análise de como os principais agentes institucionais podem impactar a migração dos Warao.

Agentes Governamentais Nacionais (Venezuela e Brasil)

- **Política de Assistência Social na Venezuela:** o governo venezuelano tem sido criticado pela falta de medidas eficazes para prevenir a migração interna dos Warao e por não garantir suporte adequado às comunidades indígenas afetadas pela crise econômica e política. A falta de recursos e infraestrutura no Delta do Orinoco aumentou a pressão sobre os Warao para se deslocarem para outras partes da Venezuela e outros países, como o Brasil;
- **Política de Imigração no Brasil:** o governo brasileiro, por meio da Operação Acolhida (iniciada em 2018), tem implementado políticas para lidar com a migração de venezuelanos, incluindo os Warao. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios como a escassez de recursos, dificuldades na integração dos migrantes, tensão entre as comunidades locais e os migrantes, falta de olhar diferenciado para as especificidades dos povos indígenas migrantes, não realização de consulta conforme legislações das quais o Brasil é signatário, além de relatos de abusos de autoridade e embargos publicados pela mídia nacional.

Regionais (Unasul, Mercosul)

- **Acordos Regionais de Mobilidade:** em contextos de migração, acordos regionais como o Mercosul²⁶ ou a União de Nações Sul-Americanas (Unasul)²⁷ influenciam diretamente a mobilidade de povos indígenas, incluindo os Warao. Esses acordos, embora promissores, nem sempre garantem uma resposta eficiente e coordenada para o acolhimento e a integração de populações vulneráveis, especialmente a população indígena.

²⁶ Os Estados Partes fundadores do Mercosul e signatários do Tratado de Assunção (TA) são a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Em 1 de dezembro de 2016, a Venezuela foi suspensa como membro pleno do Mercosul. Os ministros de Relações Exteriores da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai notificaram o governo venezuelano sobre a cessação do exercício dos direitos inerentes à condição de Estado Parte, segundo comunicado oficial divulgado. Tal suspensão implicou na perda de voto, mas não de voz, em conformidade com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia, já que a Venezuela não incorporou no prazo acordos e normas que deveriam ter sido adotados após sua entrada no bloco, entre eles o Protocolo de Assunção de promoção e proteção dos direitos humanos e o acordo sobre residência.

²⁷ A Unasul tem como objetivos criar um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus países-membros com a finalidade de eliminar a desigualdade socioeconômica existente na região. Em 2018, o Brasil e outros países anunciaram a saída da Unasul, mas em 2023 o governo brasileiro ingressou novamente, por meio do Decreto Federal nº 11.475 de 06 de abril de 2023, que promulgou novamente o Tratado Constitutivo.

Agentes Não Governamentais (ONGs e Organizações Internacionais)

Organizações de Direitos Humanos:

- As ONGs, como a *Cáritas Brasileira*, *Conectas Direitos Humanos* e outras, desempenham papel crucial na assistência direta aos Warao, proporcionando suporte em questões como saúde, alimentação e abrigo. Elas também fazem *advocacy*²⁸ para que os direitos dos migrantes e refugiados, incluindo a manutenção da identidade cultural e o direito à educação e saúde diferenciados, sejam respeitados.

Agências da ONU:

- Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados): o Acnur tem sido um ator chave no acompanhamento da situação dos refugiados venezuelanos e no apoio a políticas de acolhimento. No contexto dos Warao, sua atuação inclui o acompanhamento da pauta de ajuda humanitária, a promoção do acesso à documentação, aos serviços públicos e garantia de direitos, além do apoio técnico no abrigamento, fortalecimento das capacidades da rede local e do engajamento de base comunitária, para garantir a dignidade e os direitos dos migrantes.
- Organização Internacional para as Migrações (OIM): a OIM auxilia na coordenação e implementação de ações relacionadas à migração, incluindo programas de saúde, registro de refugiados e assistência de emergência. Sua ação também se estende a programas de reabilitação para migrantes em condições precárias.

Agentes Locais (Governos Municipais e Comunidades Receptoras)

- **Governos Locais:** em países receptores como o Brasil, os governos municipais têm trabalhado junto a ONGs e organizações internacionais para oferecer serviços de acolhimento, saúde e educação para os migrantes. Contudo, a falta de estrutura, a escassez de recursos, a falta de interesse em manter os migrantes indígenas em seu

²⁸ Tal prática é comumente realizada por meio de articulação em redes e construção de ações em conjunto com a sociedade civil, movimentos, associações, organizações e também, com órgãos públicos buscando apontar caminhos que contribuam para a mudança de cenários de constante negligência e até opressões existentes no processo migratório, especialmente dos indígenas Warao.

território, a falta de preparo das equipes para lidar com as especificidades da população Warao, a não escuta qualificada, livre e informada e o não respeito às formas próprias de organização frequentemente dificultam uma resposta eficaz e são responsáveis por processos de expulsões constantes.

- **Comunidades Receptoras:** muitas vezes, as comunidades locais desempenham papel duplo. Por um lado, podem oferecer acolhimento e suporte, por outro, podem manifestar resistência devido a pressões sociais e econômicas, como o aumento da competição por emprego e recursos, a comparação com a situação dos nacionais e todo processo de construção de base xenofóbica existente no mundo.

Ação Diplomática e Cooperação Internacional

- **Diplomacia Internacional:** a migração dos Warao também pode ser vista como parte de uma questão diplomática entre países da América Latina. A cooperação internacional, tanto bilateral quanto multilateral, é essencial para garantir uma resposta coordenada aos desafios da migração forçada. Isso inclui o compartilhamento de informações, a distribuição de recursos e a criação de políticas públicas integradas, que foram totalmente interrompidas pelo governo de direita do Brasil e estão sendo reavivadas, guardando os devidos cuidados, pelo atual governo, especialmente diante das características do governo venezuelano.

Considerando que a relação entre a migração dos indígenas Warao e os agentes institucionais envolve interação complexa entre o governo, organizações não governamentais, agências internacionais e comunidades locais, e que a migração Warao não é apenas um deslocamento físico, mas também cultural, com impactos significativos na manutenção de suas práticas e identidade, a atuação de agentes institucionais é fundamental para garantir que as famílias Warao possam preservar sua cultura, garantir seus direitos humanos e, ao mesmo tempo, acessar os recursos necessários para sua sobrevivência, com base na sua cultura e em formas próprias de organização.

Contudo, os desafios enfrentados pelos Warao — como a falta de políticas públicas adequadas e específicas, tendo como base a escuta qualificada das famílias — continuam sendo obstáculos significativos. A migração dos Warao exige esforço contínuo e coordenado entre os diversos agentes institucionais para garantir uma resposta eficaz, humana e culturalmente sensível.

3.1 Análise dos agentes institucionais locais e documentos produzidos em Alagoas

Passemos à análise dos agentes institucionais envolvidos na atuação direta e indireta com as famílias Warao em Alagoas, em especial daqueles que desempenharam atuação mais próxima às famílias e dos principais documentos produzidos por cada um deles, frente às suas competências, como referenciado no Quadro 1.

QUADRO 1 – Instituições que atuam com as famílias Warao em Maceió

FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	SOCIEDADE CIVIL	ORGANISMOS INTERNACIONAIS
MDS	Semudh	Semdes	Cáritas arquidiocesana Maceió	Acnur
MPF		SMS	OAB/AL	OIM
DPU		Semed		
Funai				
PF				

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Cáritas Brasileira

A Cáritas Brasileira tem desempenhado o papel de acompanhamento na ajuda humanitária e na integração dos migrantes Warao, assim como de outros refugiados venezuelanos que chegaram ao Brasil devido à crise humanitária na Venezuela. A Cáritas, que é uma organização católica internacional de assistência e promoção social, tem se concentrado em fornecer suporte direto às populações vulneráveis, além de trabalhar na proteção de seus direitos e na promoção da dignidade humana. Sua atuação no contexto dos Warao envolve acolhimento, assistência social, apoio à regularização migratória, e inclusão social.²⁹

A Cáritas tem sido uma das principais organizações na assistência humanitária aos Warao que chegaram ao Brasil, principalmente em estados como Roraima e Amazonas. Sua atuação passa pela ajuda aos migrantes Warao na regularização de sua situação migratória, muitas vezes em parceria com a Polícia Federal (PF), Acnur e outras organizações, especialmente no apoio à solicitação de refúgio e documentação legal, garantindo que os Warao

²⁹ Disponível em: <https://caritas.org.br/>. Acesso em: 08 nov. 2024.

possam registrar suas solicitações de refúgio de forma adequada, facilitando o acesso à Carta de Refúgio e ao Registro Nacional de Estrangeiro (RNE).³⁰

Além de fornecer assistência inicial quando da chegada ao Brasil, a Cáritas também trabalha na perspectiva da construção e promoção dos direitos humanos e da inclusão social, bem como realiza, em vários Municípios, campanhas de conscientização e sensibilização nas comunidades locais acerca dos direitos dos migrantes e refugiados, na tentativa de promover a solidariedade e combater a xenofobia e o racismo.

Em Alagoas, a atuação da Cáritas se dá sob muita dificuldade, devido à falta de colaboradores e de recursos e à inexistência de um núcleo com atuação específica, tendo atuação através da Cáritas Arquidiocesana de Maceió, vinculada à Regional Nordeste 2, que tem sede em Recife/Pernambuco (PE). No entanto, mesmo com a falta de pessoal e recursos próprios, o colaborador/agente de Maceió realizou um trabalho, quando da chegada das famílias Warao ao estado, de acompanhamento para retirada de documentação na PF, distribuição de cestas de alimentos e trabalho de acompanhamento em reuniões de formação do Comitê interinstitucional do Município de Maceió.

Através da Regional Nordeste, a Cáritas realizou importante momento em março de 2022 para discutir as atuações juntamente às famílias migrantes do estado de AL: o Seminário Migrantes. Tal seminário contou com a participação da DPU, MF, Funai, Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), Consultório na Rua e outras Secretarias e representantes envolvidos com a pauta, registrado através da Figura 16.

³⁰ O Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) é um documento que atesta a identidade de indivíduos estrangeiros com residência temporária ou permanente no Brasil.

FIGURA 16 – Seminário Migrantes Promovido pela Cáritas - março 2022



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

Com a ideia de favorecer a venda de artesanato produzido pelas famílias Warao, a colaboradora da Cáritas em Maceió realizou articulação com artesãos do pavilhão do artesanato da Pajuçara (Figura 17) para que os artesãos Warao pudessem vender seus produtos em alguns dias da semana no local.

FIGURA 17 – Visita ao pavilhão de artesanato – Pajuçara



Fonte: reproduzido do site da Cáritas, 2024.

Atualmente a Cáritas tem uma colaboradora/agente que atua no acompanhamento da pauta relacionada à migração no estado, tendo participado dos Comitês existentes no estado e no município, que tratam sobre a temática, bem como realizado trabalho de apoio ao empreendedorismo com migrantes Venezuelanos (não indígenas).

Organização Internacional para Migrações (OIM)

A OIM integra o Sistema das Nações Unidas como a principal organização intergovernamental que promove a migração humana e ordenada para o benefício de todos. A OIM está presente no Brasil desde 2016 e tem desempenhado papel essencial no apoio à migração e refúgio dos Warao e de outros grupos de migrantes venezuelanos que chegaram ao Brasil devido à crise humanitária na Venezuela.³¹

Trata-se de uma agência intergovernamental dedicada a promover a migração ordenada, segura e humana. No contexto da migração Warao, sua atuação tem envolvido diversas áreas, como assistência humanitária, regularização migratória, proteção social, e coordenação entre autoridades e organizações parceiras, especialmente na região de fronteira com a Venezuela.

³¹ Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br>. Acesso em: 08 nov. 2024.

A atuação da OIM no fornecimento de assistência humanitária para os Warao, especialmente nos primeiros momentos após sua chegada ao Brasil, requer um processo que, com frequência, envolve desafios relacionados ao acolhimento, à segurança alimentar e ao acesso a serviços essenciais, especialmente com as dificuldades de aproximação e manutenção do diálogo com as famílias, considerando as especificidades destas.

A OIM tem ainda papel significativo no processo de regularização migratória dos Warao, auxiliando os migrantes a obterem a documentação necessária e garantindo o acesso à proteção legal, através da colaboração com outros agentes institucionais como a PF, a Funai e outras instituições brasileiras para facilitar o processo de registro de refugiados, assegurando que os Warao sejam reconhecidos como refugiados e recebam os documentos legais necessários para garantir sua permanência no Brasil.

Infelizmente, em Alagoas a atuação da OIM no apoio à migração dos Warao é pontual e a ideia de atendimento multifacetado, com ações na assistência humanitária, regularização migratória, proteção dos direitos humanos e integração social, não tem acontecido no estado, especialmente em decorrência da equipe reduzida do escritório que atenderia Alagoas e que fica centralizado em Recife/PE, mas também pela falta de equipe própria em Alagoas para atendimento e acompanhamento da pauta da migração.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur)

O ACNUR tem desempenhado papel importante no apoio aos Warao e a outros migrantes e refugiados venezuelanos que chegaram ao Brasil, principalmente a partir de 2018, com o agravamento da crise humanitária na Venezuela. Sua atuação é voltada para a proteção internacional dos direitos dos refugiados, fornecendo assistência imediata e promovendo soluções a longo prazo para a integração e o bem-estar das populações deslocadas.³²

Como parte dos migrantes e refugiados, os Warao receberam ajuda em áreas essenciais, com foco na sobrevivência imediata, especialmente quando da entrada no Brasil pela fronteira de Pacaraima. A distribuição de assistência humanitária através de alimentos, abrigos temporários e postos de atendimento para as famílias que ingressaram no país faz parte dos trabalhos desenvolvidos pelo Acnur.

Para além, a Acnur é também responsável pela colaboração com o Ministério da Justiça, a PF e outras autoridades, bem como com ONGs locais e internacionais, para coordenar a

³² Disponível em: <https://www.acnur.org/br>. Acesso em: 08 nov. 2024.

resposta humanitária e garantir que os Warao tenham acesso a serviços essenciais, incluindo assistência jurídica, acesso à documentação e proteção social e comunitária.

A partir da colaboração com o Ministério da Cidadania, a Agência da ONU para Refugiados elaborou a *Nota informativa para municípios sobre chegadas espontâneas de população venezuelana*³³, incluindo indígenas, na qual reforça o papel fundamental da atuação em rede, contando com várias instituições públicas ou não, incluindo-se a Funai.

Outra publicação importantíssima, de março de 2020, foi a *Cartilha Comunicação sobre Saúde com Indígenas Warao e Eñepa*³⁴, que tem por finalidade melhorar a comunicação entre os indígenas migrantes das etnias Warao e Eñepa e os profissionais da saúde. Foi lançada no formato poliglota (português, espanhol, warao e panare) e com recursos visuais capazes de atingir o público de maneira facilitada, além de ter sido lançada durante a pandemia de *Coronavirus Disease 2019* (Covid-19) e de extrema importância para facilitação dos diálogos e articulações nas ações de saúde.

Em 2024, a Agência lançou a segunda edição da publicação *Os Warao no Brasil – Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes*³⁵, que busca colaborar para uma melhor compreensão do povo indígena Warao, de modo a qualificar os serviços e as políticas públicas destinadas às famílias indígenas.

Essa publicação, atualmente em sua 2ª edição revista e ampliada, busca justamente colaborar para uma melhor compreensão do povo indígena Warao, de modo a qualificar os serviços e as políticas públicas destinadas às famílias indígenas. Aponta dados históricos e antropológicos importantes para a contribuição acerca do conhecimento sobre as trajetórias do grupo Warao que se deslocou para o Brasil, especialmente tratando sobre a configuração de seus deslocamentos, os vínculos entre parentesco e organização política, seus processos de adoecimento e de cura, seus desafios e principais demandas.

A Agência também faz o trabalho de Capacitação de Autoridades Locais e Parceiros, através de construção de programas de capacitação para as autoridades locais e servidores/colaboradores que trabalham diretamente com as famílias Warao, para garantir que

³³ Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/nota-informativa-para-munic-c3-adpios-pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

³⁴ A cartilha foi desenvolvida juntamente com os atores da área de proteção, saúde e *Wash* (sigla em inglês que significa “Água, Saneamento e Higiene”) do abrigo emergencial de Boa Vista (RR), para verificar as necessidades mais urgentes sobre os temas citados dentro da comunidade indígena em deslocamento das etnias Warao e Eñepa. Encontra-se disponível através do endereço: <https://www.acnur.org/br/media/cartilha-sa-c3-bade-ind-c3-adgena-online-pdf>. Acesso em: maio de 2024.

³⁵ Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/os-warao-no-brasil>. Acesso em: set. 2024.

o tratamento destas seja sensível e respeite seus direitos, especialmente considerando a vulnerabilidade cultural e social dessa população indígena

Tais atividades foram desenvolvidas em Alagoas em articulação com a Funai e Secretarias Municipais e Estaduais. Também foram executadas pela equipe do escritório de São Paulo (responsável pelo acompanhamento das famílias em Alagoas) momentos de escuta das famílias e há alguns trabalhos em construção para atuação no estado, especialmente no que diz respeito à busca pela autonomia, inserção no mercado de trabalho e trabalhos de base comunitários.

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)

A Funai tem desempenhado um papel muito incipiente na proteção e assistência às populações indígenas migrantes, como os Warao, no Brasil. Sua atuação no contexto da migração indígena, especialmente no caso dos Warao e outros indígenas venezuelanos, deveria envolver a preservação de seus direitos culturais, o acompanhamento de questões relacionadas ao acolhimento, à assistência emergencial, à regularização migratória, à saúde diferenciada e à educação diferenciada.

A Funai³⁶ é uma instituição do Governo Federal brasileiro responsável pela proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas e que possui uma nova identidade institucional, construída entre 2023 e 2024 (Quadro 2).

QUADRO 2 – Identidade institucional da Funai (2023/2024)

Missão	Visão	Valores
Executar e monitorar a política indigenista com vistas à garantia dos direitos e da autonomia dos povos indígenas do Brasil.	Ser uma instituição fortalecida e reconhecida pelos povos indígenas e sociedade em geral, de excelência na execução e no monitoramento da política indigenista	Protagonismo indígena, conhecimento indígena, respeito à diversidade, atuação especializada, comprometimento, sustentabilidade, diálogo, justiça e equidade.

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa, 2024.

Com a chegada da pauta para atuação do órgão indigenista junto às famílias migrantes, mais fortemente no ano de 2019, e com as mudanças de configurações do órgão indigenista diante da nova gestão da Fundação e do governo Brasileiro à época, as orientações eram de não

³⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br>. Acesso em: 08 nov. 2024.

atendimento aos indígenas Warao, pois a gestão da Funai entendia que os mesmos assumiam a condição de migrantes/refugiados e que, portanto, deveriam ser tratados como tais, não recebendo os atendimentos do órgão indigenista.

No entanto, mesmo diante das recomendações de não atendimento, alguns servidores, se dispuseram a atuar de maneira mais forte junto à pauta, por entendermos que os direitos das famílias Warao precisavam ser resguardados, especialmente no atendimento e respeito às suas identidades próprias e formas de organização, conforme legislação de proteção dos povos indígenas vigente. Assim como para atuar junto aos órgãos estaduais e municipais e garantir que toda construção de política pública para as famílias indígenas fosse amparada pelo direito à consulta livre, prévia e informada, garantida pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).³⁷

Toda falta de fluxos para atendimento aos povos indígenas migrantes e refugiados, a falta de orientações uniformes da Funai sede e a falta de conhecimento sobre a pauta foram responsáveis pelo atendimento incipiente e com muita cautela por várias unidades da Funai espalhadas pelo Brasil. Apesar de na Gestão do Presidente da Fundação, Marcelo Xavier, ter sido criado um Grupo de Trabalho para tratar sobre a pauta da migração (do qual também participei), nenhuma reunião aconteceu e nenhum encaminhamento foi realizado.

Em maio de 2024, foi criado Grupo de Trabalho (GT) para tratar sobre a pauta da migração, através da Portaria Nº 983³⁸ da Presidência da Funai, com a finalidade de elaboração de *Plano de Ação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas para Acolhimento e Atendimento de Indígenas Migrantes Originários da Venezuela*. Tal GT só fora criado para atender determinação contida no Parecer de Força Executória no Ofício nº 00283/2021/IND/ER-FDIN-PRF1/PGF/AGU, que exige a atualização e implementação do Plano para atuação junto a indígenas migrantes e refugiados venezuelanos, dada a consequente condenação judicial da Funai e multa judicial ainda em curso contra a instituição.

O referido GT realizou reuniões com representantes das Coordenações Regionais (CRs) e Coordenações Gerais de Brasília, com acompanhamento de representantes a Procuradoria

³⁷ A Convenção 169 é um acordo internacional assinado por diversos países, dentre eles o Brasil, que diz respeito aos direitos de povos indígenas e tribais. O tratado foi aprovado em 1989 e virou lei no país em 2004, com a edição do Decreto nº 5.051. Essa lei reconhece que povos indígenas e tribais têm modos próprios de viver e de se organizar. Por isso, a Convenção protege o direito à terra, à educação, à saúde e à participação de maneira diferenciada para os povos indígenas. Além disso, estabelece que tais povos têm o direito de serem consultados sobre toda e qualquer decisão administrativa ou legislativa que afete direitos e modos de vida coletivos, inclusive sobre suas terras.

³⁸ FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (Funai). **Portaria nº 983/2024/PRES/Funai**. Formação Grupo de trabalho para tratar sobre a pauta da migração. [S.l.]: Funai, 2024.

Federal Especializada da Funai (PFE) e tinha a finalidade de criar plano de Trabalho para apresentar como resposta ao parecer com força executória.

Enquanto servidora e integrante do GT, participei de algumas reuniões iniciais e fiz considerações, juntamente com colegas que atuam com a pauta em outras Coordenações Regionais, no sentido da necessidade de participação de representantes Warao a nível Estadual e da articulação Warao Nacional existente no Brasil, pois não haveria, naturalmente, de se explicar para o órgão indigenista a necessidade de participação e escuta ativa, bem como realização de processo de consulta livre, prévia e informada para construção de quaisquer políticas públicas para os povos indígenas.

No entanto, a fala que imperou como resposta à demanda de realização de consulta e participação no GT de representantes Warao foi a de dificuldade por conta do tempo escasso para a apresentação do plano de trabalho e também inexistência de recursos específicos para a articulação necessária. Considerando o choque de agendas das reuniões e minha licença capacitação, não pude participar de reuniões de construção do plano.

Espera-se que no ano de 2025 a Funai tenha uma agenda mais positiva relacionada à pauta da migração dos indígenas venezuelanos e que execute minimamente o plano de trabalho apresentado em cumprimento à determinação judicial, com realização de escuta das lideranças Warao e processos de construção coletiva das ações/atividades a serem desenvolvidas sobre a pauta.

Junto à Funai de Maceió, através de sua Coordenação Regional Nordeste I, minha atuação se deu de forma específica junto à pauta no estado de Pernambuco (2019) e por termos tido, no momento do governo passado, uma coordenadora regional que, apesar de aliada do governo, era uma indigenista com mais de 30 anos de atuação e com o entendimento de necessidade de atuação, mesmo que as orientações fossem outras.

Diante de certa liberdade concedida, mesmo em um governo que não apoiava o atendimento e atuação com a pauta, pude atuar, apesar de não constante e diretamente, especialmente junto às famílias que chegaram em Maceió. Assim, a Funai participou dos diálogos junto às equipes de assistência social, saúde e educação desde a chegada das famílias Warao e pôde colaborar com a construção da primeira recomendação expedida pela Defensoria Pública Federal (DPF) sobre a temática, especificamente acerca da atuação junto aos indígenas migrantes.

As recomendações ao município de Maceió/AL (nº 4379193/2021) e ao estado de Alagoas (nº 4379071/2021) foram estabelecidas, a fim de que fosse instituído plano de ação com definição de protocolos técnicos, responsabilidades dos órgãos públicos (estaduais e

municipais) envolvidos, fluxos padronizados e exposição de condutas e medidas administrativas para atendimento e tutela de direitos dos migrantes em situação de vulnerabilidade em Maceió, com previsão de fluxos específicos para indígenas.

Tais recomendações apresentaram o seguinte teor, para contemplar às famílias indígenas Warao³⁹ contidas no eixo 8 – Tutela ao indígena migrante:

a) Garantir que as famílias indígenas Warao tenham acesso ao Programa Bolsa Família (auxílio Brasil) e aos benefícios socioassistenciais; b) Garantir condições dignas de habitabilidade e acolhimento nos abrigos (com infraestrutura condizente com as necessidades dos(as) indígenas) e, no caso de pagamento de benefício eventual para moradia, que os recursos sejam suficientes para atendimento das necessidades do grupo, especialmente diante do modelo de habitação desejado pelas famílias, levando em consideração as suas especificidades enquanto indígenas migrantes; c) Garantir a segurança e a gestão dos abrigos, através de proposta de consulta quanto ao regulamento interno dos abrigos/ protocolos de convivência; d) Garantir atendimento de saúde diferenciado, baseado nas práticas dos cuidados dos warao e com respeito às formas próprias de concepção de saúde/doença do grupo e as suas especificidades ancestrais; e) Garantir a segurança alimentar e meios para que os Waraos preparem o seu próprio alimento nos abrigos ou casas alugadas, como fogões e refrigeradores, e o fornecimento de alimentos in natura em quantidade suficiente para cada família, sendo necessária a comunicação prévia sobre os itens fornecidos, para evitar o desperdício de alimentos que usualmente não são consumidos. Não é recomendada a distribuição de marmitas com refeições prontas, uma vez que a inadequação do alimento, que não segue o modo de preparo Warao, é apontada como uma das principais razões para que os Warao deixem os abrigos e viajem para outras cidades durante a pandemia; f) Fortalecer o artesanato e outras estratégias de geração de renda, através da realização de escuta qualificada sobre os projetos que os(as) Warao querem que sejam elaborados, contando com a mediação da Funai; g) Providenciar um local para exposição permanente do artesanato Warao, com disponibilização de espaços (em feiras permanentes, por exemplo) para a exposição do artesanato, especialmente em locais de intenso trânsito de pessoas; h) Prover itens para necessidades básicas; identificar itens básicos para os(as) Warao (compreendendo necessidades diferenciadas para homens, mulheres, velhos(as), crianças e jovens e compreendendo, também, que esses itens estão para além da oferta de alimentos). Estar atento(a) à frequência com que tais materiais devem ser disponibilizado, para não gerar possíveis excessos ou faltas; i) Promover a alfabetização de crianças e adultos(as), através da construção de um plano de alfabetização na língua portuguesa(caso desejem), com atenção aos processos próprios de aprendizagem Warao, à valorização do seu idioma e à utilização de metodologias participativas ;j) Realizar um processo de formação continuada dos(as) profissionais que atuam com os(as) indígenas Warao; l) Atender as demandas dos(as) refugiados(as) Warao, considerando suas especificidades culturais, através da implementação de um “Plano Estadual e Municipal para os(as) migrantes”, com a gestão de um Grupo de Trabalho Local no qual haja participação de instituições, organizações da sociedade civil e indígenas Warao; m) Estabelecer parceria com a FUNAI e DSEI para a elaboração de intervenções específicas para a preservação e tutela da comunidade indígena; n) Promover o acesso ao mundo do trabalho em atividades que viabilizem renda e autonomia aos(às) indígenas, através da identificação dos programas de inserção no mercado de trabalho existentes em Alagoas e condizentes com as especificidades dos(as) Warao, sendo dispensável a exigência de título de eleitor e reservista para contratação, considerando que migrante não tem direito ao voto nem de alistamento militar.

³⁹ Recomendação expedida ao Município de Maceió/AL (nº 4379193/2021), contida no Procedimento de Assistência Jurídica (PAJ) Coletivo nº 2021/036-00132, no intuito de acompanhar, fiscalizar e promover a defesa de direitos de migrantes vulneráveis residentes em Alagoas, especialmente os de etnia Warao.

Para além disso, através da atuação da Coordenação Regional Nordeste I, a Funai vem realizando trabalho de acompanhamento das famílias e suas demandas, com o enfoque na aplicação da Convenção 169 da OIT, a qual prevê que cabe aos estados o respeito à consulta prévia, livre e informada sobre as medidas que afetem os povos indígenas, como o respeito à autodeterminação desses, além da não discriminação. Tais atividades são desenvolvidas através das articulações interinstitucionais, conforme descrito abaixo.

A primeira visita realizada pela CR Nordeste I (NE I) da Funai e Maceió ocorreu no dia 23 de março de 2021, quando da chegada das famílias Warao à cidade, conforme descrito no primeiro Relatório de visita Técnica da CR NE I⁴⁰:

Segundo relatos, as famílias Warao estavam realizando as coletas nas ruas de Maceió em situação de extrema vulnerabilidade, não sendo possível precisar o tempo em que chegaram ao Município. No dia 19/03/2021 a servidora Gabriela Pacheco- Funai recebeu ligação do advogado da Cáritas, Sr. Daniel, com relatos sobre a chegada das famílias migrantes e convidando a servidora a participar de um grupo do Whatsapp chamado Migração AL, que trata sobre fluxos migratórios em Alagoas.

Quando do acompanhamento do grupo do Whatsapp, a última informação repassada foi a de que o grupo de famílias havia deixado o abrigo na Casa de Ranquines e estava a caminho da rodoviária de Maceió com a pretensão de deixar a Cidade. Diante da falta de informações, a servidora Gabriela Pacheco se deslocou na tarde do sábado (20/03/2021) até a rodoviária na tentativa de obter alguma informação sobre o grupo, mas não encontrou ninguém nas proximidades.

No dia 20/03/2021, já no período da noite, recebemos a notícia de que o grupo ainda estava em Maceió e que estariam em uma casa alugada no bairro do Feitosa por um vereador do Município e que a Prefeitura estaria mandando equipe na segunda (22/03/2021) para realização de visita e levantamento das informações sobre as famílias para atuar junto às questões da assistência e acolhimento inicial.

Na segunda, dia 22/03/2021, recebemos a confirmação, através do mesmo grupo do WhatsApp de que o grupo era de indígenas migrantes Warao da Venezuela e que estariam no Brasil desde o ano de 2019- informação repassada pela Senhora Eunice - SEMAS. Nesse mesmo dia, já no período da noite, recebemos a notícia de que o grupo estava sendo transferido para a Casa de Passagem (conhecida como Albergue municipal) dada a não condição da casa para abrigar as famílias de forma adequada. Também recebemos a informação, pela Senhora Eunice - SEMAS, de que todos haviam sido testados para Covid-19 e todos os testes apresentaram resultado negativo.

Durante a visita (Figuras 18 e 19), realizou-se conversa com representantes indígenas, a partir da qual foram encaminhadas algumas questões mais urgentes para atendimento inicial das 5 famílias (com 20 indígenas, sendo 10 adultos e 10 crianças) provisoriamente alocadas na Casa de Passagem Professor Manoel Coelho Neto, chamada de albergue municipal.

O Relatório de visita técnica foi encaminhado, para ciência e com solicitação de demandas específicas de cada pasta para: Secretaria Municipal de Assistência de Maceió (hoje

⁴⁰ FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (Funai). **Relatório de visita Técnica CR NE I de 23/03/2021**. Maceió: Funai, 2021.

chamada Semdes), Secretaria Municipal de Saúde de Maceió (SMS), Secretaria de Educação de Maceió (Semed), Gabinete do Prefeito de Maceió, Gabinete do Governador do Estado de Alagoas, Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social de Alagoas (Seades), Secretaria de Saúde do Estado de Alagoas (Sesau), Secretaria de Educação do Estado de Alagoas (Seduc), Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena de Alagoas e Sergipe (DSEI AL e SE), MPF e DPU, com a seguinte solicitação:

[...] a fim de garantir que os indígenas acessem as políticas de proteção e que tais políticas sejam adaptadas às especificidades de cada grupo, em atendimento às especificidades e respeito às formas próprias de organização, com a escuta qualificada dos indígenas.

2. Esclarecemos que cabe à Funai realizar o acompanhamento da execução das políticas públicas, buscando oferecer apoio técnico, com a finalidade de assegurar que as especificidades dos povos indígenas estejam sendo observadas e atendidas.

3. Dessa forma, gostaríamos de contar com a ajuda de Vossa Senhoria na participação nos diálogos e construção de proposta de Plano de ação Municipal e Estadual para atendimento aos Migrantes com ações a serem realizadas a curto, médio e longo prazo [...].

FIGURA 18 – Visita Técnica Funai e DPU (23/03/2021)



Fonte: acervo pessoal da autora, 2021.

FIGURA 19 – Visita Técnica Funai (25/03/2021)



Fonte: acervo pessoal da autora, 2021.

Outras articulações foram realizadas pela CR NE I da Funai, em articulação com o Conselho Tutelar e DPU/AL, no sentido de solucionar questão de criança indígena que estava desacompanhada dos pais e proteção integral da mesma, diante da necessidade de acompanhamento por um responsável legal.

Também foram realizadas articulações com equipe do Acnur para realização de um momento — capacitação/atualização — com as equipes que viriam a trabalhar com as famílias indígenas e demais interessados, no intuito de fortalecer a compreensão sobre o processo migratório e as peculiaridades do trabalho com povos indígenas.

Diante do registro pelos indígenas Warao de que o espaço era inadequado para o acolhimento das famílias, mesmo com os esforços da equipe da Casa de Passagem no sentido de adequar as instalações para tal e o fornecimento de espaço para preparo da alimentação em substituição às marmitas, bem como diante da necessidade de adequação cultural do povo indígena, foi solicitado ao município de Maceió o encaminhamento das famílias para o recebimento de auxílio moradia e possibilidade de aluguel de espaço para moradia pelo grupo.

Conforme relatado na Informação Técnica nº 22/2021/Sedisc - CR-NE-I de 27 de abril de 2021⁴¹, 4 (quatro) famílias foram inscritas para o recebimento do auxílio moradia, pela Semas. A partir disso, os indígenas começaram a procurar locais para residência, mas várias dificuldades foram encontradas, dentre elas: pequeno valor do auxílio moradia (R\$ 250,00 – duzentos e cinquenta reais por família), dificuldade em encontrar local que comportasse as 4 famílias (uma das famílias que estavam na casa de passagem havia retornado à Paraíba) e limitações impostas pela pandemia de Covid-19. No entanto, conseguiram encontrar 4 unidades de apartamentos tipo quitinetes no bairro do Jacintinho e realizaram a mudança no dia 19 de abril de 2021, conforme relatado:

[...] 3. Com o recebimento dos valores, as famílias começaram a procurar um local para residência, mas a procura ficou muito dificultada, dado que, por uma característica cultural e de proteção, os grupos familiares decidem estar juntos. E, encontrar uma casa que comporte 8 adultos e 8 crianças não é fácil, especialmente considerando o valor de R\$ 1.000,00 destinado a essa finalidade.

4. Diante da dificuldade em encontrar essa casa ou duas casas próximas que pudessem comportar as 4 famílias, o grupo encontrou uns apartamentos no bairro do Jacintinho e fez o aluguel de 4 unidades, uma por núcleo familiar.

5. Segundo repassado pelo Argenis o valor do aluguel de cada Apartamento é de R\$ 350,00 e eles tiveram que completar com valores que conseguem realizando a coleta e recebidos do bolsa família. Diante das dificuldades enfrentadas, o grupo nos solicitou apoio com cestas de alimentos, fraldas, proteína (frango) e armadores de rede. [...] (não paginado).

⁴¹ SEDISC. Informação Técnica nº 22/2021/Sedisc - CR-NE-I de 27 de abril de 2021. Maceió: Sedisc, 2021.

Considerando os Ofícios emitidos pela CR NE I da Funai em 26 de abril de 2021 e Recomendação da DPU/AL, a Sesau emitiu Ofício solicitando indicação de representantes de vários órgãos e Secretarias para compor GT que estaria responsável por definir as diretrizes do Pano Estadual de Acolhimento ao Migrante de Alagoas. Inicialmente, a Sesau ficou responsável pela pauta, por não se contar com outra representação estadual que realizasse a condução dos trabalhos. O grupo foi formado e algumas reuniões aconteceram com a participação de lideranças indígenas e Secretarias de Estado e do Município para construção do plano, por eixo de atuação.

A atuação da Funai, através da sua unidade desconcentrada - CR NE I, aconteceu também pela articulação em saúde com equipe do Consultório na Rua, responsável pelo atendimento dos indígenas Warao em Maceió. No dia 17 de maio de 2021, aconteceu um momento entre a Funai e a equipe do Consultório para diálogos, compartilhamento de informações e construção de encaminhamentos de fluxos de atendimento e ações de saúde com as famílias Warao, através do registro da Imagem 10, e em seguida saída para cumprimento de agenda com vacinação da Covid-19 às famílias Warao, conforme se nota a partir do relatado no Relatório de Visita Técnica – Ação de Saúde e Vacinação⁴² (Figuras 20 e 21).

[...] O diálogo foi realizado na sala do Consultório na Rua com a equipe que atende as famílias Warao no Município de Maceió. Uma conversa informal e com repasse de informações sobre questões culturais, conhecimentos sobre entendimento saúde-doença para os Warao e necessidade de realização de constante diálogo antes da execução de qualquer atividade/ atendimento com o grupo.

No momento houve o compartilhamento de informações sobre os atendimentos realizados pela equipe às famílias e os desafios encontrados com sugestões de encaminhamentos para que os fluxos de atendimentos sejam cada vez melhores e o diálogo uma constante entre a equipe e o grupo.

Após conversa e construção de encaminhamentos de fluxos para continuidade dos atendimentos pela equipe, especialmente com relação aos casos de cuidados com a saúde bucal e o uso de medicamentos, a equipe do consultório de rua, acompanhada da servidora da Funai, deram continuidade a agenda estabelecida com a realização de visita às famílias para vacinação da Covid-19, conforme agendado anteriormente com os Warao (Funai, [s.d.]).

⁴² FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (Funai). CR NE I. Relatório de Visita Técnica – Ação de Saúde e Vacinação. Maceió: Funai, [s.d.].

FIGURA 20 – Conversa Funai e equipe Consultório de Rua (17/05/2021)



Fonte: acervo pessoal da autora, 2021.

FIGURA 21 – Acompanhamento ação informativa e vacinação Covid-19 (17/05/2021)



Fonte: acervo pessoal da autora, 2021.

Diante dos diálogos e aproximação com as famílias, ficou evidente o desejo dos indígenas de manterem atividades semelhantes àquelas desempenhadas quando viviam em sua terra originária, no Delta do Rio Orinoco, e o que mais se destacou foram os relatos sobre as atividades pesqueiras realizadas pela maioria dos homens Warao. Tal fato foi relatado no Relatório Visita Técnica Funai – Conversa Pesca em 18 de maio de 2021⁴³, através do qual

⁴³ FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (Funai). **Relatório Visita Técnica Funai – Conversa Pesca em 18 de maio de 2021**. Maceió: Funai, 2021.

servidores da Funai realizaram articulação com um dos responsáveis pelo Centro Pesqueiro do Jaraguá, na tentativa de que os indígenas pudessem exercer as atividades de pesca, conforme se nota abaixo:

Considerando inúmeros pedidos dos homens Warao para que houvesse possibilidade de que eles pudessem trabalhar com a pesca em Maceió, já que são pescadores por formação e gostariam muito de continuar a atividade exercida ainda quando estavam na Venezuela, a Funai, através da servidora Gabriela Pacheco, realizou articulação com o Presidente da Associação de Pescadores, Sr. Marcos, para que ele pudesse conhecer um pouco as famílias e tecer diálogo sobre a atividade de pesca em Maceió (Figura 22).

No dia 18/05/2021 os servidores Gabriela Pacheco e Marcelino Soyinka, realizaram ida até a casa das famílias para conversa com o Sr. Marcos e os Warao. O momento foi de muito diálogo e troca de experiências mútuas com explicações sobre o que os Warao pescavam na Venezuela e como era realizada tal atividade, falaram muito os desafios e sobre as possibilidades de se pescar Camarão, pois estavam saindo agora do período de defeso e a pesca do camarão surge, no momento, como possibilidade de obtenção de renda maior para os pescadores.

Os Warao explicaram que na Venezuela não pescavam camarão, pois não era uma pesca boa, já que o pouco camarão que tinha, deveria ficar para alimentar os peixes. Que eles pescavam muitos peixes e que além de vender, os peixes serviam muito mais para a própria alimentação, já que eles só se alimentam de peixe e frango.

Durante o diálogo, combinamos que o ideal seria se as famílias Warao pudessem ir conhecer o centro pesqueiro no Jaraguá para conhecerem o local, alguns pescadores e olharem as embarcações existentes no local. Dessa forma, ficou agendado para o dia 19/05/2021 visita ao cerco pesqueiro do Jaraguá (Funai, 2021, não paginado, grifos do autor).

FIGURA 22 – Ação da Funai – Diálogo Pesca (18/05/2021)



Fonte: acervo pessoal da autora, 2021.

Diante do encaminhamento da conversa realizada com o representante do Centro Pesqueiro do Jaraguá/presidente da Associação de Pescadores, agendou-se uma visita, para que as famílias pudessem conhecer o Centro Pesqueiro e realizar visita às embarcações, como relatado no Relatório de Visita Técnica – Ida ao Centro Pesqueiro do Jaraguá em 19/05/2021⁴⁴, (Figura 23).

As famílias conheceram a parte de venda dos pescados e a parte em que as mulheres realizavam a atividade de descascar o camarão. A alegria e o encantamento dos indígenas podem ser notados no relatório citado:

A visita foi bem harmoniosa e, em vários momentos, pudemos notar a alegria e entusiasmo de alguns pescadores Warao diante da possibilidade de exercerem novamente a atividade. As crianças ficaram soltas e felizes próximas às embarcações em um lindo momento de reencontro com o habitat com o qual estavam acostumadas no seu local de origem e terras tradicionais (Funai, 2021, não paginado).

FIGURA 23 – Ação da Funai – visita centro pesqueiro Jaraguá (19/05/2021)



Fonte: acervo pessoal da autora, 2021.

Após a visita, houve oportunidade de diálogo com alguns pescadores sobre a possibilidade de irem de barco com os indígenas para atividade de pesca, em uma pesca de apenas um dia.

Vejamos o descrito no Relatório sobre a possibilidade de atividade de pesca juntamente com pescadores do Jaraguá:

⁴⁴ FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (Funai). **Relatório de Visita Técnica – Ida ao Centro Pesqueiro do Jaraguá em 19/05/2021**. Maceió: Funai, 2021.

Os pescadores, com quem dialogamos no Jaraguá, nos explicaram que, como o óleo era muito caro, tinham medo de preparar um barco para levar os pescadores Warao e eles passarem mal com o balanço do barco, o que geraria a necessidade de retorno ao centro pesqueiro e prejuízo para o dono do barco (Funai, 2021, não paginado)⁴⁵.

O Sr. Marcos, Presidente da Associação de Pescadores e articulador, ficou de realizar diálogos com os donos de barcos sobre a possibilidade de combinarem uma ida de bate e volta para realização de “teste” com os pescadores Warao. A Funai começou a articulação com parceiros para conseguir o óleo necessário ao momento, visto que não haveria a possibilidade de adquirir com recursos próprios, pela falta de orçamento específico para essa finalidade.

No entanto, infelizmente, o retorno do Presidente da Associação de Pescadores não foi favorável e o planejamento de ação de pesca ficou comprometido. Assim, passamos a tecer outras possibilidades, dentro de uma rede de articulações restritas e cheias de processos xenofóbicos que permeiam as relações.

Diante do repasse de informações e conversas realizada por mim com alguns indígenas do estado de AL acerca da situação dos parentes⁴⁶ Warao, surgiu a ideia de realizar um encontro. Tal possibilidade foi aceita pelas famílias Warao, que de pronto ficaram muito felizes com a possibilidade de encontrar os parentes brasileiros.

No dia 18 de junho de 2021, a Funai - CR NE I, promoveu esse encontro e, para além de um momento de troca de experiências e compartilhamento de informações, contatos e estreitamento de diálogos. Os indígenas Xucuru Kariri de Palmeira dos Índios/AL partilharam vários itens de sua produção com os Warao, como se pode notar no Relatório de Articulação Funai e Indígenas Xucuru Kariri⁴⁷

Os indígenas Xucuru Kariri se destacam nas suas ações e atividades de produção de agroecológicos, de modo que conseguimos realizar, através do indígena Gecinaldo, articulação para doação desses produtos pela Associação Indígena Xukuru-Kariri / Coletivo de Produção Bem Viver, aldeia Fazenda Canto – Terra Indígena Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios (Figura 24).

Três representantes indígenas estiveram presentes em Maceió/AL para o momento de doação e, especialmente, para conhecer as famílias Warao, conversar e trocar experiências. Foi um lindo momento de harmonia, amor ao próximo e doação. Os indígenas Xucuru Kariri e os

⁴⁵ FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (Funai). **Relatório de Visita Técnica – Ida ao Centro Pesqueiro do Jaraguá em 19/05/2021**. Maceió: Funai, 2021.

⁴⁶ Maneira carinhosa como os indígenas se referem uns aos outros e que vai além do conceito de parentesco biológico direto. Eles se chamam assim como uma forma de reconhecer uns aos outros enquanto indígenas.

⁴⁷ Relatório Visita Técnica Funai- Xucuru Kariri e Warao.

indígenas Warao puderam se confraternizar, conversar e firmar laços mais fortalecidos numa tarde muito especial e cheia de solidariedade.

Os servidores da Funai, Ferreira, Marcelino e Gabriela participaram do momento apenas como mediadores, inicialmente, dos diálogos e toda ação transcorreu na maior paz e harmonia com o fortalecimento dos vínculos entre os povos. O papel institucional do órgão indigenista brasileiro vai para muito além do que está determinado no seu regimento interno e o fortalecimento de vínculos e possibilidade de articulação entre os povos faz-se necessária para troca de experiências, ajuda mútua e respeito entre os povos.

O momento de conversa, apesar de curto, foi suficiente para que os laços iniciais entre os indígenas de Alagoas e as famílias Warao fossem estabelecidos de maneira harmônica e com respeito às diferenças culturais e étnicas de cada povo.

FIGURA 24 – Diálogos Warao e Xucuru Kariri (18/06/2021)



Fonte: acervo pessoal da autora, 2021.

Em agosto de 2021, a Funai tomou conhecimento da presença de famílias Warao nos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios. Inicialmente, algumas famílias Warao faziam movimentos pendulares, saindo de Maceió até Arapiraca e Palmeira dos Índios, para realizar a coleta⁴⁸, no entanto, algumas famílias decidiram se fixar em Arapiraca, foi a partir desse momento que as articulações com o Município foram iniciadas.

⁴⁸ Segundo Pedro Moutinho (2017), na concepção indígena Warao, as mulheres não pedem esmolas, mas coletam dinheiro e outros produtos (objetos, roupas e alimentos não perecíveis). Para elas, o ato de pedir nas ruas corresponde a uma espécie de reelaboração adaptativa dos Warao ao contexto urbano, longe de ser percebida

Relatos colhidos junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Arapiraca e às famílias Warao que estavam no município apontam que, em 20 de julho de 2021, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) realizou o acolhimento das primeiras famílias que chegaram ao município vindas de Garanhuns/PE. Inicialmente, a abordagem ocorreu junto a 8 (oito) mulheres Warao que estavam realizando coleta nos semáforos da cidade de Arapiraca.

No dia 26 de julho, segundo relatado pelo Município de Arapiraca, foi realizada uma segunda abordagem social, com relatos de que existiam 14 (quatorze) indígenas, entre homens, mulheres, idosos e crianças. No momento, foram orientados a terem acesso ao alojamento provisório do município, como relatado através do Ofício SMDS/EXTER nº 25/2022⁴⁹:

A partir do acompanhamento realizado pelo Centro Pop, a equipe foi capaz de identificar que os migrantes possuíam residência fixa em Garanhuns, obtida através do aluguel social disponibilizado pelo Município. Além disso, esse grupo estava sendo acompanhado por toda rede socioassistencial do Município de Garanhuns, sendo beneficiários do Programa Bolsa Família e do setor de benefícios eventuais através de cestas de alimentos. [...] Por fim, a família informou à equipe do Centro Pop que estavam de passagem no Município de Arapiraca objetivando a realização da coleta e o posterior retorno a Garanhuns, fato ocorrido no dia 31 de julho.

Em setembro de 2021, há relatos, pelo município de Arapiraca, sobre a chegada de mais de 40 (quarenta) indígenas Warao e, considerando o número de pessoas, os abrigamentos existentes não o comportavam. No entanto, fora adaptado espaço do alojamento provisório para acolher o grupo. Diante da falta de recursos específicos e do diálogo mantido por representantes de Arapiraca no Comitê para tratar sobre a pauta da migração do Governo do Estado, o município solicitou acesso a recursos federais e estaduais, através dos Ofícios nº 54, encaminhado ao Ministério da Cidadania, e nº 353, encaminhado ao Governo do Estado de Alagoas, a fim de custear os gastos necessários para atendimento e acolhimento das famílias Warao.

A Funai realizou articulação com o município de Arapiraca e com representantes indígenas Warao para realização de visita técnica no dia 11 de novembro de 2021, conforme (Figuras 25 e 26). As famílias estavam em um alojamento provisório, um galpão no bairro Brasília (com aluguel pago pela sociedade civil), com problemas de instalações elétricas (falta

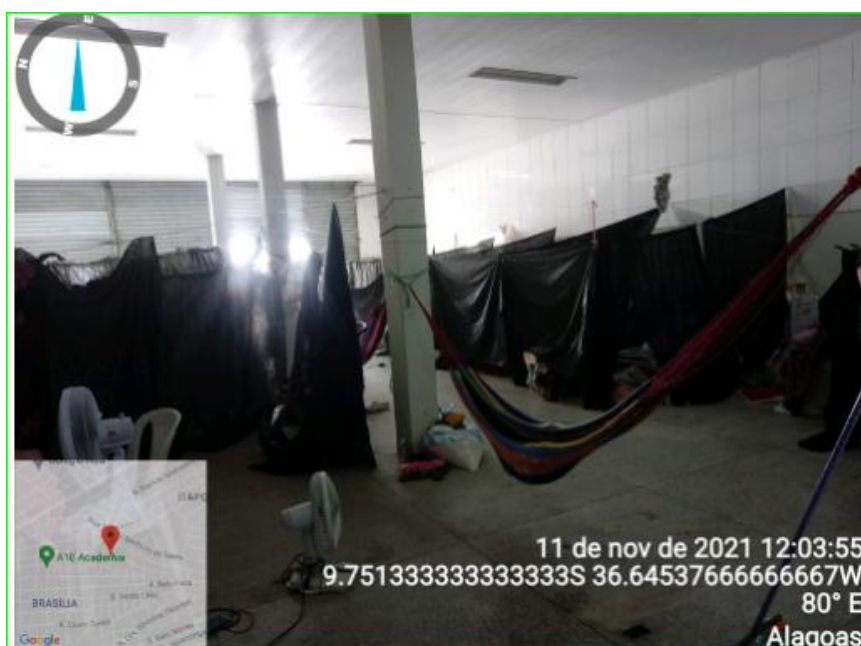
pelos indígenas como prática depreciativa ou indigna. Para eles, essa atividade é como um trabalho, com horários definidos e metas de valores estabelecidas anteriormente. Na maioria das vezes, é o único trabalho possível em contexto urbano.

⁴⁹ ARAPIRACA. Secretaria de Desenvolvimento Social (SMDS). **Ofício SMDS/EXTER nº 25/2022**. Arapiraca: SMDS, 2022.

de tomadas e fios expostos), hidráulicos (falta de água) e falta de banheiro minimamente adequado à quantidade de pessoas no espaço, como relatado através do Relatório de Visita Técnica Funai – Arapiraca⁵⁰:

Ao chegar ao local, pudemos notar que o galpão não tem condições de abrigar as famílias indígenas Warao e que apresenta problemas de instalação de energia elétrica e hidráulica. Além de ter apenas um banheiro, espaço sem divisória e uma cozinha muito precária com apenas um fogão e uma geladeira em péssima condição de uso.

FIGURA 25 – Abrigamento Warao - Arapiraca (11/11/2021)



Fonte: acervo pessoal da autora, 2021.

⁵⁰ FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (Funai). **Relatório de Visita Técnica Funai - Arapiraca**. Arapiraca: Funai, [s.d.].

FIGURA 26 – Diálogos representantes Warao e Funai - Arapiraca (11/11/2021)



Fonte: acervo pessoal da autora, 2021.

No período da tarde, a Funai participou de reunião agendada com o município para tratar sobre as questões apontadas no Relatório e demandas internas das famílias indígenas, como apontado:

No período da tarde, participamos juntamente aos representantes das famílias indígenas (Aníbal, Orlando e Elias) em reunião na Secretaria de Desenvolvimento Social - SMDS de Arapiraca com a presença da Secretária, Sra. Fabrícia Galindo e equipe técnica. A memória da reunião ficou sob responsabilidade da SMDS e estamos aguardando recebimento. O diálogo foi amplo e tratamos de diversos assuntos e necessidades das famílias, especialmente sobre a situação do atual local em que estão (necessidade de realização de reparos elétricos e hidráulicos); necessidade de pagamento do valor referente ao aluguel do galpão (fora reatado que estava faltando apenas documentação do corretor do imóvel para encaminhamentos e pagamento do valor referente ao aluguel); matrícula das crianças na rede municipal de ensino; procura de local - sítio- para que as famílias possam morar e realizar atividades de obtenção de renda; articulação para local de venda de artesanato e aquisição de matéria- prima para confecção dos mesmos, dentre outros.

Após encaminhamentos de Ofícios pela Funai-CR NE I e Recomendação 4937650 da DPU/AL (nos mesmos moldes da recomendação encaminhada ao Município de Maceió), a Secretaria de Desenvolvimento Social de Arapiraca fez resposta à DPU através do Ofício SMDS/EXTER nº 25/2022, de 01 de fevereiro de 2022, por meio do qual informa sobre melhoria do local destinado ao abrigamento provisório, chegada dos recursos federais para

manutenção das despesas com acolhimento das famílias, formação de Comitê para tratar sobre a pauta (tendo em sua composição apenas Secretarias Municipais) e construção do plano de ação junto às famílias Warao, como se infere:

A Secretaria Municipal da Infraestrutura realizou levantamento das melhorias que se fazem necessárias no salão onde se encontram as famílias. Ao mesmo tempo, a SMDS está buscando u espaço com melhores condições de habitabilidade para que as famílias Warao possam residir. Em 27 de dezembro de 2021, fora creditado o valor de R\$ 122.400,00 (cento e vinte e dois mil e quatrocentos reais) destinados as ações socioassistenciais de acolhimento aos Warao. Após construção do plano de ação junto a FUNAI e representantes dos povos Warao, o plano foi enviado ao Ministério da Cidadania em 26 de janeiro de 2022 com Resolução do Conselho Municipal de Assistência nº 31/2021.

As atividades da Funai no município de Arapiraca continuaram com entrega de cestas de alimentos destinadas aos indígenas, motivada pela pandemia de Covid-19, e articulações com a SMDS para construção do Plano de ação para acolhimento de Imigrantes em situação de Vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório por crise humanitária do município de Arapiraca⁵¹.

Tal plano fora construído com a participação de representantes indígenas e em momentos pontuais da Funai, tendo sido encaminhado no mês de dezembro de 2021 ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para liberação de recursos no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para acolhimento provisório de 50 migrantes indígenas.

No mês de outubro de 2021, algumas famílias Warao, após fazerem movimentos pendulares até o Município de Arapiraca/AL para realização da coleta, decidem se instalar no município. Relatório produzido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Arapiraca em 05 de outubro de 2021 aponta 35 indígenas Warao residindo no município. Diante da demanda e do aumento da quantidade de indígenas migrantes se deslocando para o município, a Secretaria solicitou recursos de cofinanciamento do Governo Federal para atendimento de migrantes venezuelanos, em 28 de setembro de 2021, através do Ofício nº 54 da Semds.

Em 21 de dezembro de 2021 o Ministério da Cidadania publicou a Portaria nº 723⁵², que dispôs sobre o repasse emergencial de recursos federais para ações socioassistenciais de municípios que receberam migrantes e refugiados originados do fluxo migratório provocado por crise humanitária, agravada pela situação de emergência em saúde pública decorrente do

⁵¹ FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (Funai); ARAPIRACA. **Plano de ação Imigrantes – Arapiraca**. Arapiraca: Funai; SMDS, 2021.

⁵² BRASIL. Ministério da Cidadania. **Portaria MC nº 723 de 21 de dezembro de 2021**. Brasília, DF, 2021.

novo coronavírus (Covid-19). Através dessa Portaria, o Ministério da Cidadania concedeu o repasse de recursos federais nos valores de R\$ 122.400,00 (cento e vinte e dois mil e quatrocentos reais), para Arapiraca/AL, e R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), para Maceió/AL.

Os recursos financeiros descentralizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) possuem a finalidade de suprir os custos com o abrigamento durante o período de 6 (seis) meses, com recursos humanos, recursos materiais e aluguel do espaço, conforme Quadro 3.

QUADRO 3 – Aplicação dos Recursos Financeiros do MDS para 6 meses – Arapiraca

Despesa	Descrição da despesa	Valor em R\$
Aquisição de materiais de higiene e limpeza	Aquisição de matérias de uso pessoal e materiais de uso coletivo para limpeza do local	35.455,00
Aluguel de espaço	Pagamento aluguel do espaço destinado ao acolhimento	18.000,00
Gêneros alimentícios	Aquisição de Cereais, grãos, itens da cesta de alimentos	24.775,00
Proteínas	Aquisição de proteínas (peixe, frango e ovos)	12.694,00
Utensílios	Aquisição de utensílios (panelas, copos, lixeiras, baldes etc.)	7.256,00
Cama e Banho	Aquisição de itens de cama e banho	10.820,00
Contratação de recursos humanos	Contratação de equipe específica para trabalho com os migrantes	51.000,00
TOTAL		160.000,00

Fonte: elaborado pela autora com dados do Plano do Município de Arapiraca encaminhado ao MDS, 2024.

As despesas para atendimento durante 6 (seis) meses custarão o valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), dos quais R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil) serão custeados pela União, através da descentralização pelo MDS, e R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) comporão a contrapartida do Município de Arapiraca/AL, segundo constava no plano.

Em 17 de janeiro de 2022, a DPU encaminhou Recomendação nº 4937650⁵³ ao município de Arapiraca, nos mesmos moldes da recomendação editada para Maceió. E, em atenção às solicitações, a Semds de Arapiraca encaminhou à DPU/AL o Ofício SMDS/EXTER

⁵³ DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU). Recomendação Nº 4937650 DPU/AL. [S.l.]: DPU, 2022.

nº 025/20222, de 01 de fevereiro de 2022⁵⁴, através do qual a Secretaria resume as atividades realizadas e descreve os fluxos de indígenas migrantes para o município, bem como presta esclarecimentos acerca do cumprimento de pontos contidos na Recomendação.

Acontece que, durante a execução dos valores e o início dos trabalhos sociais e de implementação dos recursos, as famílias Warao deixaram o município. Importante frisar que não tive conhecimento sobre os reais motivos para que as famílias o fizessem e que, com a minha ausência no acompanhamento da pauta (por motivos que serão relatados), infelizmente não tenho ciência de como se deu essa saída. Contudo, há Ofício do município de Arapiraca, datado de 25 de julho de 2023, que faz referência à devolução de recursos do cofinanciamento estadual para acolhimento de migrantes, no valor de R\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais).

Na continuação dos trabalhos, a Funai realizou atividades com as famílias Warao que estavam em Maceió e, diante de cumprimento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com o MPF e com a DPU, tendo como compromissário o município de Maceió/AL e, após determinação exarada na reunião do Comitê Gestor de 02 de fevereiro de 2022, aconteceram trabalhos de mapeamento laboral das famílias Warao de execução da Semudh e acompanhado pela Funai.

As atividades foram desenvolvidas através de visitas e diálogos com os indígenas residentes nos dois locais de moradia em Maceió e descritas no Relatório de mapeamento Laboral Famílias Warao Maceió-Funai e Semudh⁵⁵, conforme registro na Figura 27.

No dia 14/02/2022 a servidora da Funai, Gabriela Pacheco se deslocou para pegar equipe da SEMUDH-AL na sede da secretaria, às 8h. Na ocasião, se deslocaram, inicialmente, como combinado com as famílias, para a casa localizada na rua Pau D'arcos no Vale do Reginaldo. Em torno de 9h da manhã a equipe composta pela servidora da Funai Gabriela Pacheco e equipe da SEMUDH/AL composta por Cinthia Pessoa, Vinycius Tenório, Isis Florescer e Yasmin Germano iniciaram a aplicação do formulário via google forms através dos celulares e todo trabalho transcorreu de forma tranquila e com muita colaboração de todos Warao, especialmente, por sempre demonstrarem que possuem o interesse de estarem no mercado de trabalho. Na ocasião, conseguimos aplicar o questionário com todos adultos em idade laboral residentes no local, perfazendo um quantitativo de 07 (sete) questionários preenchidos [...]. Em torno das 10h30 seguimos para o bairro do Jacintinho para realização da atividade com as famílias residentes nos apartamentos da rua Caetés. Todo trabalho transcorreu na mais perfeita harmonia e conseguimos aplicar o questionário com todos adultos em idade laboral residentes no local, perfazendo um quantitativo de 07 (sete) questionários preenchidos [...].

⁵⁴ ARAPIRACA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Semdes). **Ofício SMDS/EXTER nº 025/20222 de 01 de fevereiro de 2022**. Arapiraca: Semdes, 2022.

⁵⁵ Relatório de mapeamento Laboral Famílias Warao Maceió - Funai e Semudh.

**FIGURA 27 – Aplicação Questionário mapeamento laboral - Funai e Semudh
(14/02/2022)**



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

Os dados do questionário foram compilados pela Semudh e encaminhados à DPU e MPF, em cumprimento à demanda de mapeamento para construção do perfil laboral das famílias Warao, no entanto, tal mapeamento e encaminhamentos para a inserção não aconteceram. Teve a apresentação de uma Proposta de Plano de Inserção Laboral e Qualificação Profissional dos Migrantes Vulneráveis em Alagoas feita no Comitê Técnico para Ações aos Migrantes Vulneráveis em Alagoas, em que constava apenas as atribuições e Secretarias envolvidas, conforme exposto na Tabela 1.

Importante salientar que, com a chegada de novas famílias ao município, os dados para construção do perfil laboral dos migrantes ficaram desatualizados, sendo necessária uma nova rodada de construção coletiva, com participação das famílias Warao em todas as etapas do processo.

TABELA 1 – Proposta de Plano de Inserção Laboral e Qualificação Profissional dos Migrantes Vulneráveis em Alagoas

Proposta de Plano de Inserção Laboral e Qualificação Profissional dos Migrantes Vulneráveis - AL	
Atribuição	Órgão Indicado
- Cadastro de artesãos e inserção em programas e feiras de artesanato.	SEDETUR
- Instrução sobre taxa de câmbio e precificação de artesanatos; - Incentivo ao Empreendedorismo e à Economia Solidária.	UFAL
- Inserção em programas de assistência às pessoas vulneráveis (programa do leite); - Aquisição de material de pesca e afins.	SEAGRI
- Projeto de qualificação profissional.	SETE
- Mapeamento do perfil laboral; - Orientações de Direitos Trabalhistas.	SEMUDH

Fonte: Semudh, 2021

Minha atuação direta com a pauta da migração indígena Warao aconteceu até o mês de maio de 2022, quando no 19, o então coordenador Regional da CR NE I encaminhou, no processo SEI específico para tratar sobre a pauta, despacho retirando a condução da pauta Warao da minha pessoa e encaminhando aos representantes do Serviço de Promoção aos Direitos Sociais e Cidadania (Sedisc). A partir desse momento, não mais acompanhei a pauta enquanto servidora da Funai, mantendo diálogos enquanto indigenista e pesquisadora com alguns indígenas Warao e servidores que atuavam com a pauta em outros órgãos.

Enquanto colaboradora, minha atuação era restrita aos diálogos por WhatsApp e poucas atuações nos finais de semana ou à noite. Considero que, durante esse período, minhas reflexões e amadurecimento, obviamente ao lado de sofrimento, foram responsáveis pelo fortalecimento de minha força e resiliência diante das injustiças.

Durante esse período vivi momentos de alegria e de tristeza no acompanhamento da pauta à distância, o maior desafio foi a realização da mediação cultural com equipe médica, equipe do Consultório na Rua, DPU e indígenas Warao, nas tratativas sobre a internação de um adolescente indígena para tratamento de tuberculose. A família foi para a porta do hospital retirá-lo, pois entendia que havia a necessidade de tratamento espiritual, segundo os costumes e tradições de cura Warao, e eu tive atuação nos diálogos com os representantes Warao e com o responsável pelo processo de cura que estava vindo de Recife/PE.

Os diálogos foram difíceis, mas positivos e, através da mediação, o responsável pelo processo de cura pôde realizar o tratamento no hospital, após adequações e diálogos com a equipe médica. O adolescente continuou recebendo o tratamento médico hospitalar e os processos de cura eram realizados em sala cedida para tal. Como o processo não podia ser realizado completamente no ambiente hospitalar, alguns procedimentos eram feitos à distância e, segundo o curandeiro, não surtiam o mesmo efeito.

O indígena Warao teve alta do hospital, retornou ao abrigo (nesse meio tempo, ainda consegui fazer uma chamada de vídeo com ele e conversamos um pouco sobre sua recuperação, além de falar com a sua companheira e ver as crianças), mas, infelizmente, ele não deu continuidade ao tratamento de forma adequada, com o uso de medicações, e retornou ao hospital, após muita insistência da equipe do Consultório na Rua, vindo, infelizmente, a óbito. Dentre os processos de perdas que passamos na vida, esse foi um dos mais doloridos para mim, por não ter estado fisicamente próxima deles quando precisaram e por ter construído laços de afeição pelo querido indígena de apenas 17 anos que se foi deixou filhas e uma companheira.

Essas perdas são irreparáveis e, infelizmente, acontecem muito entre os Warao, especialmente por doenças respiratórias, como aponta Marlise Rosa (2020, p. 310) em sua análise sobre dados das causas de óbitos entre indígenas Warao no Brasil conforme ciclo de vida:

Pneumonia é a principal causa das mortes com 21 casos (20,6%). Deve-se notar que dentre as causas tidas como desconhecidas ou não informadas (17,6,3%), é provável que haja outros casos de pneumonia, pois em algumas situações os familiares relataram a existência de sintomas. Há uma incidência significativa de tuberculose, com nove casos (8,8%), seguida por oito óbitos foram provocados por COVID-19 (7,8%) e em outros três há a suspeita da doença (2,9%). Note-se, então, que as doenças respiratórias, como pneumonia, tuberculose e também, a COVID-19, são as principais causas das mortes entre a população indígena Warao no Brasil.

Durante meu afastamento dos trabalhos com a pauta, as atividades ficaram, conforme registros no processo SEI de acompanhamento, restrita à participação em reuniões no MPF, nas reuniões do Comitê Municipal, apoio à Semas (nome da Secretaria em 2022) em atividade de agendamento na PF para pedidos de cadastramento no Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) e realização de uma visita técnica ao abrigo que estava localizado próximo a ladeira da Catedral, no Centro de Maceió; segundo o Relatório de visita aos Warao em Maceió em 13 de junho de 2022:

No dia 13 de junho de 2022, os servidores [...] do Sedisc desta CR NE I, visitaram as famílias venezuelanas Warao que moram em Maceió. Há cerca de sete dias, eles mudaram-se para casa na rua Ladeira da Catedral, no bairro do Centro, há poucos minutos de caminhada da sede da CR NE I. Segundo o indígena Argenes, liderança do grupo, a casa foi conseguida para eles por meio da Assistência Social do município. A construção parece ter servido como pousada, pois há cerca de 13 quartos, onde vivem 15 famílias (cerca de 50 pessoas), com áreas internas comuns, onde cozinham e realizam outras atividades domésticas. Antes disso, eles estavam em casas no Vale do Reginaldo, onde a condição de vida deles era bem mais precária. No Centro de Maceió, eles continuam a fazer as "coletas" pelos sinais de trânsito.

No dia 19 de agosto houve a reunião inaugural do Comitê Municipal Intersetorial de Atenção aos Migrantes, convocada através do convite encaminhado à Funai (Figura 28), e com participação de servidores do Sedisc CR NE I.

FIGURA 28 – Convite reunião inaugural Comitê municipal Intersetorial de atenção aos migrantes – 2022



Fonte: Semas, 2022.

Com a mudança de governo e dos rumos na Funai, voltei a ter atuação junto à pauta e a realizar atividades de retomada de acompanhamento, participação em Comitês Municipal e Estadual e a realizar visitas técnicas para escuta das famílias. Em 13 de julho de 2023, participamos de uma visita técnica, junto a outros órgãos na casa de acolhimento da Chácara, na Cidade Universitária.

No mesmo período, realizamos, enquanto pesquisadora e mestrande, várias atividades na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), com a presença dos Warao, graças aos projetos aprovados e conduzidos pela professora Edilma.

Também pude participar, juntamente com os Warao, de momento de construções coletivas sobre a temática, como *II Seminário Internacional Warao*, que aconteceu em junho

de 2024 em Boa Vista/RR, e a etapa Estadual da Conferência de Migrações, Refúgio e Apatridia (Comigrar/AL), que aconteceu em julho de 2024. Posteriormente, como delegada eleita, pude acompanhar a II Comigrar Nacional, que aconteceu em novembro de 2024, em Brasília, Distrito Federal (DF).

Importante registrar que a atuação da Funai deve acontecer de forma a garantir o direito à identidade cultural e às formas próprias de organização do povo Warao, através do direito à participação nas construções das políticas públicas e realização de consulta prévia, livre e informada.

Defensoria Pública da União (DPU)

A atuação da DPU em Alagoas, no contexto da migração dos Warao, tem sido essencial para garantir a proteção dos direitos dessa população indígena, especialmente no que diz respeito ao acesso à justiça, serviços públicos e a preservação da sua cultura e identidade. A DPU tem papel fundamental na promoção dos direitos humanos, na defesa dos interesses dos migrantes e na mediação entre o Estado e as comunidades indígenas.

A DPU é uma instituição que atua diretamente na defesa dos direitos fundamentais de populações vulneráveis, como os Warao, garantindo que esses migrantes tenham acesso ao sistema de justiça e aos direitos previstos pela Constituição Brasileira.

Dentre as áreas em que a DPU se destaca, podemos salientar o acesso à justiça, através do qual presta assistência jurídica gratuita para os Warao, que, muitas vezes, enfrentam barreiras linguísticas, educacionais e culturais ao tentarem acessar os serviços de justiça no Brasil. A atuação da DPU é crucial para que os Warao possam registrar sua situação de refugiado ou migrante, obter documentação básica (como Cadastro de Pessoa Física (CPF), Registro de Nascimento etc.) e acessar outros serviços essenciais, como saúde e educação.

Em Alagoas, a DPU tem utilizado da emissão de recomendações (já citadas no decorrer do texto) e TACs para garantir o cumprimento dos direitos existentes para às famílias Warao, entre eles: assegurar o acesso a direitos básicos, como a moradia digna, o direito à saúde e à educação, além da preservação da identidade cultural do povo Warao.

A atuação da DPU junto aos Warao está intrinsecamente ligada à proteção de suas especificidades culturais e ao respeito aos seus direitos enquanto povos originários. A DPU atua no acompanhamento das políticas de acolhimento destinadas às famílias Warao em Alagoas,

incluindo a fiscalização da qualidade do atendimento a essas populações, em conjunto com demais órgãos responsáveis pela pauta.

Inicialmente, uma das áreas de atuação da DPU em Alagoas foi o auxílio no processo de regularização migratória dos indígenas, pois, muitas vezes, os Warao chegam ao Brasil sem documentos ou com documentação precária, o que dificulta o acesso a diversos serviços e direitos. A situação migratória das famílias Warao foi realizada, de modo que hoje todos possuem situação de regularidade, graças à atuação em conjunto com diversos órgão e também da sociedade civil nos trabalhos.

A atuação da DPU em Alagoas é fundamental para garantir os direitos dos Warao migrantes, desde a assistência jurídica até a fiscalização das políticas públicas destinadas a essa população. No entanto, depende da articulação entre diversas esferas do poder público e da colaboração com organizações da sociedade civil, sendo essencial para superar os desafios que surgem com a condução da pauta.

Ministério Público Federal (MPF)

A atuação do MPF em Alagoas no contexto da migração dos Warao tem sido relevante no que diz respeito à proteção dos direitos humanos dessa população indígena, especialmente no que tange ao acolhimento, à assistência social e à garantia da preservação de sua identidade cultural. Por ser uma instituição de defesa dos direitos fundamentais e dos povos indígenas, o MPF tem o papel de fiscalização e advocacia em situações de vulnerabilidade como a dos Warao que migraram para o Brasil, muitas vezes em emergências e sem o devido suporte inicial.

A atuação do MPF em Alagoas, embora focada em questões locais, insere-se em um contexto mais amplo de apoio à migração indígena, especialmente no que se refere ao acolhimento de venezuelanos, incluindo os Warao, em diferentes estados brasileiros. O MPF tem sido um dos agentes institucionais que monitoram o cumprimento das políticas públicas e asseguram que as ações do Estado estejam em conformidade com os direitos constitucionais dos povos indígenas.

O MPF atua como fiscalizador das políticas públicas implementadas pelos governos municipais, estaduais e pelo Governo Federal, buscando garantir que os direitos dos migrantes indígenas Warao sejam respeitados. Em Alagoas, tem acompanhado a implementação de políticas de acolhimento, saúde, educação e assistência social, especialmente em relação à inclusão dos Warao nos serviços públicos oferecidos, especialmente na garantia dos direitos específicos dos povos indígenas.

Outro aspecto importante da atuação do MPF, e talvez o mais importante, é a defesa da preservação da cultura indígena Warao, um dos pilares da sua atuação nas questões de migração. Por meio da sua atuação e da condução de reuniões na tentativa de realizar conciliações e fazer com as situações não sejam ainda mais agravadas, o Ministério visa garantir que a adaptação dos Warao em novos territórios seja feita de forma que respeite suas tradições, sua língua e seus direitos culturais.

A atuação do MPF em Alagoas, na pauta da migração dos Warao, é crucial para garantir que os direitos dessa população sejam respeitados durante o processo migratório, já que o papel desempenhado pelo órgão, em várias frentes e por vezes em conjunto com a DPU/AL, na emissão de Recomendações e assinaturas de TACs (já citadas anteriormente) para garantia do cumprimento das medidas. Tal atuação tem feito o diferencial para as famílias de indígenas Warao que estão residindo em Maceió/AL.

Entretanto, é importante que o MPF continue a reforçar suas ações para superar desafios como a falta de infraestrutura, a resistência das comunidades locais e a utilização adequada dos recursos financeiros, em atenção a não tutela do Estado, para atender às demandas dos migrantes Warao, pois a sua atuação deve ser complementada por políticas públicas efetivas construídas pelas esferas governamentais, garantindo assim que os direitos dos Warao sejam plenamente respeitados e que o processo de migração ocorra de forma justa e digna.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar (Semdes)

A Semdes é a secretaria responsável pela Política Municipal de Assistência Social em Maceió, com foco na Seguridade Social. Tal secretaria coordena os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), os Centros Pop, o Centro de Atendimento Socioassistencial (Casa) e é responsável pelos Conselhos Tutelares.

Além disso, também é responsável pela proteção social às crianças e adolescentes vítimas de violações, assessora organizações da Rede de Assistência Social, elabora e executa a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e gerencia os Restaurantes Populares.⁵⁶

⁵⁶ Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/secretarias-e-orgaos/semdes>.

A Secretaria vem desempenhando importante papel nas tratativas da pauta da migração indígena em Maceió, especialmente através da constituição do Comitê Municipal Interinstitucional de Política Municipal de Atenção à População Migrante⁵⁷, que tinha como objetivo acompanhamento da oferta de acolhimento institucional e o estabelecimento de discussões relevantes, com vistas à garantia das especificidades na oferta dos serviços prestados.

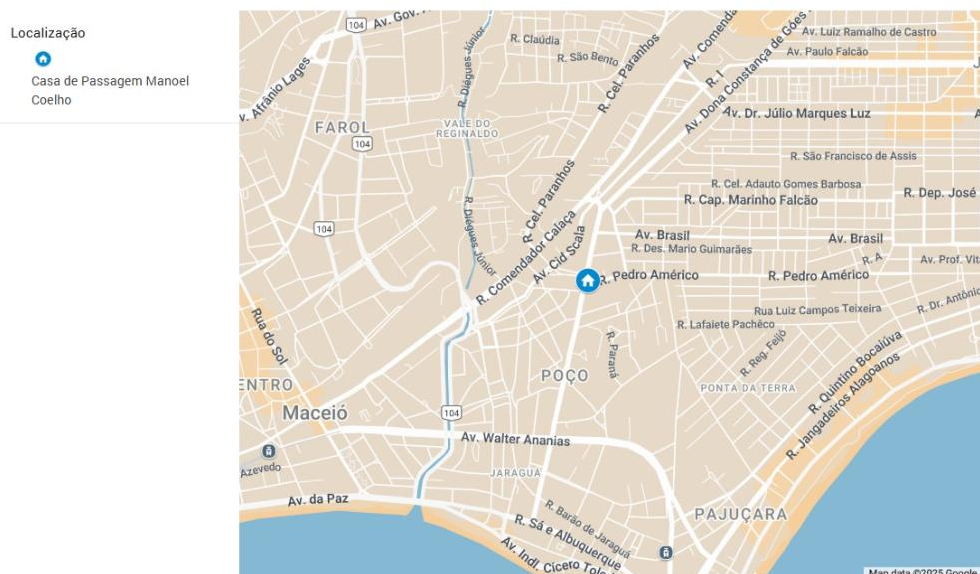
A importância do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) nº 001/2022 – 3º Ofício e DRDH/AL vai além, especialmente quando solicita, em sua Cláusula 1ª, minuta de plano de ação para conhecimento dos órgãos compromitentes, da sociedade civil e dos indígenas envolvidos (lideranças), com a indicação precisa do cronograma das ações em que serão empregados os recursos federais, encaminhados pelo Ministério da Cidadania, e os recursos estaduais, oriundos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Fecoep).

Inicialmente, como já destacado, os indígenas Warao foram acolhidos emergencial e provisoriamente pela Assistência Social do Município de Maceió a partir de março de 2021, na casa de Passagem Professor Manoel Coelho Neto, localizada no bairro do Poço. A Figura 29 mostra a frente da casa e a Figura 30 aponta a localização da Casa de Passagem. No entanto, por não se adaptarem ao modelo institucionalizado de abrigamento e compartilhamento de espaços com outras famílias acolhidas, foram inseridos nos programas de Auxílio Moradia – o Aluguel Social e auxílio alimentação, por meio do recebimento de cestas básicas e demais serviços da assistência.

⁵⁷ O Comitê é um órgão colegiado, consultivo e deliberativo, de participação interinstitucional para a formulação e o acompanhamento das políticas públicas da Administração Municipal dirigidas aos imigrantes, refugiados e apátridas, com as atribuições que lhe foram conferidas Portaria Municipal nº 1115 de 26 de julho de 2022 publicada no Diário Oficial de Maceió (DOM) de 27/07/2022.

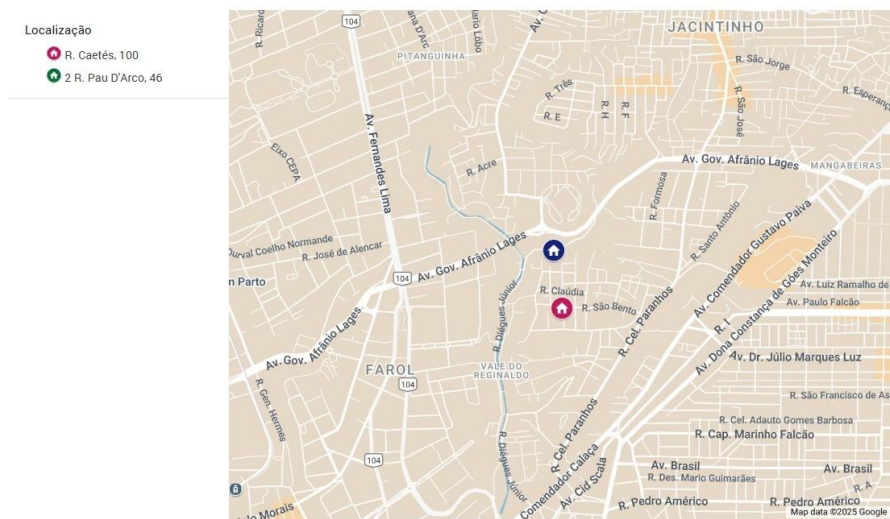
FIGURA 29 – Casa de Passagem Professor Manoel Coelho Neto

Fonte: Ascom Semas.

FIGURA 30 – Localização Casa de Passagem Professor Manoel Coelho Neto

Fonte: GoogleMaps, 2025.

Com os valores recebidos com o Aluguel Social, as famílias buscaram alugar apartamentos/quitinets no bairro do Jacintinho. Inicialmente, 4 (quatro) famílias alugaram quitinets na Rua Caetés, nº 100 (Figura 32) e, posteriormente, com a chegada de novas famílias, duas pequenas casas foram alugadas na Rua 2 Pau D'Arco, nº 46 (Figura 33) para alojar mais 6 (seis) famílias. As localizações dos dois locais de moradias encontradas pelas famílias Warao estão demonstradas na Figura 31.

FIGURA 31 – Localização Quitinetes/casas – Jacintinho**FIGURA 32 – Fachada Quitinetes – Rua Caetés, Jacintinho**

Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

FIGURA 33 – Fachada casa – Rua 2 Pau d’Arco - Jacintinho



Fonte: acervo pessoal da autora, 2021.

Nessas moradias, a situação era precária e as famílias viviam da percepção dos benefícios eventuais socioassistenciais regulamentados pelo Decreto Municipal nº 7.699 de 13 de agosto de 2014: cesta básica e auxílio moradia. Além desses benefícios, as famílias recebiam as cestas de alimentos da Funai, em atendimento à uma determinação via Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) do Supremo Tribunal Federal (STF) para entrega de cestas de alimentos aos indígenas motivada pela pandemia de Covid-19.

Através da publicação da Portaria do Ministério da Cidadania de nº 723, de 21 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) foi descentralizado ao município de Maceió/AL para atendimento de até 300 migrantes (previsão feita com base nos novos deslocamentos que poderiam acontecer para o município).

Em maio de 2022, em razão da finalização do Auxílio Moradia, concedido com vigência máxima de um ano, os Waraos foram direcionados a uma Unidade de Residência Provisória da Assistência Social, localizada na Ladeira Rosalvo Ribeiro, nº 87, Centro (antiga ladeira da Catedral).

Em julho de 2022, a Semas enviou ofício à Seades com solicitação de recursos oriundos do Fecoop, considerando o recebimento, pelo Município de Maceió, de grande contingente de migrantes indígenas da etnia Warao. Assim, o município foi contemplado com o cofinanciamento estadual no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Após período de execução direta por Maceió, com pagamento do Aluguel Social, entrega de cestas de alimentos (que não refletiam as necessidades nutricionais e adequações culturais do povo indígena Warao) e ações de acompanhamento realizadas com dificuldades pelas equipes da assistência municipal, especialmente pela pandemia de Covid-19, o poder público, através da então Semas, optou por realizar a contratação de uma Organização Social (OS)⁵⁸.

Em julho de 2022 houve a assinatura do TAC nº 001/2022 com a DPU e o MPF. Ante os compromissos assumidos, foi aberto o Processo Administrativo nº 3000.76925.2022, em 15/07/2023, para chamamento público de Organização da Sociedade Civil (OSC) para execução de serviço de acolhimento para migrantes.

O processo foi finalizado pela Semas em 31 de agosto de 2022, através da contratação da Instituição Associação Católica São Vicente de Paulo para execução do acolhimento de setembro de 2022 a fevereiro de 2023, com repasse de R\$ 1.440.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta mil reais), através do repasse de recursos financeiros da União, Estado de Alagoas e Município de Maceió.

Os recursos financeiros descentralizados pelo MDS possuem a finalidade de suprir os custos com o abrigo (e seus dois núcleos), durante 6 meses, com recursos humanos⁵⁹, recursos materiais⁶⁰, equipamentos e aluguel do espaço (Quadro 4).

QUADRO 4 – Aplicação dos Recursos Financeiros do MDS para 6 meses

DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	VALOR EM R\$
Despesas com serviços terceirizados	Contratação de pessoal (profissionais, intérpretes, monitores)	405.056,00

⁵⁸ Organização Social (OS) é uma associação ou fundação privada sem fins lucrativos e que atua realizando atividades de interesse público, através de um título do Poder Público, que lhe permite celebrar contrato de gestão.

⁵⁹ Destinados à contratação dos trabalhadores que atuarão na execução das atividades propostas no plano de acolhimento, bem como da Equipe de Referência definida pela NOB-RH/SUAS e pela Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social (Cnas), e outras orientações e normativas para a execução do serviço socioassistencial objeto da parceria.

⁶⁰ Destinados à compra de gêneros alimentícios, material de expediente, material de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, material de cama, mesa e banho, higiene pessoal, material de escritório, materiais educativos, material de pesca, mesas, cadeiras, similares, material para as oficinas profissionalizantes (corte e costura, artesanato, pintor, pedreiro).

Despesas de custeio	Locação de veículos; combustível; Material de limpeza, Higiene Pessoal e escritório; Gás de cozinha; Energia, água, internet, telefonia	291.000,00
Aluguel de espaço	Pagamento aluguel do espaço destinado ao acolhimento	150.000,00
Gêneros alimentícios	Aquisição de Cereais, grãos, hortaliças; Carnes diversas; Padaria; Ovos	541.344,00
Equipamentos e espaço físico	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	52.600,00

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa, 2024.

Para além das dinâmicas de recursos para acolhimento dos migrantes em Maceió, foi instituído, por meio da Portaria Municipal nº 1115, de 26 de julho de 2022, o Comitê Municipal Intersetorial de Atenção aos Migrantes, a partir da assinatura do TAC nº 001/2022 – 3º Ofício e DRDH/AL⁶¹, firmado entre o MPF e a DPU, tendo como compromissário o município de Maceió/AL (representado pelo Secretário Municipal de Assistência), conforme:

[...] Cláusula 3a – O Compromissário se obriga, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a instituir e publicar, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal e no diário oficial municipal, Comitê Municipal e Grupos de Trabalho para viabilizar a articulação de uma rede de apoio aos migrantes vulneráveis, com participação de instituições públicas e de organismos da sociedade civil;

Parágrafo Primeiro – O prazo de 15 (quinze) dias úteis da Cláusula 3a começa a contar da assinatura deste TAC;

Parágrafo Segundo – O compromissário se obriga a comunicar por escrito aos compromitentes o Comitê Municipal e os Grupos de Trabalho formalizados, através dos seguintes canais eletrônicos: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login> (MPF) e drdh.al@dpu.def.br (DPU);

A composição do Comitê contempla diversas Secretarias e órgãos atuantes na defesa dos direitos dos povos migrante, conforme descrito no Regimento Interno, em seu Artigo 5º⁶²:

[...] Art. 5º O Comitê será composto por representantes - tutelar e suplente - dos seguintes órgãos e secretarias da administração municipal, os quais serão indicados periodicamente, por portaria, pelo Executivo Municipal:

I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar - SEMDES

II - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego E Economia Solidária - SEMTES

III - Secretaria Municipal de Educação - SEMED

IV - Secretaria Municipal de Saúde – SMS

V - Fundação Municipal de Ação Cultural – FMAC

⁶¹ O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) nº 001/2022 – 3º Ofício e DRDH/AL foi firmado no mês de junho de 2022.

⁶² Conforme Regimento Interno do Comitê.

VI – Secretaria Municipal da Mulher, Pessoas com Deficiência, Idosos e Cidadania - SEMUC

Parágrafo único. Os representantes, titular e suplente, do caput deste artigo, serão indicados pelos titulares dos seus respectivos órgãos.

Em seu Artigo 6º, o Regimento Interno do Comitê Municipal Interinstitucional de Política Municipal de Atenção à População Migrante, Refugiada e Apátrida lista as entidades e órgãos convidados a participar:

[...] Art. 6º Serão convidadas a indicar representantes, titular e suplente, ao COMITÊ, as seguintes instituições governamentais, acadêmicas e da sociedade civil:

- I - Defensoria pública da união – DPU
- II - Ministério público federal – MPF
- III - Ministério Público Estadual - MPE
- IV - Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES
- V – Ordem dos Advogados – OAB
- VI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas- FUNAI
- VII – Cáritas Arquidiocesana de Maceió - Regional Nordeste 2.
- VIII – Universidade Federal de Alagoas - UFAL
- IX – Povos Migrantes Indígenas e não indígenas
- X- Casa de Ranquines
- XI – Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI
- XII – Universidade Estadual de Alagoa - UNEAL
- XIII - Polícia Federal

Através da Portaria nº 0285 Maceió/AL, 31 de janeiro de 2024⁶³, a composição do Comitê foi alterada e passou a ter os seguintes membros:

[...] Art. 1º ATUALIZAR A COMPOSIÇÃO do COMITÊ MUNICIPAL INTERSETORIAL DE ATENÇÃO AOS MIGRANTES, para oferta de serviço de acolhimento institucional para imigrantes e refugiados indígenas venezuelanos oriundos de fluxo migratório provocado por crise humanitária, conforme os representantes abaixo relacionados:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar - SEMDES (COORDENAÇÃO DO COMITÊ)

Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego E Economia Solidária - SEMTES

Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Fundação Municipal de Ação Cultural - FMAC

Ordem dos Advogados – OAB

Fundação Nacional dos Povos Indígenas- FUNAI

Cáritas Arquidiocesana de Maceió - Regional Nordeste 2.

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Polícia Federal

Povos Migrantes Indígenas Warao

Casa de Ranquines

Defensoria Pública da União – DPU

Ministério Público Federal – MPF

Ministério Público Estadual – MPE

⁶³ Portaria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió de 01/02/2024. Edição 6858.

As atribuições do Comitê são descritas no Artigo 3º e compreendem ações práticas de articulação, fomento, avaliações periódicas, realização de capacitações, acompanhamento, dentre outras, conforme descrito:

[...] Art. 3º São atribuições do COMITÊ:

- I - articular as instâncias locais para a formulação e implementação do Plano Municipal de Atenção às Imigrantes, Refugiadas, Apátridas no Município de Maceió;
- II - fomentar a organização de comissões e grupos de trabalho para articulação e proposição de políticas municipais específicas para a proteção de pessoas em mobilidade humana no Município de Maceió;
- III - articular convênios e parcerias com instituições governamentais e da sociedade civil, buscando o acolhimento, a assistência e o atendimento às demandas das pessoas em mobilidade humana no Município de Maceió;
- IV - manter registros e avaliar, periodicamente, os processos e ações implementadas atendendo às determinações desta Portaria;
- V - promover a formação e capacitação permanente de agentes públicos e da sociedade civil sobre a realidade migratória e a legislação que protege as pessoas imigrantes, refugiadas e apátridas;
- VI - receber denúncias de violação dos direitos das pessoas imigrantes, refugiadas e apátridas, e encaminhá-las às autoridades competentes;
- VII - reunir, atualizar, estimular estudos e pesquisas sobre o fenômeno da mobilidade humana;
- VIII - estimular e apoiar a realização de debates, fóruns, seminários e outros eventos que visem o atingimento das finalidades do comitê
- IX - estimular a criação de políticas públicas voltadas às pessoas imigrantes, refugiadas e apátridas no âmbito municipal;
- X - acompanhar a implementação das políticas públicas para a migrante no município e, quando necessário, sugerir o aprimoramento de tais políticas.

Apesar da importância da criação do referido Comitê e da necessidade de reuniões periódicas para que as atividades sejam discutidas e aprimoradas, de acordo com as pautas trazidas pelos migrantes e pelos órgãos que participam do Comitê, este não tem conseguido avançar nas pautas e discussões, especialmente por falta de reuniões periódicas⁶⁴ e participação da maioria dos membros.

O TAC nº 001/2022 também previu a construção de um Plano Municipal de Atendimento a Migrantes⁶⁵, com fluxos de atendimento e acolhimento aos migrantes que chegassem a Maceió. Objetivando atender às demandas apresentadas e o aumento de migrantes no município, especialmente Warao, Maceió redirecionou o planejamento das ações para a oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para migrantes e refugiados venezuelanos, indígenas e não indígenas, oriundos de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

⁶⁴ Apesar de conter a periodicidade das reuniões no “Art. 15. As reuniões plenárias ordinárias do COMITÊ serão realizadas mensalmente, iniciando-se no mês de março e encerrando-se no mês de dezembro de cada ano” (Maceió, [s.d.], grifo nosso).

⁶⁵ MACEIÓ. Semdes. Plano Municipal de atendimento a migrantes. Maceió: Semdes, 2022.

Para tanto, elaborou um Plano de Trabalho que, após ser submetido à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social de Maceió (CMAS), foi aprovado, conforme Resolução CMAS nº 055/2022, publicada no DOM de 17 de agosto de 2022. A proposta de apresentação do Plano é “[...] orientar todos os segmentos que prestam atendimento aos migrantes nos processos de identificação, provisão de assistência e referenciamento à rede de atenção.”⁶⁶

O Plano continha o cronograma indicado na Tabela 2 para execução dos recursos e implantação do serviço de acolhimento para migrantes:

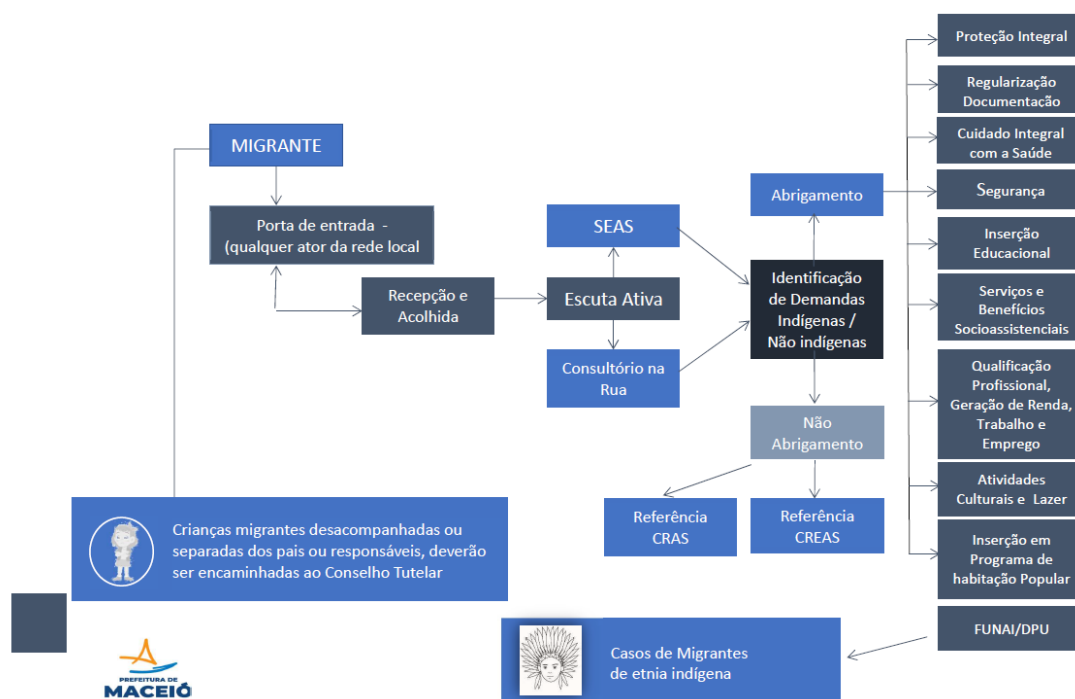
TABELA 2 – Cronograma de execução dos recursos para implantação de serviços de acolhimento para imigrantes

DATAS	AÇÕES
OUTUBRO / 2021	SOLICITAÇÃO AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA DE RECURSO FINANCEIRO PARA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA IMIGRANTES VENEZUELANOS
DEZEMBRO/2021	CRÉDITO EM CONTA DO RECURSO FEDERAL NO VALOR DE R\$ 720.000,00
JANEIRO – MAIO/2022	IMIGRANTES ATENDIDOS ATRAVÉS DE BENEFÍCIOS SOCIOASISTENCIAIS (AUXÍLIO MORADIA, CESTA BÁSICA) E INCLUSÃO NOS BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA
JUNHO/2022	ESTUDO DE VIABILIDADE, VISITA MINISTÉRIO CIDADANIA - ORIENTAÇÕES PARA ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO
JUNHO/2022	RECEBIMENTO DE OFÍCIO DA SEADES (Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado) COMUNICANDO COFINANCIAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENÇÃO AOS IMIGRANTES. (R\$ 360.000,00)
JULHO/2022	ENVIO PARA SEADES DE PLANO DE SERVIÇO E ABERTURA DE CONTA PARA RECEBIMENTO DO RECURSO ESTADUAL
JULHO/2022	AUTORIZAÇÃO PELA GESTÃO MUNICIPAL DE COFINANCIAMENTO NO VALOR DE 50 % DO RECURSO FEDERAL (R\$ 360.000,00)
AGOSTO/2022	AUTORIZAÇÃO DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À SEMEC PARA O RECURSO MUNICIPAL E FEDERAL
AGOSTO	RECURSO ESTADUAL EMPENHADO NA CONTA DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA (AGUARDANDO LIBERAÇÃO DE CRÉDITO PELA SEMEC)
01/SETEMBRO/2022	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO TERMO DE FOMENTO E DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EMPENHO E PAGAMENTO RECURSO PRÓPRIO
05/SETEMBRO /2022	EMPENHO E PAGAMENTO DO RECURSO FEDERAL PARA REPASSE A INSTITUIÇÃO EXECUTORA (RANQUINES) DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA IMIGRANTES. AGUARDANDO LIBERAÇÃO DO BANCO PARA EMPENHO E PAGAMENTO DO RECURSO ESTADUAL

Fonte: reproduzido de Semdes, 2022.

Como a proposta de apresentação do Plano é orientar todos os segmentos que prestam atendimento aos migrantes nos processos de identificação, provisão de assistência e referenciamento à rede de atenção, houve a necessidade de construção de fluxograma de atendimento ao migrante no município de Maceió/AL, apresentado na Figura 34.

⁶⁶ Objetivo retirado do corpo do Plano Municipal de Atendimento a Migrantes do Município de Maceió/AL.

FIGURA 34 – Fluxograma de atendimento ao Migrante - Município de Maceió/AL

Fonte: reproduzido de Semdes, 2024.

Considerando que o Termo de Fomento com o MDS tinha vencimento em março de 2023, a Semas encaminhou ao MDS solicitação de renovação dos recursos e continuidade da oferta de acolhimento aos migrantes venezuelanos Indígenas e não indígenas e, para não haver interrupção do serviço, foi aberto novo processo administrativo, com o objetivo de realizar chamamento público de OSC para execução de serviço do acolhimento para os migrantes. Após os trâmites administrativos, novo termo de fomento foi assinado em abril de 2023, com a Casa de Ranquines, para prestação dos serviços no período de abril até outubro de 2023.

Com a publicação da *Portaria* MDS nº 893, de 14 de junho de 2023, houve aprovação e liberação do recurso federal, bem como repasse dos recursos estaduais, oriundos do Fecoeop em agosto de 2023. Assim, Maceió pode fazer os repasses, além do já realizado da cota do próprio município na coparticipação, à casa de Ranquines.

Com a finalização do recurso para a execução do serviço de acolhimento aos migrantes, em outubro de 2023, foi encaminhado novo Ofício ao MDS com solicitação de renovação da parceria, através da coparticipação entre os três entes federados. Em 23 de outubro de 2023 fora publicada em Diário Oficial a ampliação da vigência do termo de parceria, com data retroativa para iniciar em 13/10, através de termo aditivo ao plano de trabalho, para execução das atividades pelo período de 74 dias (17/10/2023 a 30/12/2023), no valor de R\$ 270.000,00

(duzentos e setenta mil reais), dos quais R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) seriam descentralizados pela União-MDS, a fim de que o acolhimento provisório fosse mantido.

Dentre as alterações no plano de trabalho solicitadas pelo MDS para publicação do termo aditivo, houve a alteração do número de vagas para o acolhimento, cuja nova meta, pactuada entre a OSC e a Semdes, foi de 200 vagas para o acolhimento de migrantes.

Em 13 de dezembro de 2023 foi publicada Portaria MDS nº 942, com validade de 6 meses, condicionada ao envio do plano de ação 30 dias após o recebimento do recurso, tendo a descentralização ocorrido em 27 de dezembro de 2023.

Em janeiro de 2024 foi aberto um novo processo, com versão inicial do projeto básico, solicitando a construção de novo termo de parceria com OS, ao tempo em que fora apresentado e aprovado no Cmas o plano de ação migrantes para o Governo Federal e passou-se a fazer novo processo de contratação da OS para manutenção do acolhimento aos migrantes durante o período de fevereiro a julho de 2024.

Em março de 2024, foi aprovado no Cmas o plano de trabalho que prevê a continuidade da execução dos serviços de acolhimento aos migrantes, através da Resolução Cmas nº 008/2024, com indicação de algumas condicionantes para a transferência dos recursos nos valores de R\$ 480.000,00 (federal-MDS); R\$ 240.000,00 (estadual-Fecoep) e R\$240.000,00 (municipal). Dentre as condicionantes estão a Construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) e do relatório trimestral da Comissão Permanente de Monitoramento e de Avaliação (Compema)⁶⁷.

Assim, em 23 de maio de 2024, fora assinado novo termo de colaboração, termo nº 001/2024, que trata de uma nova parceria entre Semdes e OSC Casa de Ranquines, para execução, pelo período de mais 6 meses, do acolhimento institucional para migrantes indígenas no município de Maceió, com término em novembro de 2024.

A Casa de Ranquines oficiou a Secretaria em julho de 2024, informando desinteresse em continuar com a execução do serviço de acolhimento para migrantes, alegando que os atrasos nos repasses e a execução de pagamentos através de verba indenizatória estavam deixando, no passar dos meses, a OS sem condições de fazer os repasses aos contratados, bem como cumprir com pactuações constantes nos planos de trabalho, de aquisição de alimentos, materiais de higiene e limpeza, dentre outros custos para a prestação dos serviços.

⁶⁷ A Compema atua na avaliação das parcerias existentes entre as OSC e a Prefeitura Municipal de Maceió, através da intervenção da atual Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar (Semdes).

Dessa forma, a Semdes entende que a melhor saída é a execução direta dos recursos e serviços para manutenção do acolhimento em Maceió e inicia os trâmites para formação de equipe contratada diretamente pela Secretaria⁶⁸ e procura por imóvel que atenda às necessidades das famílias Warao acolhidas pelo município. O imóvel encontrado e com possibilidade de atender às famílias Warao, após visitas, com a participação das mesmas, a alguns locais, foi uma escola no bairro da Cidade Universitária, mostrado na Figura 35, que deixou de funcionar e contava com a possibilidade de aluguel de um espaço/terreno na parte posterior, como se pode visualizar na Figura 36.

FIGURA 35 – Local de acolhimento famílias Warao - Semdes 2024/2025



Fonte: Semdes, 2024.

⁶⁸ Foi publicado Edital nº. 001/2024, para realização de Processo Seletivo Simplificado (PSS) para contratação temporária de pessoal na área da assistência social por prazo determinado.

FIGURA 36 – Parte posterior acolhimento famílias Warao - Semdes 2024/2025



Fonte: imagem cedida pelas famílias Warao, 2025.

No dia 25 de novembro de 2024 aconteceu a mudança, registrada pelas Figuras 37 e 38, de parte das famílias Warao para a nova unidade de acolhimento institucional da prefeitura, localizada na Avenida Tancredo Neves, nº 1999, Cidade Universitária. O local passou por ajustes para o recebimento das famílias, contudo, diante da urgência para a desocupação da Chácara da Casa de Ranquines, a mudança teve que ser realizada sem a conclusão das adequações necessárias. Inicialmente, 75 indígenas se mudaram para o novo acolhimento e outra parte do grupo optou por permanecer na Chácara.

FIGURA 37 – Mudança famílias Warao 2024

Fonte: Semdes, 2024

FIGURA 38 – Mudança famílias Warao 2024

Fonte: Semdes, 2024.

Com a formação e apresentação da equipe de referência para acompanhamento das famílias Warao no início de dezembro de 2024, os trabalhos foram iniciados com a inclusão de dinâmicas que possibilitem o alcance dos principais objetivos da Semdes: “trabalhar a autonomia e emancipação desses usuários, além de assegurar seus direitos básicos”.

Ainda em dezembro de 2024, houve a publicação da Portaria MDS nº 1.040, de 19 de dezembro de 2024, que assegura o repasse emergencial de recursos federais para a oferta de ações socioassistenciais para migrantes e refugiados, com previsão de repasses efetivos dos valores (R\$ 480.000,00) em meados de janeiro de 2025.

No dia 08 de janeiro, as famílias indígenas que permaneceram na Chácara da Casa de Ranquines tiveram que desocupar o local depois de reunião com a equipe da Semdes, pois a OS não teria condições de arcar com os custos para a manutenção da alimentação e demais gastos sem repasses e formalização de novo termo. Ficou definido que as famílias serão acolhidas, provisória e emergencialmente, na Casa de Passagem para Família em Situação de Rua do Município, localizada no bairro do Jaraguá.

Considerando a insatisfação do grupo e as dificuldades enfrentadas na casa de passagem, representantes indígenas estiveram na Funai solicitando apoio para solução do problema, pois ficariam na rua. Com o encaminhamento de ofício pela Funai para o MPF e a DPU, relatando a situação, no dia 10 de janeiro de 2025 aconteceu uma reunião no MPF de Maceió (Figura 39) para tratar sobre as possibilidades existentes para o acolhimento dessas famílias.

O objetivo da reunião, que contou com representantes indígenas e instituições que atuam com as famílias Warao, foi discutir a transferência e o acolhimento das famílias no novo espaço destinado pela Prefeitura de Maceió, além das medidas já adotadas para atender às necessidades urgentes da comunidade.

FIGURA 39 – Reunião MPF janeiro 2025



Fonte: Ascom MPF [s.d.].

Representantes da Semdes explicaram que o novo abrigo foi pensado para acolher todas as famílias que estavam na Chácara da Casa de Ranquines, com aluguel de espaço e terreno na parte posterior para adequações e recepção das famílias. Vários questionamentos foram feitos, especialmente sobre a não finalização das adequações estruturais no novo acolhimento, mas o Município afirmou que essa era a única possibilidade existente no momento

e que está aguardando nomeação de nova equipe, inclusive de Secretário(a) que assumirá a pasta durante esse novo ciclo da gestão municipal.

A representação da Semdes na reunião pontuou que o atual local está sendo adaptado para atender às famílias e às suas especificidades enquanto povo indígena e que já realizaram adequações — como construções de banheiros, instalação de redários e construção de cobertura para as áreas abertas de convivência comunitária. Foi ainda informado que todas as adequações dos espaços estão sendo feitas após discussão e diálogo com os representantes indígenas e que ainda precisam concluir as obras, que foram suspensas pela mudança de gestão.

Como encaminhamentos da reunião, o Município se comprometeu a apresentar ao MPF um cronograma detalhado para conclusão das adequações necessárias no novo espaço e definiu-se para o final de janeiro inspeção no local pelo MPF, pela DPU e pelos integrantes do Comitê Municipal. Antes dessa data, será realizada uma visita técnica pela Funai, pelo MPF e pelo Município – Semdes, para realização de avaliação dos espaços e convívio entre as famílias.

No dia 10 de janeiro aconteceu a mudança de todos os indígenas para o acolhimento municipal específico para os Warao, mesmo com a resistência do grupo. Atualmente, até a finalização deste texto, as famílias estavam dividindo os espaços, que apesar de grandes na parte posterior do terreno (conforme se pode observar nas imagens), não comporta adequadamente todas as famílias em locais cobertos para dormir, sem espaços suficientes para acomodar as famílias e sem adequação às características culturais do povo Warao (Figuras 40 e 41).

FIGURA 40 – Parte interna - local de dormida das famílias - Abrigamento Semdes



Fonte: imagem cedida pelas famílias Warao, 2025.

FIGURA 41 – Parte interna - local de dormida das famílias - Abrigamento Semdes



Fonte: imagem cedida pelas famílias Warao, 2025.

Através de contato telefônico com as lideranças Warao, nos dias 15 e 17 de janeiro, obtive a notícia de que há um clima de tranquilidade entre o grupo que se mudou em dezembro de 2024 (75 indígenas) e as outras famílias, que chegaram recentemente, em janeiro de 2025 (52 indígenas). No entanto, houve relato de falta de entrega de proteínas (frango e ovos) em quantidade adequada, bem como de inadequação dos locais para dormida, diante da quantidade de pessoas (127 indígenas no total).

Aqui cabe deixar registrados dados referentes aos recursos executados entre 2022 e 2024 pela Semdes para acolhimento dos migrantes em Maceió/AL, através da contratação de OS. Desde a publicação da primeira Portaria Ministerial, de nº 723, de 21 de dezembro de 2021, houve a descentralização da coparticipação Municipal, e de verbas indenizatórias, para suprir os períodos em que não estavam liberados os recursos federais, conforme Quadro 5.

QUADRO 5 – Recursos atrelados aos repasses Federais

Fonte do recurso		Federal	Municipal
1	Portaria nº 723, 21 de dezembro 2021, MC	R\$720.000,00	R\$360.000,00
2	Portaria nº 893, 14 de junho de 2023, MDS	R\$720.000,00	R\$360.000,00
3	Portaria nº 942, 13 de dezembro 2023, MDS	R\$480.000,00	R\$240.000,00

Fonte: reproduzido de Semdes, 2024.

Para garantir que a execução do acolhimento institucional para migrantes indígenas Warao não fosse interrompida, houve repasses de verbas indenizatórias pelo Município de Maceió à OS, no ano de 2023, conforme Quadro 6.

QUADRO 6 – Recursos próprios – Indenizatório 2023

Valores oriundos de pagamentos indenizatórios em 2023		
1	Período de execução de 22/03/23 a 31/03/23	R\$127.174,74
2	Período de execução de 01/04/23 a 14/04/23	R\$112.598,40
	Total	R\$239.773,14

Fonte: reproduzido de Semdes, 2024.

Considerando nova transição contratual e enquanto o MDS publicava nova portaria de adesão ao recurso federal, para oferta de ações socioassistenciais em situações de crise humanitária, a Semdes teve que prorrogar o termo de parceria vigente com aditivo de valores, estendendo o prazo até o final de dezembro de 2023. Os valores repassados através do aditivo podem ser observados no Quadro 7.

QUADRO 7 – Recursos Próprios – Aditivo contratual – 2023

Valores oriundos de rendimentos, após prorrogação do termo de parceria		
	Data do repasse	Valor repassado
1	22/11/23	R\$48.356,69
2	23/11/23	R\$86.643,31
3	27/12/23	R\$135.000,00
	Total	R\$270.000,00

Fonte: reproduzido de Semdes, 2024.

Com a publicação da Portaria MDS nº 942, 13 de dezembro 2023, ficou assegurado mais um investimento municipal de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para seis meses de execução financeira do trabalho com migrantes indígenas e não indígenas no município de Maceió para 2024.

No entanto, devido a questões ligadas a prazos, prestação de contas das execuções anteriores e à exigência legal em se firmar novo termo de parceria com a OS, além da necessidade do repasse do recurso estadual para complementar a execução, o município financiou, exclusivamente e com recursos próprios, a manutenção do acolhimento institucional para migrantes, no período compreendido entre janeiro e maio de 2024, conforme Quadro 8.

QUADRO 8 – Recursos próprios – Indenizatório 2024

Valores oriundos de pagamentos indenizatórios em 2024	
Janeiro	R\$106.648,00
Fevereiro	R\$127.232,92
Março	R\$125.469,20
Abril	R\$149.250,86
Maio	R\$167.872,21
Total	R\$676.473,19

Fonte: Semdes, 2024.

No ano de 2024, além dos recursos próprios, repassados via pagamentos indenizatórios, conforme Quadro 8, o município terá que dispor do montante de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), em acordo com a Portaria MDS nº 942, 13 de dezembro 2023, observada no Quadro 4, item 3.

Totalizando as verbas descentralizadas pelo município de Maceió para manutenção do acolhimento das famílias Warao desde 2022, apresentamos o Quadro 9, com síntese dos recursos municipais investidos.

QUADRO 9 – Total de Recursos Municipais investidos

Ano	2022	2023	2024
Investimento	R\$360.000,00	R\$869.773,14	R\$916.473,19
Total	R\$2.146.246,33		

Fonte: reproduzido de Semdes, 2024.

Além dos recursos discriminados no Quadro 9, a execução do acolhimento institucional para migrantes indígenas em Maceió arrecadou R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), oriundos dos cofres estaduais, e R\$ 1.920.000,00 (um milhão novecentos e vinte mil reais), provenientes dos recursos federais. Assim, entre os meses de outubro de 2022 e novembro de 2024, os repasses feitos à OS totalizarão R\$5.026.246,33 (cinco milhões e vinte e seis mil e duzentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos) para ações relativas ao acolhimento institucional de migrantes em Maceió/AL.

Destaca-se que a análise dos dados de maneira não aprofundada nos revela o grande volume de recursos destinado ao acolhimento institucional sem perspectivas de mudanças a médio e longo prazo nas condições das famílias e imposição de um modelo tutelar que se mostra não condizente com as formas próprias de organização do povo Warao. Uma análise mais

aprofundada da perspectiva tutelar e análise aprofundada dos dados apontados poderá acontecer no doutorado.

Casa de Ranquines

A Associação Católica São Vicente de Paulo – Casa de Ranquines, organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico. Pertencente à Arquidiocese de Maceió, existindo há mais de 15 anos e tendo como missão a Vida Religiosa Consagrada.

Casa de Ranquines, em parceria com a Prefeitura de Maceió e o Governo do Estado de Alagoas, realizou a instalação de 02 abrigos provisórios para atender ao Decreto que determinou a necessidade de quarentena como estratégia de prevenção ao contágio da Covid-19, com a publicação da Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, do Ministério da Cidadania, que tinha como um dos objetivos fornecer recursos para oferta de atendimento institucional a população em situação de rua, como fortalecimento das respostas ao Sistema Único de Assistência Social (Suas) a esse contexto de pandemia.

Desse modo, foi realizada a assinatura do termo de fomento e, consequentemente, a instalação da Casa de Passagem São Vicente de Paulo (Casa de Ranquines), com a capacidade de atendimento de até 400 (quatrocentos) usuários, oferecendo moradia, alimentação digna, cuidados de higiene pessoal, lavanderia, avaliação das condições de saúde, testagem para Covid-19, atendimento psicossocial e encaminhamento para qualificação profissional. Tendo como finalidades a promoção da convivência, a formação para a participação e a cidadania, o desenvolvimento do protagonismo e autonomia dos usuários, trabalhando a valorização do ser⁶⁹.

Com o aumento de imigrantes e refugiados oriundos do fluxo migratório provocado pela crise humanitária, agravada pela emergência em Saúde Pública decorrente do novo coronavírus, a Casa de Ranquines firmou parceria com o município de Maceió, desde 2022, para acolhimento de migrantes de diversas nacionalidades e cultura, através da prestação de serviço com contratação de equipe multidisciplinar específica para atuação com a população.

Inicialmente, em 2022, o acolhimento dos migrantes indígenas ficou localizado na ladeira da Catedral de setembro de 2022 a maio de 2023, no centro de Maceió, e o grupo Warao acolhido pela casa de Ranquines era composto por 69 (sessenta e nove) pessoas, divididas em duas casas: a unidade I - casa da ladeira, com 19 (dezenove) adultos, dos quais 9 (nove)

⁶⁹ Informações retiradas de publicações sobre a casa de Ranquines e sua existência institucional. Disponível em: <https://casaderanquines.org/>. Acesso em: jul. 2024.

mulheres e 10 (dez) homens e por 21 (vinte e uma) crianças, sendo 9 (nove) meninos e 12 (doze) meninas. Já na unidade II - casa farol - havia 12 (doze) adultos, sendo 6 (seis) homens, 6 (seis) mulheres e 17 crianças compostas por 9 (nove) meninos e 8 (oito) meninas, quantidades foram retratadas no Quadro 10. O grupo possuía também liderança religiosa, pessoa mais velha entre os seus componentes.

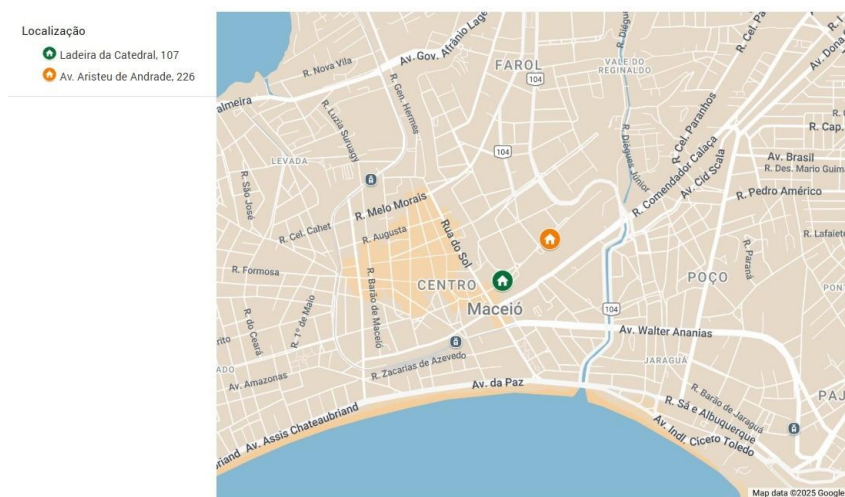
QUADRO 10 – Quantidades Indígenas Warao por casa de acolhimento - 2022

CASA I casa da ladeira	CASA II- Casa Farol	TOTAL Acolhimento Institucional
19 adultos	12 adultos	31 adultos
21 crianças	17 crianças	38 crianças

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa, 2024.

A Figura 42 mostra a localização das duas unidades utilizadas como locais de abrigo pela Casa de Ranquines para as famílias Warao.

FIGURA 42 – Localização Casas de Ranquines - Ladeira da Catedral Centro/Maceió e Farol



Fonte: GoogleMaps, 2025.

Segundo relatado pela Ordem dos Advogados de Alagoas (OAB/AL), em seu Relatório de inspeção na Casa de Ranquines (Figuras 43 e 44), que abriga indígenas Warao, datado de 23

de janeiro de 2022, a situação da denominada “casa da ladeira”, cuja fachada está na Figura 45, era considerada ruim, conforme relatado:

A comunidade Warao fica dividida em dois alojamentos na casa de ranquines, que são conhecidos como Casa de Cima, local onde fica a sede administrativa da instituição e alojamentos para os indígenas e a casa de baixo local que fica no meio da ladeira e que serve apenas como abrigo aos indígenas.

A casa da ladeira apresenta paredes mofadas, três banheiros quebrados/entupidos, salas interditadas, fogão sem funcionar e alojamentos com malas amontoadas, colchões no chão e um aviso de proibição de uso da geladeira [...]

FIGURA 43 – Quartos do abrigo Warao - Ladeira da Catedral - Centro de Maceió/AL



Fonte: Relatório OAB/AL, 2022.

FIGURA 44 – Banheiro do abrigo Warao - Ladeira da Catedral - Centro de Maceió/AL



Fonte: Relatório OAB/AL, 2022.

FIGURA 45 – Casa de Ranquines - casa ladeira da Catedral Centro/Maceió



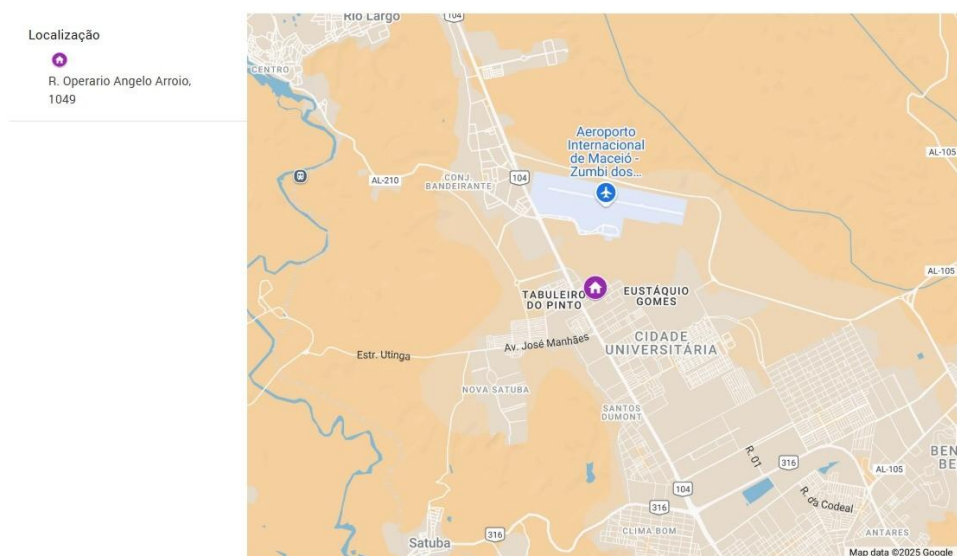
Fonte: imagem reproduzida de Cáritas, 2021.

Posteriormente, segundo relatos da administração do abrigo, houve várias reclamações dos vizinhos relacionadas ao barulho causado, especialmente nos finais de semana, somadas às saídas constantes dos indígenas para o centro comercial da cidade para realização da coleta nas ruas e dos relatos e notificações feitas por uso abusivo de álcool e violência contra mulheres e contratados da instituição. A casa de Ranquines, juntamente com a Secretaria

Municipal de Assistência Social, optou realizar a mudança para uma Chácara, em 10/05/2023, que fora visitada e aceita pelas famílias indígenas Warao antes da mudança, em atenção ao respeito pela necessidade de consulta aos povos indígenas.

Os integrantes do Comitê Municipal foram pegos de surpresa com a mudança, de modo que só ficamos sabendo quando a mudança já estava em curso. A Chácara fica localizada no bairro da Cidade Universitária, como localização apontada na Figura 46, já no limite com o Município de Rio Largo, sendo composta por várias áreas de uso coletivo, piscina, campinho de futebol e unidades (tipo quartos) construídas para uso por cada família. Contava ainda com espaço coletivo para preparo de alimentos e banheiros coletivos em região central, próxima aos quartos.

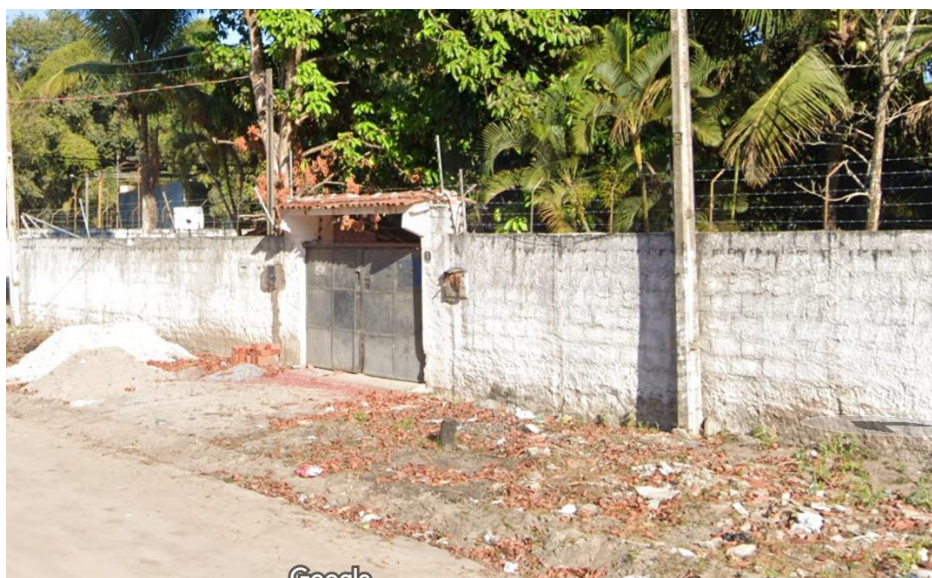
FIGURA 46 – Localização Chácara - Casa de Ranquines - Acolhimento Famílias Warao



Fonte: GoogleMaps, 2025.

A estrutura da chácara era realmente excepcional, muito grande, conforme Figura 49, a frente do imóvel. Lá as crianças podiam correr, brincar, jogar futebol e realizar várias atividades recreativas, nos espaços de convivência (Figuras 47 e 48). A equipe da Ranquines estava completa e foram contratados dois mediadores culturais Warao para as interlocuções com as famílias, o que fortaleceu os vínculos destas com a equipe e facilitou os diálogos entre ambas.

FIGURA 47 – Frente da Chácara Casa de Ranquines



Fonte: reproduzido de Google Street View.

FIGURA 48 – Espaço de convivência- Chácara Casa de Ranquines



Fonte: acervo pessoal da autora, 2023.

FIGURA 49 – Espaço de convivência - Chácara Casa de Ranquines



Fonte: acervo pessoal da autora, 2024.

As crianças foram matriculadas na Rede Municipal, através do trabalho da Semed, e o ônibus escolar ia buscá-las e deixá-las na porta da Chácara. A saúde das famílias continuava a ser acompanhada pela equipe do Consultório na Rua do município de Maceió, mesmo diante dos entraves devido à localização da Chácara e de discussão sobre as famílias não estarem mais em condição de rua. Contudo, o ganho com a manutenção desse acompanhamento foi altamente importante e prevalece até os dias atuais, pois os vínculos entre a equipe e as famílias já estão construídos e as relações fortalecidas, especialmente as de confiança.

As dinâmicas de alimentação foram pactuadas entre a administração da casa e as famílias, de modo que os alimentos eram entregues às mulheres para que o preparo fosse realizado em um espaço coletivo destinado a essa finalidade (Figura 50), em que as famílias podiam preparar da sua maneira os alimentos, especialmente levando-se em consideração aspectos e concepções próprias do grupo.

FIGURA 50 – Espaço comum de preparo dos alimentos - Chácara Casa de Ranquines/abrigo Warao



Fonte: acervo pessoal da autora, 2023.

Foram construídas unidades individuais (Figura 51) ao redor das áreas internas da Chácara e destinadas à cada família Warao, a fim de garantir os espaços de vivência das famílias, como solicitado por elas.

FIGURA 51 – Unidades individuais/quartos por família - Chácara Casa de Ranquines/abrigo Warao

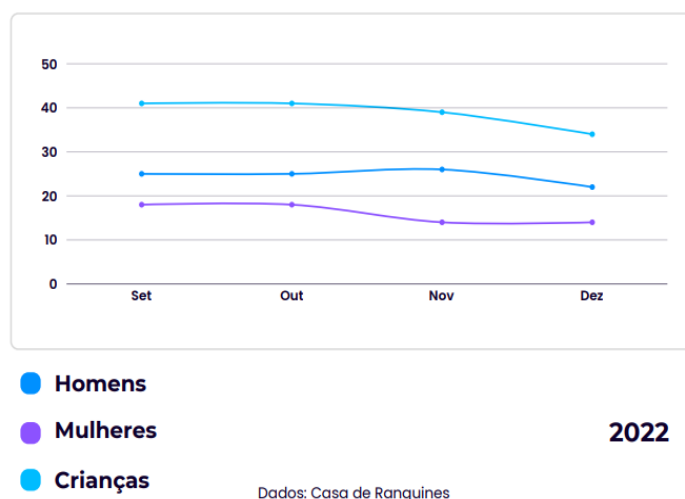


Fonte: acervo pessoal da autora, 2023.

Fora realizado mapeamento da quantidade de indígenas acolhidos pela casa de Ranquines, no período compreendido entre setembro de 2022 e novembro de 2024, quando aconteceu o encerramento da prestação dos serviços. Os dados, repassados pela Casa de Ranquines, foram inseridos em gráficos pela autora e nos mostram que a quantidade de crianças é sempre muito elevada, o que aponta necessidade de cuidado especial para essa faixa etária. As oscilações refletem os fluxos estabelecidos pelos indígenas Warao no território brasileiro e as ideias de formações e conformações territoriais já tratadas nesta dissertação.

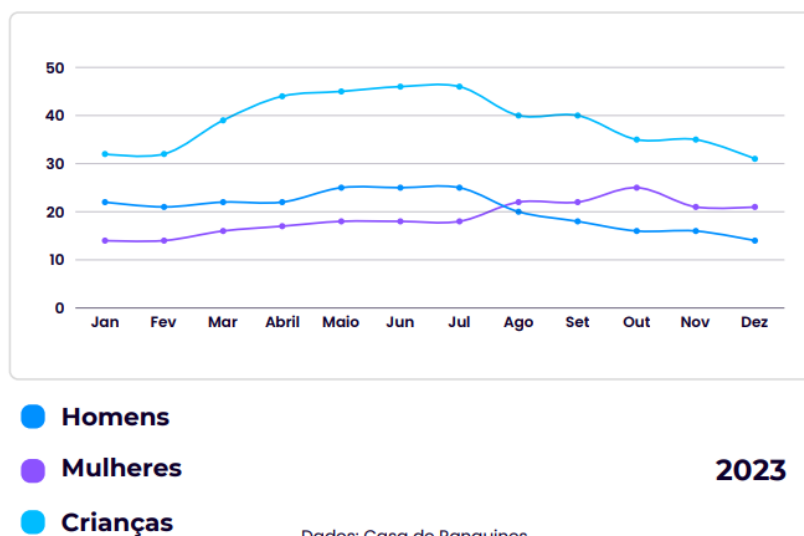
Em 2022, entre setembro e dezembro, a Casa de Ranquines chegou a acolher 84 (oitenta e quatro) indígenas (Figura 52).

FIGURA 52 – Quantidade de Warao - Casa de Ranquines – 2022



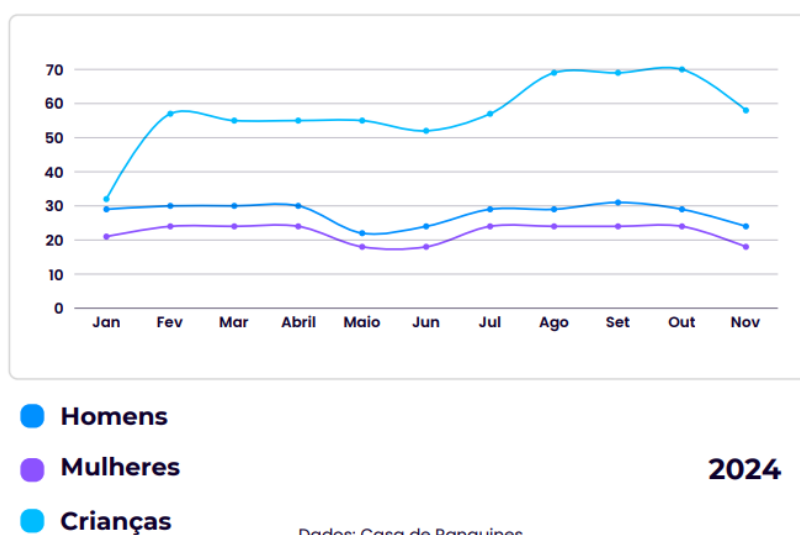
Fonte: elaborada pela autora com dados da Casa de Ranquines, 2024.

No ano de 2023, a Casa de Ranquines chegou a acolher no máximo 89 (oitenta e nove) indígenas, nos meses de maio e junho, e no mês de dezembro, de menor demanda, 66 (sessenta e seis) indígenas, conforme separado entre homens, mulheres e crianças (Figura 53).

FIGURA 53 – Quantidade de Warao - Casa de Ranquines – 2023

Fonte: elaborada pela autora com dados da Casa de Ranquines, 2024.

Já no ano de 2024, o maior número de indígenas acolhidos aconteceu no mês de setembro, totalizando 124 (cento e vinte e quatro) e no mês de janeiro a menor quantidade registrada no ano, 82 (oitenta e dois) acolhidos (Figura 54).

FIGURA 54 – Quantidade de Warao - Casa de Ranquines – 2024

Fonte: elaborada pela autora com dados da Casa de Ranquines, 2024.

Como relatado, os trabalhos prestados pela Casa de Ranquines no acolhimento aos Indígenas Warao foram encerrados em novembro de 2024, no entanto, um grupo de famílias não quis ir para o novo local de acolhimento, permanecendo na Chácara até o início de janeiro de 2025, quando a Casa de Ranquines não teve mais condições de mantê-los no local.

Uma análise sob a perspectiva de condições de moradia e acolhimento geral deixa claro que a vivência na chácara apresentou uma melhora excepcional nas condições existentes anteriormente, mas fazendo uma análise crítica sobre os modelos e práticas implementados, há apontamentos sobre perspectivas de base tutelar e não observância dos direitos inerentes aos povos indígenas, especialmente na realização de construções coletivas com base na consulta prévia, livre e informada.

A observância de que os indígenas sejam reconhecidos como sujeitos que possuem as suas próprias trajetórias, seus próprios interesses, suas próprias compreensões de mundo e suas estratégias particulares para existirem na sociedade brasileira também foi um elemento crucial e determinante, que deixou a desejar, nessa etapa vivenciada pelas famílias Warao no Estado de Alagoas.

Consultório na Rua

O Consultório na Rua (CnaR) foi instituído pela Política Nacional de Atenção Básica (Pnab) em 2011, com a finalidade de ampliar o acesso da população de rua aos serviços de saúde, ofertando, de forma mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional, o qual se encontra em condições de extrema vulnerabilidade e com os vínculos familiares rompidos ou fragilizados⁷⁰.

As Equipes de Consultório na Rua são multidisciplinares e da Atenção Básica, compostas por profissionais de saúde com a atribuição de articular e prestar atenção integral à saúde às pessoas em situação de rua. As atividades das equipes são efetuadas de forma itinerante, desenvolvendo ações na rua, em instalações específicas, na unidade móvel e também nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do território onde estão atuando. Tais atuações devem ser articuladas a fim de desenvolverem ações em parceria com as demais equipes de atenção básica do território (UBS e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), e dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), da Rede de Urgência e dos serviços e instituições componentes do Suas, entre outras instituições públicas e da sociedade civil.

Segundo descrito no Relatório de acompanhamento às famílias Warao do Consultório na Rua, de maio de 2021⁷¹, encaminhado à DPU em maio de 2021, são ações das equipes:

⁷⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/consultorio-na-rua#:~:text=A%20estrat%C3%A9gia%20Consult%C3%B3rio%20na%20Rua,encontra%20em%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20vulnerabilidade>. Acesso em: jan. 2025.

⁷¹ MACEIÓ. Consultório na Rua. **Relatório de acompanhamento às famílias Warao do Consultório na Rua de Maio de 2021 encaminhado à DPU/AL**. Maceió, AL, 2021.

As ações desenvolvidas pelas equipes do Consultório na Rua estão voltadas para a orientação e cuidado integral à saúde em todas as fases do desenvolvimento (criança, adolescente, adulto e idoso), na prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, no acompanhamento e tratamento de doenças crônicas, no pré-natal e nas questões relacionadas à saúde mental e ao uso de álcool e outras drogas lícitas e ilícitas.

O Relatório de acompanhamento às famílias Warao apresenta o relato de início dos trabalhos com as famílias:

O primeiro contato do Consultório na Rua com as famílias WARAO aconteceu através de visita domiciliar, no dia 22 de março de 2021, quando estes estavam residindo em uma casa no bairro Feitosa. Nesta ocasião, a eCR5 realizou o acolhimento inicial, levantamento dos dados e documentação disponível para cadastro e emissão de Cartão Nacional de Saúde (CNS). Foram avaliadas as demandas de saúde bucal com as crianças (08 crianças), atendimento à gestante com verificação de pressão arterial e glicemia, entrega de material de higiene pessoal e água mineral e realizada atividade de pintura com as crianças.

Para além das atividades diretas de promoção à saúde, a sensibilidade da equipe do consultório e o trabalho diferenciado, fazem a diferença no acompanhamento das famílias, como se pode notar a partir do descrito no Relatório:

Durante as visitas domiciliares foi identificada e relatada a falta de móveis e eletrodomésticos nas casas, havendo somente uma geladeira para todas as famílias, dois fogões, porém apenas um conta com o botijão de gás, rede, colchão e poucos utensílios domésticos. Diante disto, percebe-se como necessidade urgente a aquisição de mais colchões e redes para dormir, um botijão de gás para o outro fogão e utensílios básicos para atividades de rotina doméstica diária. Acrescenta-se a essa realidade a carência de materiais de limpeza (balde/bacia, vassoura/rodo, pano de chão, lixeira). O Consultório na Rua iniciou estratégia buscando angariar doações de alguns brinquedos e jogos educativos para as crianças.

Nesses primeiros diálogos, a equipe do Consultório na Rua avaliou que a principal dificuldade encontrada era a barreira linguística, por gerar problemas de comunicação relacionados ao cuidado em saúde e falas sobre as necessidades de atuações específicas. Com o passar do tempo, diálogos institucionais com a Funai e com demais órgãos atuantes com os povos indígenas, a equipe, através de seu trabalho e da facilidade de construções coletivas, conseguiu realizar tranquilamente suas atividades, especialmente junto às crianças.

As dificuldades de compreensão acerca das noções de higiene também foram um grande desafio para a equipe, seja pela incompreensão dos processos, seja por possível preconceito ou por falta de conhecimento sobre as práticas culturais e origens do povo indígena, já que o povo

Warao, em seu local de origem, acomoda-se em casas próximas de rios (muitas vezes suspensas), com a mínima presença de móveis e utensílios, sem saneamento básico.

As fragilidades das Políticas Públicas existentes para pensar o contexto migratório e assistir especificamente às famílias Warao são desafios que permeiam todas as construções e atendimentos, nas mais diversas esferas. A articulação para a construção de uma educação permanente de promoção de saúde para povos indígenas deve levar em consideração todo processo de construção do saber, de cuidado, de respeito às formas próprias de organização e, especialmente, respeito à concepção de saúde-doença-cuidado que o povo possui.

O limiar entre o reconhecimento dessas subjetividades e compreensão da extensão de seu território (para além dos conceitos apontados pela geografia) são responsáveis pela formação do processo histórico de transformação das micropolíticas de atendimento em saúde.

Dados quantitativos foram solicitados por mim à equipe do Consultório na Rua, no entanto, tais dados nunca foram entregues. O que não dificulta a compreensão dos processos, já que os dados serviriam apenas como memória histórica e geograficamente explicitada nesta dissertação.

O trabalho desenvolvido pela equipe do Consultório na Rua de Maceió com as famílias Warao até os dias atuais é diferenciado e busca sempre respeitar as formas próprias de organização do povo e, para além, ser um trabalho suave, exercido com cuidado, amor e dedicação. As atividades vão além dos cuidados em saúde, envolvendo atividades recreativas e lúdicas com as crianças, passeios com as famílias e muita interação e construção de práticas em saúde.

4 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O campo multidisciplinar de análise de políticas públicas é marcado por duas grandes correntes: de um lado, as abordagens centralizadas no Estado; de outro, as perspectivas multicêntricas. Entendidas como construtores sociais e analíticos, as políticas públicas podem ser compreendidas como ações complexas, formadas por atores variados (multifatorial), para tratamento de um problema público, por meio de instrumentos ativados por diferentes sujeitos numa arena de *policy*⁷².

Apesar de oferecerem elementos importantes para a compreensão do processo político, os instrumentos de políticas públicas ainda são pouco estudados, sobretudo devido a uma visão funcionalista acerca deles. Contudo, novas tendências — a exemplo da instrumentalização de políticas públicas (Lascoumes; Le Galès, 2007, 2012) — reforçam a importância de uma abordagem sociopolítica dos instrumentos, compreendendo-os como portadores de uma teoria sobre a relação entre governantes e governados.

Assim como as políticas públicas, seus instrumentos também podem ser compreendidos de diferentes formas, por comportarem pluralidade de ideias e serem resultado da multidisciplinaridade presente no processo de constituição do campo de estudos de políticas públicas. Tais estudos contaram aportes de diferentes disciplinas, como as Ciências Políticas, a Economia, a Sociologia, a Administração Pública e a Teoria das Organizações.

A instrumentalização das políticas públicas pode ser compreendida como ferramenta de governo por meio do qual a ação coletiva é estruturada para lidar com problemas públicos; como técnicas ou meios através dos quais o Estado busca alcançar seus objetivos, ou ainda como dispositivos técnicos e sociais que organizam relações específicas entre o Estado e a sociedade, segundo as representações e significados que carregam (Lascoumes, Le Galès, 2007).

Aqui, utilizaremos a ideia abordada por Lascoumes e Le Galès (2007), que compreendem a política pública como espaço sociopolítico construído tanto por meio de técnicas e instrumentos como por objetivos e conteúdo. Segundo os pesquisadores franceses, instrumento de política pública é um tipo de instituição, um dispositivo técnico com vocação genérica, que carrega um conceito concreto da relação políticas/sociedade, sustentado por um conceito de regulação.

De acordo com Lascoumes e Le Galès,

⁷² As dimensões da análise da política pública são três, adotadas a partir de Frey (2000, p. 226): 1) dimensão de conteúdo, ou *policy*; 2) dimensão espacial, ou das instituições, *polity*; 3) dimensão de atores e dos processos políticos ou *politics*. A ela acrescenta-se a quarta dimensão: 4) *política do cotidiano*, relacionada às forças instituintes.

[...] Os instrumentos de ação são portadores de valores, alimentam-se de uma interpretação do social e de concepções precisas do modo de regulação esperado. O instrumento é também produtor de uma representação específica do desafio que ele enfrenta. Enfim, o instrumento induz uma problematização particular dos objetos de aplicação na medida em que hierarquiza as variáveis e pode prosseguir até induzir um sistema explicativo (Lascoumes e Le Galès 2012, p. 21).

Segundo os autores, os instrumentos de políticas públicas não são neutros e carregam consigo representações e forma condensada de conhecimento sobre regulação social. Além disso, produzem efeitos específicos a partir de suas dinâmicas próprias. Os efeitos podem produzir inércia, uma representação específica da questão ou induzir à problematização específica, capaz de ser mensurada, definida e trabalhada através de planejamento específico.

Como afirmam os autores, os instrumentos são capazes de determinar quais recursos podem ser utilizados e por quem, dessa forma, ao contrário do que tradicionalmente se anuncia, a escolha de um instrumento não é uma decisão técnica, mas política, cujos impactos podem ser medidos por meio das relações de poder e das redes sociais criadas a partir dele. Para além dos seus efeitos declarados, os instrumentos são capazes de promover uma reconfiguração das arenas políticas às quais estão vinculados e reorganizar relações entre os atores, impondo padrões interpretativos e estruturando as políticas públicas de acordo com suas próprias lógicas.

A assunção da dimensão política dos instrumentos, com capacidade de entendê-los como um conjunto de crenças, valores e olhares específicos sobre o problema a que se destinam, produzindo efeitos para além dos esperados, levanta a questão da coordenação dos projetos políticos que orientam a ação dos diferentes atores envolvidos na ativação dos instrumentos e na construção de sentido em políticas públicas, por meio das dinâmicas de problematização.

Através da análise das contribuições dos agentes governamentais e de todas as articulações existentes para que as famílias Warao tenham seus direitos garantidos, enquanto população migrante e povo indígena, tem sido um trabalho árduo e dificultado, especialmente pela falta de planejamento e articulação constante entre os agentes atuantes na pauta e àqueles que deveriam contribuir, mas ainda se encontram omissos diante de suas responsabilidades.

No contexto político internacional, os movimentos políticos de migrantes contabilizam avanços e retrocessos discursivos e práticos. É notório como o discurso dos direitos humanos, incluindo os dos migrantes, desenvolveu-se mais rapidamente do que as propostas políticas para superar as dificuldades vividas por grupos migrantes e sociedades de acolhida.

Reis (2006, p. 40-41) discute que as assimetrias de poder e as lacunas democráticas da política internacional têm minado o potencial transformador dos direitos humanos e, como tal reforçam a ideia de que a análise do processo migratório através de escalas de um instrumento de política pública, são desafiantes e limitantes na possibilidade de construção de meios de entendimento de mudanças nas políticas públicas e nos arranjos de diferentes atores, especialmente sem perder o foco no tratamento do problema a que essas políticas se destinam.

Para que a instrumentalização da política pública migratória em Alagoas seja construída de maneira coerente, há necessidade de conhecimento sobre o processo de chegada das famílias Warao ao Estado e o entendimento sobre os espaços e atores. Nesse contexto, o estudo dos instrumentos ganha relevância como uma possibilidade de compreender as políticas públicas por meio de suas práticas, processos, técnicas e discursos — explícitos e implícitos — que promovam uma reconfiguração política da arena de *policy*⁷³ e estabeleçam novos padrões de governança entre seus atores e novas matrizes de solução dos problemas.

4.1 Articulação da política migratória no Brasil: tentativa de instrumentalização

Infelizmente, o processo de instrumentalização da política migratória no mundo é construído tendo como pressuposto o uso da migração como ferramenta de política externa de pressão a outros estados, com o objetivo de consolidação de poder e ganhos financeiros. Para além o uso de discurso, empregado pela União Europeia e Estados Unidos da América, que descreve a chegada de milhares de pessoas como uma séria ameaça à “segurança” dos países, para construir e fortalecer processos xenofóbicos.

A instrumentalização da migração vem sendo apontada como resultado da terceirização do controle da migração e da proteção internacional para estados vizinhos, como relatado por Bianca Garcés Mascareñas, em seu artigo *A instrumentalização da migração*⁷⁴:

A migração está sendo cada vez mais instrumentalizada nas fronteiras externas da União Europeia. Em fevereiro de 2020, o governo turco enviou mais de 13.000 pessoas para sua fronteira com a Grécia. Em maio de 2021, ao longo de dois dias, Marrocos permitiu a entrada irregular de 10.000 pessoas em Ceuta. No outono de 2021, o regime bielorrusso assumiu a liderança, facilitando a chegada de milhares de pessoas nas fronteiras com a Polônia, Letônia e Lituânia. Nesse contexto, Bruxelas foi rápida em descrever milhares de pessoas chegando às suas fronteiras (famílias e menores incluídos) como uma séria «ameaça híbrida» à sua «segurança». A OTAN adotou uma linha semelhante em seu novo Conceito Estratégico, chamando as ações de «atores autoritários» que «instrumentalizam a migração» de ataques à soberania e integridade territorial dos estados (p. 23).

⁷³ A dimensão *policy* refere-se aos conteúdos concretos traduzidos nos programas, projetos, leis, normas etc.

⁷⁴ Disponível em: <https://www.cidob.org/en/publications/instrumentalisation-migration>. Acesso em: dez. 2024.

Os fluxos migratórios no mundo estão alavancando um processo de ideia de securitização dos mesmos, através de molda das ações da “nova agenda da segurança”, utilizadas e pensadas com base nas ameaças e falta de construção de normas específicas para tratar as questões ligadas aos processos migratórios globalmente. Cada vez mais, as soluções buscadas estão sendo construídas na esfera da informalidade, os acordos bilaterais estão dando lugar a outras formas de acordos mais flexíveis e soluções *ad hoc*⁷⁵, a fim de obter maior flexibilidade de acordos e maior poder de “barganha”, em detrimento dos processos baseados na transparência legal.

Com o aumento dos fluxos de migrantes venezuelanos no Brasil, as discussões recentes tomaram rumos baseados em processos descritos anteriormente, como a militarização e a instrumentalização de uma política migratória interna, como resposta ao crescimento da entrada de venezuelanos.

Em 2018, o governo brasileiro iniciou a Operação Acolhida, executada pelas Forças Armadas em parceria com uma série de organizações nacionais e internacionais — entre elas, o Acnur e a OIM. A operação, apesar dos parceiros civis, é amplamente militarizada, polêmica e tem resultados controversos, baseando-se em dois eixos principais de atuação: o de acolhimento de venezuelanos que cruzam a fronteira com o Brasil, e na sua decorrente interiorização “voluntária”, atuando para levar esses migrantes a outros estados, como forma de desafogar a pressão sobre Roraima, que é por onde entram.

Aqui não falaremos especificamente sobre a Operação Acolhida, nem sobre o processo de interiorização, já que os reflexos nos processos de construções junto aos migrantes indígenas que estão em Alagoas não revelam necessidade de reflexões, inicialmente, sobre a atuação da operação.

No entanto, cabe pequena análise baseada na construção do discurso utilizado pelo governo Bolsonaro quando, no início de 2020, a Operação adotou postura abertamente anticomunista, usando o lema “o socialismo exclui, o Brasil acolhe”, como observado na Figura 55, produzida pela Secretaria de Comunicação do Paraná (Secom/PR). E cabe ainda pequena análise sobre o discurso utilizado pelo então Presidente da República e seus ministros, quando afirmou que o Brasil “continuará de portas abertas aos refugiados”, e, para fechar com chave de ouro, utilizou-se do jargão repetido no seu governo, dizendo “Brasil e Venezuela acima de tudo, Deus acima de todos!”.

FIGURA 55 – Divulgação Operação acolhida – Secom/PR

Fonte: divulgação Secom/PR.

Com o discurso de que o Brasil é um país livre e que tem a obrigação de acolher nacionais originários de uma nação “destroçada pelo socialismo”, o governo Bolsonaro contribui para a construção do discurso de que o que foi feito pela esquerda na Venezuela era o que queriam fazer no Brasil e, com isso, criou ainda mais oposição dos nacionais aos venezuelanos e aos processos de construção de estratégias para lidar com o fluxo de pessoas na região de fronteira Brasil-Venezuela.

Durante esse período, o governo brasileiro passou a reconhecer formalmente migrantes venezuelanos enquanto refugiados⁷⁶, através da ratificação de todas as convenções internacionais que regiam a concessão de refúgio, como o Estatuto do Refugiado, de 1951, e a Declaração de Cartagena, de 1984. Além dos critérios previstos pelo Estatuto do Refugiado para concessão da proteção internacional (fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas), o Brasil também estabelece a concessão do Estatuto de Refugiado àqueles que têm que se deslocar de seus países de origem em razão de grave e generalizada violação dos direitos humanos.

⁷⁶ Procedimento regulamentado pela Lei nº 9.474/97.

Em junho de 2019, já durante o governo Bolsonaro, o Comitê Nacional para Refugiados (Conare), órgão colegiado do Ministério da Justiça, responsável pelo julgamento das solicitações de refúgio no Brasil, reconheceu a situação de grave e generalizada violação dos direitos humanos na Venezuela, permitindo a aceleração do processo de concessão de refúgio exclusivamente para nacionais daquele país. Através desse critério, o Brasil concedeu refúgio para mais de 46 (quarenta e seis) mil venezuelanos, tornando-se o país que mais concedeu refúgio aos venezuelanos em toda a América Latina.

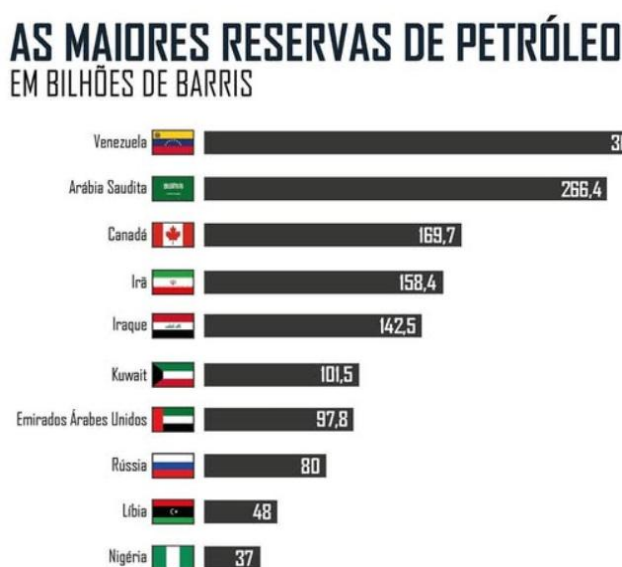
Se são reconhecidos como refugiados aqueles que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou por graves e generalizadas violações dos direitos humanos, são forçados ao deslocamento migratório, é possível que grande parte dos venezuelanos não fossem elegíveis ao refúgio de forma coletiva, como fora realizada, a não ser que fosse considerada “*la dieta de Maduro*” (como ficou conhecida a série de restrições alimentares que assolaram os venezuelanos em decorrência da crise e dos embargos econômicos impostos pelos Estados Unidos àquele país) e outras privações infligidas à população enquanto graves violações dos direitos humanos. E, nesses termos, teríamos que justificar as motivações para que esse critério fosse utilizado apenas no caso dos venezuelanos e não para situações de outros grupos nacionais — como haitianos, senegaleses e congolese.

Faz-se importante registrar que o discurso eleitoral que instrumentaliza a migração oriunda da Venezuela tem sido construído desde 2019, permeado pela propaganda a partir do próprio comando da Operação Acolhida, usando a estrutura das Forças Armadas e do Governo Federal. As motivações do governo Bolsonaro e das Forças Armadas não são humanitárias ou democráticas, tampouco podemos afirmar que tal governo foi aliado da causa migratória ou daqueles e daquelas perseguidas por regimes de exceção — especialmente quando olhamos para a situação dos imigrantes em nosso país e todo o descaso e a falta de compromisso com cumprimento com as normas de proteção à pessoa refugiada.

Após essa breve análise, é importante entender, mesmo que não de forma aprofundada, a geopolítica que envolve a questão venezuelana; de acordo com Bertha Becker (2005, p. 71), essa geopolítica é “[...] um campo do conhecimento que analisa as relações entre poder e espaço geográfico” e compreender como a Venezuela pode ser vista como um local de disputas geopolíticas.

Para essa compreensão, necessitamos conhecer quais são e como atuam esses poderes, externos e internos, interessados nos recursos minerais do território venezuelano e que concorrem para a forte instabilidade política e econômica do país. Entender como está um país, por meio das articulações internacionais, na corrida do petróleo, quando a Venezuela foi declarada como a maior reserva de petróleo bruto do mundo (Figura 56), e recorrer à geopolítica para isso faz-se necessário, para entender que a instrumentalização da política migratória em torno da Venezuela é uma construção baseada nos interesses de gigantes da economia mundial.

FIGURA 56 – Maiores Reservas de Petróleo



Fonte: reproduzido de Agência de informações de energia dos EUA, 2017.

E toda construção histórica, envolvida através de momentos de abundância e escassez no país, tendo seus maiores efeitos a partir da década de 2010, quando há o desabastecimento de gêneros alimentícios durante o governo de Nicolás Maduro. Talvez coubesse aqui uma análise dos períodos de abundância até a chegada à escassez atual na Venezuela, contudo, como tempo do mestrado é curto, tal análise pode ficar para uma possível discussão a nível de doutorado.

Mas cabe ressaltar que as bases para a construção de uma instrumentalização da migração venezuelana operam no sentido de objetivar um diagnóstico de “crise humanitária” para justificar a instalação e manutenção de um aparato civil e militar para atuar nas fronteiras venezuelanas.

Todos os reflexos de controle fronteiriço, através da contenção, devem ceder lugar à construção de políticas migratórias que abordem causas e regulem fluxos, a fim de que essas políticas não sejam apenas capazes de limitar chegadas por algum tempo, mas construtoras de concessões de direitos, como condição permanente para manutenção do Estado democrático.

Pensando na possibilidade de construção de políticas públicas através da instrumentalização, há a necessidade de entendimento das práticas, dos processos e técnicas utilizadas e da análise do discurso, para que ocorra a reconfiguração nos projetos políticos, através do estabelecimento de normas, leis, programas e projetos capazes de gerar soluções para os problemas impostos

Nesse contexto, o estudo dos instrumentos adquire relevância como uma possibilidade de compreender as políticas públicas por meio de suas práticas, processos, técnicas e discursos — explícitos e implícitos — que promovam uma reconfiguração política da arena de *policy* e estabeleçam novos padrões de governança entre seus atores e novas matrizes de solução dos problemas.

No Brasil, os avanços e retrocessos sobre a temática da política de migração acontecem a passos lentos, demonstrando um verdadeiro desinteresse pela condução e possibilidade de instrumentalização da política de maneira a garantir direitos constitucionalmente previstos e com bases nos tratados internacionais que envolvem a temática — dos quais o Brasil é signatário.

A Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, disciplinou a migração no Brasil e estabeleceu princípios e diretrizes para as políticas públicas para o imigrante. Também a nova Lei de Migração substituiu a Lei nº 818/49 (que regulava a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos) e a Lei nº 8.615/80 (Estatuto do Estrangeiro), que tratava o não nacional como ameaça aos brasileiros e a imigração como questão de segurança nacional.

A criação da Política Nacional para Migração, Refúgio e Apatridia está prevista no art. 120 da Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração):

Art. 120. A Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia terá a finalidade de coordenar e articular ações setoriais implementadas pelo Poder Executivo federal em regime de cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com participação de organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas, conforme regulamento.

§ 1º Ato normativo do Poder Executivo federal poderá definir os objetivos, a organização e a estratégia de coordenação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.

§ 2º Ato normativo do Poder Executivo federal poderá estabelecer planos nacionais e outros instrumentos para a efetivação dos objetivos desta Lei e a coordenação entre órgãos e colegiados setoriais.

§ 3º Com vistas à formulação de políticas públicas, deverá ser produzida informação quantitativa e qualitativa, de forma sistemática, sobre os migrantes, com a criação de banco de dados.

O documento deverá coordenar e articular ações setoriais, a serem implementadas pelo Poder Executivo federal, em regime de cooperação com os estados, Distrito Federal e municípios, com participação de organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas, para atendimentos a imigrantes, refugiados e apátridas.

Apesar de a política estar estabelecida na lei desde 2017, apenas no início de 2023 o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) instituiu grupo de trabalho, por meio da Portaria MJSP nº 290, de 23 de janeiro de 2023, para discutir o documento, que deverá ser formalizado por decreto presidencial, sem perspectiva de prazos.

A publicação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia representa a oportunidade para o Estado brasileiro — mediante a definição de objetivos, organização, estratégia de coordenação, atores responsáveis e ferramentas — reafirmar seu compromisso com a promoção de direitos da população migrante, refugiada e apátrida em todo o território nacional.

Nesse meio tempo, no ano de 2024, uma década após a primeira edição, a 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (2ª Comigrar) foi realizada, depois de muitos debates e da pressão da sociedade civil, como instância participativa fundamental na construção de políticas públicas para a população migrante, refugiada e apátrida. Aconteceu entre os dias 8 e 10 de novembro de 2024, no Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB).

A etapa nacional da 2ª Comigrar (Figura 57) foi precedida por ampla mobilização, que envolveu 119 conferências preparatórias em todo território nacional e no exterior, contando com a participação de aproximadamente 14 mil pessoas, com a produção de mais de 2 mil propostas voltadas ao aprimoramento das políticas públicas a nível federal, fortalecendo o diálogo entre Estado, territórios e sociedade civil. Na Etapa nacional foram priorizadas 60 propostas distribuídas em seis eixos temáticos, a saber:

- Eixo 1: Igualdade de tratamento e acesso a serviços públicos
- Eixo 2: Inserção socioeconômica e promoção do trabalho decente
- Eixo 3: Interculturalidade e diversidades
- Eixo 4: Governança e Participação Social
- Eixo 5: Regularização Migratória e Documental
- Eixo 6: Enfrentamento a Violações de Direitos

FIGURA 57 – Logo 2ª Comigrar

Fonte: divulgação MJSP, 2024.

Assim, espera-se que a Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia seja instituída no Brasil, com base nos anseios e discussões apontados nas Conferências realizadas, e que, para além, seja uma política migratória que aborde as causas e regule os fluxos, superando a mera concessão de refúgio ou outra condição jurídica ao migrante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destacado no texto, os Warao formam o grupo humano mais antigo da Venezuela, estimando sua presença em seu habitat ancestral, o Delta do Orinoco, por cerca de 8.000 ou 9.000 anos. Sua cultura e sua existência como pescadores e coletores, habitantes das regiões próximas aos rios configuram suas histórias, sua etnografia e seus modos de vida.

Nesse sentido, a presente dissertação carrega a singularidade de uma etnia que vem de um território rodeado pelas belezas do meio natural e foi afetado por projetos de desenvolvimento econômico dos governos venezuelanos, chegando nos contextos urbanos com sérias fragilidades — primeiramente na Venezuela e atualmente no Brasil —, com práticas adaptativas, lutando pela preservação de sua cultura

Todo material exposto na dissertação, através das análises textuais e, sobretudo, documentais, por meio da observação permite fazer geografias no movimento das pessoas pelo mundo, pois, o observar e o descrever esses processos, como é feito nessa pesquisa, são imprescindíveis no fazer geográfico. Essa apresentação textual aponta, pois para a salvaguarda de uma memória — memória essa que carrega consigo as singularidades de uma etnia que vai se transformando, à medida que ocupa diferentes territórios, através dos contatos interétnicos, desde a ocupação espanhola até os dias atuais.

As ideias de construção das noções de territorialidade aqui expostas servem para corroborar a definição de territorialização trazida por João Pacheco de Oliveira (2004, p. 22), como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciada; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; e 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

As definições apontadas pelo autor interagem diretamente com os agentes envolvidos nesse processo de composição territorial e nos fazem entender a importância de retomar um ponto crucial para o trabalho e a construção de políticas públicas com os povos indígenas Warao: eles estão em contextos urbanos e preservam questões peculiares dos territórios tradicionais, seja na forma de se alimentar, em como lidar com a vida e a morte ou nas práticas de geração de renda e concepções de trabalho.

Por isso é tão importante entender que os Warao não vão lidar com o contexto urbano da mesma forma que a sociedade nacional envolvente lida, daí a importância de compreender suas especificidades e procurar conhecer seu território de origem, pois muitas das atividades por eles reproduzidas estão ligadas às suas tradições originárias.

Nessa perspectiva, fazer uma releitura do processo histórico e de como os indígenas Warao estão sendo acolhidos no Brasil, especialmente no estado de Alagoas, nos remete a um modelo tutelar — modelo no qual as práticas de organização social do povo não são respeitadas e as falas e discursos são geradores de maiores problemas xenofóbicos com uma população que já vem sofrendo há várias gerações.

Dessa forma, é extremamente importante que os planos de ações a serem implementados para lidar com a população Warao sejam elaborados a partir da releitura dos impactos da ação colonizadora nos corpos e territórios indígenas para que haja mudanças nas estruturas políticas legislativas. Isso porque tais estruturas ignoram a possibilidade de os indígenas continuarem a serem indígenas, seja nas aldeias, seja nas áreas rurais ou meios urbanos.

Verifica-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido pelo Estado brasileiro para suprir o mínimo essencial aos povos indígenas Warao, por meio de suas instituições e com o apoio das entidades privadas e de organismos internacionais, na luta pela causa indígena e da migração, através de uma perspectiva de instrumentalização da política migratória includente, com promoção de reconfiguração política e estabelecimento de novos padrões de governança entre seus atores, além de novas matrizes de solução dos problemas.

A migração é um processo multiterritorial que se faz pela interação em rede, como afirmado por Haesbaert, e essa noção de práticas multiterritoriais trazida da geografia coaduna com a essência dos processos migratórios dos indígenas Warao, na medida em que, para eles, as cosmovisões e construções de novos territórios por onde passam são resultados da noção de pertencimento do povo.

Faz-se necessário que a prática tutelar seja ultrapassada, por não refletir as especificidades do povo Warao, a fim de que a sua identidade cultural seja preservada e respeitada, pois o futuro desse povo como grupo étnico diferenciado depende da sua capacidade de preservar suas especificidades, processo que também depende da atuação dos agentes institucionais envolvidos nas construções de políticas públicas e de acolhimento para esse povo.

A geografia apresenta-se, assim, como uma ciência importante para compreender esses processos e subsidiar a construção de políticas públicas, na medida em que, argumenta-se que as espacializações e dinâmicas promovidas pelas políticas públicas no viver social se constituem o cerne da contribuição geográfica, especialmente no pensar sobre questões importantes como distribuição espacial dos programas, planos e projetos no território nacional e, especificamente no caso do processo migratório Warao, a necessidade de articulação em escalas e com participação de diferentes níveis de governo no país.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Brasil é o 5º país mais buscado por imigrantes venezuelanos. **Agência Brasil**, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/brasil-e-o-5o-pais-mais-buscado-porimigrantes-venezuelanos#>. Acesso em: 11 jan. 2023.

AGENCIA DE NOTICIAS INTERNACIONALES (EFE). Mayor ciudad amazónica decreta emergencia social por llegada de indios Warao. In: **The Clinic.CL**, 8 maio 2017. Disponível em: https://www.theclinic.cl/2017/05/08/mayor-ciudad-amazonica-decreta-emergenciasocialllegadaindioswarao/?fb_comment_id=1414271015300182_1414398875287396.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (Acnur). **Nota de orientação sobre considerações de proteção internacional para os Venezuelanos**. [S.l.]: Acnur, maio, 2019a. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wpcontent/uploads/2019/05/Atualizac%CC%A7a%CC%83o-Guidance-Note.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (Acnur). **Nota informativa para municípios sobre chegadas espontâneas de População venezuelana, incluindo indígenas**. [S.l.]: Acnur, 2019b. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/08/Nota-Informativa-paraMunic%C3%ADpios.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (Acnur). **Os Warao no Brasil**: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. 2. ed. Brasília, DF: Acnur, 2024.

ALVES, A. M. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 9, n. 1, 2010.

AMAZÔNIA REAL. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/crise-na-venezuela-populacao-de-boavista-pediu-deportacao-de-indios-warao-em-roraima/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ÁVALOS, J. **Derechos y cultura indígena: Guayana siglo XXI**. Exploración sobre el caso del Pueblo Warao. [S.l.]: Universidad Católica Andrés Bello-Guayana, 2002.

AYALA LAFÉE-WILBERT, Cecilia; WILBERT, Werner. **La mujer Warao**: de recoleitora del tana a recoleitora urbana. Caracas: Fundación La Salle de Ciencias Naturales; Instituto Caribe de Antropología y Sociología, 2008.

BAENINGER, R. O Brasil na rota das migrações latinoamericanas. In: BAENINGER, R (Org.). **Imigração no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 181, de 10 de novembro de 2016**. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPIJ/docs/res-181.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CASTRO, A. A. García. Mendicidad indígena: Los Warao Urbanos. **Boletín Antropológico**, Mérida, 2000. p. 79- 90.

CLIFFORD, J. **Cultural Anthropology**, v. 9, n. 3, 1994. p. 302-338.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORDESTE II. **O êxodo do povo Warao para o Brasil**. Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/5290-o-exodo-do-povo-warao-para-o-brasil>. Acesso em: jun. 2024.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DE JESUS, E. **Espacio transitado Tiempo gobernado. El derecho al passo migratório em la frontera sur de México**. México: Universidad de Guadalajara, Ediciones de La Noche, 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro. 34, 1995. v. 1.

DOS SANTOS, I. P; ZAMBRANO, C. E. G. Percepções sobre aprendizagem e uso de língua portuguesa por indígenas venezuelanas da etnia Warao refugiadas 94 em Pacaraima/RR. **MUIRAQUITÃ** (UFAC), v. 7, p. 180-193, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/2903/2036>. Acesso em: 09 jun. 2024.

DUPRAT, D (org.). O Direito sob o marco da pluriethnicidade/multiculturalidade. *In*: DUPRAT, D (org.). **Pareceres Jurídicos: Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais**. Manaus: UEA, 2007. p. 9-19.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 21, jun. 2000, 212-259.

GARCÍA CASTRO, A. Mendicidad indígena: los Warao urbanos. **Boletín Antropológico**, Mérida, v. 48, p. 79-90, 2000.

GONZÁLEZ, J. **Migración Indígena y Fronteras: El Caso de los Warao en Brasil**. Caracas: Editorial de la Universidad de los Andes, 2021.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, ano 9, n. 17, p. 19-45, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

K'Okal, J. ¿Por qué hemos llegado aqui? Una mirada histórica del desplazamiento warao desde Brasil. In: LIMA, C.; CIRINO, C.; MUÑOZ, J (Org.). **Yakera, KaUbanoko: o dinamismo da etnicidade Warao**: Editora UFPE, 2020.

LASCOUTES, P.; LE GALÈS, P. Introduction: understanding public policy through its instruments – from the nature of instruments of the sociology of public policy instrumentation. **Governance: International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, v. 20, n. 1, p.1-21, jan. 2007.

MARÉCHAL, C.; VELHO, A. L. B.; RODRIGUES, M. W.; BUENO, P. Transformações sociais e (re)territorialização Warao no Brasil: a trajetória de uma família frente à pandemia de covid-19. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 46-87, jul./dez. 2020.

MASIEL, C. Em busca de comida, mais de 100 índios venezuelanos Warao migram para Manaus. In: AMAZONIA AMBIENTAL. Amazônia Real. **Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada (RAISG)**. [S.l.:s.e.], 2017. Disponível em: <https://www.amazoniasocioambiental.org/es/radar/em-busca-de-comida-mais-de-100-indios-venezuelanos-warao-migram-para-manaus>.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

MEERTENS, D. **Desplazamiento Forzado y Migración en América Latina**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2005.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOUTINHO, P. **Parecer Técnico N°10/2017 – SP/MANAUS/SEAP. Ministério Público Federal (MPF)**. [S.l.], 2017.

MOUTINHO, P. **Parecer técnico N° 1127/2020 – DPA/CNP/SPPEA. Ministério Público Federal (MPF)**. [S.l.], 2020.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

ONU NEWS. **Cerca de 800 venezuelanos entram por dia no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/04/1617532>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ORELLANO, J. Direitos dos povos indígenas na Venezuela e o problema do reconhecimento. **Anthropologica**, Lima, v. 34, n. 36, p. 113-148, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração das Nações Unidas sobre Direito dos Povos Indígenas**. [S.l.]: ONU, set. 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes [Convenção 169]**. 27 jun. 1989.

ORTIZ, D. Na Venezuela, falta remédio, comida, equipamentos e até papel higiênico. **G1**, Buenos Aires, Argentina, 20 jun. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-da>

globo/noticia/2015/06/na-venezuela-falta-remediocomida-equipamentos-e-ate-papel-higienico.html. Acesso em: 15 dez. 2023.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades de trabalho do antropólogo em laudos periciais. *In*: PACHECO DE OLIVEIRA, J (org.). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Livraria Contra Capa, 1998. p. 269-295.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *In*: PACHECO DE OLIVEIRA, J. **A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Laced, 2004, p. 13-42

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Viagens de Ida, de Volta e Outras Viagens: Os Movimentos Migratórios e as Sociedades Indígenas. **Travessia**, São Paulo, v. 24, p. 5-9, 1996.

PEREIRA, A. P. S. **O Povo Indígena Warao: um caso de imigração para o Brasil**, s.d.

PÉREZ, M. Indígenas de Delta Amacuro regresaron a las calles de Caracas. **El Nacional**. Caracas: 27 de noviembre. C-2, 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1976.

RAMOS, A. **Indigenismo e Territorialidade: Poder e Resistência entre os Povos Indígenas do Brasil**. Brasília: UNB, 2002.

RAMOS, L.; BOTELHO, E.; TARRAGÓ, E. **Parecer Técnico Nº 208/2017/SEAP/6ªCCR/PFDC. Ministério Público Federal (MPF)**. [S.l.]: MPF, 2017.

REIS, R. R. Os direitos humanos e a política internacional. **Revista de Sociologia Política**, n. 27, p. 33-42, 2006.

REVISTA Consultor Jurídico. Jan. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jan-21/mp-debate-povo-indigena-warao-imigracao-brasil>. Acesso em: 05 jun. 2024.

RODRÍGUEZ, M. V. **Diseño de una ruta turística de interpretación cultural para la promoción y el desarrollo local de la etnia aborígen warao en el estado delta amacuro, Venezuela**. 2010. 186 p. Tesis – Facultad de Turismo, Colegio Universitario de Caracas, 2010.

ROSA, M. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito: reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém-PA**. Rio de Janeiro: [S.e.], 2020.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 19. ed. São Paulo: Record, 2015.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SONEGHETTI, P. M. C. **Parecer Técnico acerca da situação dos indígenas das da etnia Warao na cidade de Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela.** Procuradoria Geral da República/AM, 2017.

VENTURA, L. Migração e direitos coletivos: a presença dos Warao no Brasil. *In*: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (Cimi). **Relatório - Violência contra os Povos Indígenas no Brasil.** [S.l.]: Cimi, 2018.

WILBERT, W.; LAFÉE-WILBERT, C. A. Los Warao. *In*: FREIRE, G (coord.). **Salud Indígena en Venezuela.** [S.l.]: Prerensa e Impresión Editorial Arte, 2007. v. 2.